

RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 1

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por meio da Centralizadora Nacional de Contratações – CECOT, vem publicar a primeira retificação do Edital da LC Nº 12/2024 conforme abaixo:

Onde se lê:

8.6.2.1.2 Quando emitidos por pessoas jurídicas, serão considerados válidos os atestados / certidões / declarações emitidas por instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN no Sistema Financeiro Nacional classificadas no segmento S1.

Leia:

8.6.2.1.2 Quando emitidos por pessoas jurídicas, serão considerados válidos os atestados / certidões / declarações emitidos por instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN no Sistema Financeiro Nacional classificadas no segmento S1, ou emitidos por instituições entre as dez primeiras no ranking ANBIMA de Custódia.

Onde se lê:

ANEXO I-J

(...)

1.2.1.2 Quando emitidos por pessoas jurídicas, serão considerados válidos os atestados / certidões / declarações emitidas por instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN no Sistema Financeiro Nacional classificadas no segmento S1.

Leia:

ANEXO I-J

1.2.1.2 Quando emitidos por pessoas jurídicas, serão considerados válidos os atestados / certidões / declarações emitidos por instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN no Sistema Financeiro Nacional classificadas no segmento S1, ou emitidos por instituições entre as dez primeiras no ranking ANBIMA de Custódia.

Onde se lê:

ANEXO IV

(...)

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E SEU REAJUSTE

Pela perfeita prestação dos serviços, objeto deste contrato, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA os preços unitários abaixo indicados, perfazendo o valor global de R\$ _____ (valor por extenso), pelo período de vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro - É admitido o reajuste de preços deste contrato, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo ICTI – Índice de Custos de Tecnologia da Informação, ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para a prestação do serviço, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo – No primeiro reajuste, o prazo de 12 (doze) meses será contado da data-limite para entrega das propostas. Nos reajustes subsequentes, a anualidade será contada da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior.

I – O reajuste deverá ser solicitado dentro do prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição do direito, caso contrário os efeitos do reajuste serão a partir da data do pedido, tornando-se a CONTRATADA única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não solicitação no período determinado.

II – Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de reajuste dos preços do contrato até a data da assinatura do aditamento de prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste de preços referente ao período imediatamente anterior à data da assinatura do aditamento de prorrogação.

III – Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for apresentado depois de extinto o contrato.

IV – Em nenhuma hipótese será permitida a majoração superior ao índice do *caput*, sendo, portanto, o limitador do reajuste

V – O índice a ser aplicado será a variação apurada a contar do mês da proposta até o mês anterior à anualidade da revisão de preços, no caso do primeiro reajuste.

Leia:

ANEXO IV

(...)

CLÁUSULA QUINTA –DOS PREÇOS E SUA REVISÃO

Pela perfeita prestação dos serviços, objeto deste contrato, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA o preço os preços unitários abaixo indicados, perfazendo o valor global de R\$ _____ (valor por extenso), pelo período de vigência do contrato.

Solução para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros			
Descrição dos Componentes	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Ativação da solução por prazo determinado, garantia de atualização tecnológica e suporte técnico	1		

Implementação, integrações e requisitos	Conforme item 10 – Forma de Pagamento do ANEXO I-D FORMÇA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO		
Serviços de customização (sob demanda)	5000 pontos de função		
Transferência de conhecimento (sob demanda)	4 turmas		
Valor Global Estimado			R\$

Parágrafo Primeiro - É admitida a revisão dos preços deste Contrato, mediante negociação entre as partes, adotando-se como parâmetro os preços praticados no mercado, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

a) O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira revisão será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, caso em que o termo inicial é a data-base do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente, que serviu de base à confecção da proposta apresentada.

b) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a revisão de preços poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas envolvidas na prestação dos serviços, admitindo-se uma única revisão de preços a ser realizada no interregno mínimo de um ano.

c) Nesse caso, a anualidade para as próximas revisões será computada da última data-base objeto da revisão anterior, desde que respeitado o intervalo mínimo de um ano.

d) Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou de insumos definidos pelo poder público, serão revistos com base nos respectivos instrumentos legais, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos, respeitando a anualidade, desde que devidamente demonstrados em memória de cálculo na apresentação da proposta.

e) Quando da solicitação de revisão, a CONTRATADA deve apresentar fundamentação, de forma clara e pormenorizada, vedada a inclusão de insumos e benefícios existentes na data da formulação da proposta, necessários para a execução dos serviços, mas não previstos originariamente.

f) Após o primeiro ano de vigência do contrato, os itens “aviso prévio trabalhado e indenizado” serão ajustados na planilha de composição de custos, para garantir a provisão equivalente a 10% (dez por cento) do percentual pago no primeiro ano de contrato, em conformidade com a Lei 12.506/2011.

Parágrafo Segundo - É admitido o reajuste dos custos de insumos e materiais decorrentes de preço de mercado, sujeito à negociação, pela variação do ICTI – Índice de Custos de Tecnologia da Informação, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, devendo ser feito em conjunto com a revisão dos preços do contrato.

- a) O intervalo mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data da apresentação da proposta.
- b) Se na primeira revisão a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste integral conforme definido no item anterior, o repasse do índice ocorrerá de forma proporcional aos meses decorridos.
- c) Em nenhuma hipótese será permitida a majoração superior ao índice do *caput*, sendo, portanto, o limitador do reajuste
- d) O índice a ser aplicado será a variação apurada a contar do mês da proposta até o mês anterior à anualidade da revisão de preços, no caso do primeiro reajuste.

Parágrafo Terceiro – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo Quarto - A revisão deverá ser solicitada dentro do prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição do direito. Caso seja solicitada em prazo superior, os efeitos financeiros da revisão solicitada serão contados a partir da data do pedido, tornando-se a CONTRATADA única e exclusivamente responsável pela ausência de solicitação no período determinado.

Parágrafo Quinto – Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de revisão dos preços do contrato até a data da assinatura do aditamento de prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito à revisão de preços referente ao período imediatamente anterior à data da assinatura do aditamento de prorrogação.

I - Não ocorrendo o registro do Acordo ou Convenção Coletiva na DRT antes da data da assinatura do aditamento de prorrogação do contrato, é assegurado à Contratada o direito ao pedido a partir da efetivação do registro, com efeitos a partir da data-base, desde que, a pedido da CONTRATADA, haja ressalva no termo de prorrogação.

Parágrafo Sexto - Ocorrerá a preclusão do direito a revisão caso o contrato seja extinto sem que tenha sido formalizado pedido durante a sua vigência.

Onde se lê:

ANEXO III

PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS

Solução para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros			
Descrição dos Componentes	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Ativação da solução por Prazo Determinado, garantia de Atualização Tecnológica e Suporte Técnico	1	R\$ 582.947,32 (Por mês)	R\$ 30.896.208,12 (53 meses)
Implementação, integrações e requisitos	Conforme item 10 - Forma de Pagamento do ANEXO I-D FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	N/A	R\$ 3.633.467,80 (Valor total)
Serviços de customização (Sob demanda)	5000 Pontos de Função	R\$ 1.530,00 (Por PF)	R\$ 7.650.000,00
Transferência de conhecimento (Sob demanda)	4 Turmas	R\$ 8.500,00 (Por Turma)	R\$ 34.000,00
Valor Global Estimado			R\$ 42.213.675,92

Leia:

ANEXO III

PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS

Solução para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros			
Descrição dos Componentes	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Ativação da solução por Prazo Determinado, garantia de Atualização Tecnológica e Suporte Técnico	1	R\$ 582.947,32 (Por mês)	R\$ 30.896.208,12 (53 meses)
Implementação, integrações e requisitos	Conforme item 10 - Forma de Pagamento do ANEXO I-D FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	N/A	R\$ 3.633.467,80 (Valor total)
Serviços de customização (Sob demanda)	5000 Pontos de Função	R\$ 1.530,00 (Por PF)	R\$ 7.650.000,00
Transferência de conhecimento (Sob demanda)	4 Turmas	R\$ 8.500,00 (Por Turma)	R\$ 34.000,00
Valor Global Estimado			R\$ 42.213.675,92

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**PARTE A**

Postos de Trabalho	Serviços Qualificados
Preço Mensal por Perfil	R\$ 6.314,60
Quantidade de Perfis Profissionais	42
Valor Total de Salários	R\$ 265.213,29

PARTE B

DESCRIÇÃO	Alíquota	Valor Mensal
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 265.213,29
TOTAL DAS HORAS EXTRAS	2,00%	R\$ 5.304,27
TOTAL DOS ADICIONAIS NOTURNOS	3,00%	R\$ 7.956,40
TOTAL SOBREAVISO (HORA BIP)	2,00%	R\$ 5.304,27
TOTAL DA REMUNERAÇÃO MENSAL	7,00%	R\$ 283.778,22

ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO

GRUPO A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	Alíquota	Total Mensal
INSS	0,00%	R\$ -
SESI OU SESC	1,50%	R\$ 4.256,67
SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 2.837,78
INCRA	0,20%	R\$ 567,56
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 7.094,46
FGTS	8,50%	R\$ 24.121,15
LEI COMPLEMENTAR 110/2001	0,50%	R\$ 1.418,89
SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (SAT/INSS)	2,00%	R\$ 5.675,56
SEBRAE	0,60%	R\$ 1.702,67
TOTAL DO GRUPO A	16,80%	R\$ 47.674,74
GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	Alíquota	Total Mensal
FÉRIAS + 1/3	11,11%	R\$ 31.527,76
FALTAS LEGAIS	1,00%	R\$ 2.837,78
ACIDENTE DE TRABALHO	1,00%	R\$ 2.837,78
AVISO PRÉVIO	1,00%	R\$ 2.837,78
13º SALÁRIO	8,33%	R\$ 23.638,73
TOTAL DO GRUPO B	22,44%	R\$ 63.679,83
GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	Alíquota	Total Mensal
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	9,33%	R\$ 26.476,51
TOTAL DO GRUPO C	9,33%	R\$ 26.476,51
GRUPO D - INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B	Alíquota	Total Mensal
REINCIDÊNCIA DOS ENCARGOS DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B	8,50%	R\$ 24.121,15
TOTAL GRUPO D	8,50%	R\$ 24.121,15
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS (A + B + C + D)	57,07%	R\$ 161.952,23
VALOR TOTAL DA MÃO DE OBRA (REMUNERAÇÃO MENSAL + ENCARGOS SOCIAIS)		R\$ 445.730,45
INSUMOS (F)	Alíquota	Total Mensal
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Treinamentos, Conservação e limpeza, ergonomia, etc.)	6,50%	R\$ 28.972,48
VALE TRANSPORTE	1,50%	R\$ 6.685,96
VALE ALIMENTAÇÃO	4,00%	R\$ 17.829,22

SOFTWARE	2,00%	R\$	8.914,61
DESLOCAMENTOS	1,00%	R\$	4.457,30
EQUIPAMENTOS (Servidores, estações de Trabalho, No Break, Switch, Central Telefônica, Link)	2,50%	R\$	11.143,26
AMBIENTE FÍSICO - Local físico (3 regiões), condomínio, energia, mesa, cadeira, etc.	2,50%	R\$	11.143,26
TOTAL DOS INSUMOS (F)	20,00%	R\$	89.146,09
SUBTOTAL (A+B+C+D+E+F)	77,07%	R\$	534.876,54
SUBCONTRATAÇÃO (G)	Alíquota	Total Mensal	
SUBCONTRATAÇÃO	0,00%	R\$	-
TOTAL SUBCONTRATAÇÃO (G)		R\$	-
SUBTOTAL (A+B+C+D+E+F+G)	77,07%	R\$	534.876,54
DEMAIS COMPONENTES (H)	Alíquota	Total Mensal	
OUTROS - DESPESAS FINANCEIRAS	4,24%	R\$	22.678,77
Lucro	10,00%	R\$	53.487,65
TOTAL DOS DEMAIS COMPONENTES (H)		R\$	76.166,42
SUBTOTAL (REMUNERAÇÃO + RESERVA TÉCNICA + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS + DEMAIS COMPONENTES)		R\$	611.042,96
TRIBUTOS (I)	Alíquota	Total Mensal	
INSS	4,50%	R\$	31.660,26
Contribuição Social sobre Lucro (CSLL)	0,00%	R\$	-
PIS	0,65%	R\$	4.573,15
COFINS	3,00%	R\$	21.106,84
ISS	5,00%	R\$	35.178,06
TOTAL DOS TRIBUTOS (I)	13,15%	R\$	92.518,31
PREÇO TOTAL MENSAL - GRUPOS		R\$	703.561,27
PREÇO GLOBAL			R\$ 42.213.675,92

Os prazos do certame foram prorrogados. Credenciamento até às 23h59 do dia 02/04/2024; propostas comerciais até às 12h00 do dia 03/04/2024; lances das 15h00 às 15h30 do dia 03/04/2024; pedidos de esclarecimentos e impugnações até às 23h59 do dia 26/03/2024.

Brasília, 11 de março de 2024.

Juliana Bassoli
Pregoeira

AVISOS

AVISO 1: O procedimento para cadastro para participação nos certames na CAIXA mudou, passando a ser exclusivamente por meio eletrônico.

Para participação nos certames da CAIXA é necessário o cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br).

AVISO 2: Informamos que foi implantado, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o fornecedor deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

A melhoria visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA. A partir da implantação, o licitante não terá mais que realizar o *upload* dos documentos de habilitação para cada um dos certames que tenham interesse de participar.

Os licitantes deverão realizar o cadastro de sua documentação no repositório alterando-os apenas quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame os licitantes deverão selecionar os documentos de seu repositório que desejam vincular ao certame/item de interesse.**

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe

social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;

✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;

✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades. de gestão socioambiental;

✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;

✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;

✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;

✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;

✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;

✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;

✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;

✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;

✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;

✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;

- ✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;
- ✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.

- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.

✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

EDITAL
CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES – CECOT

AVISO DE LICITAÇÃO REPUBLICADO NO DOU EM 11/03/2024

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT/ representada por Licitador designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para a prestação do(s) serviço(s) descritos no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelo Decreto nº 8.538 de 06/10/2015 e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 02/04/2024 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 12:00 horas do dia 03/04/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às 12:00 horas do dia 03/04/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das 15:00 horas até às 15:30 horas do dia 03/04/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até o dia 26/03/2024, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme passo a passo a seguir: “Acesso ao Sistema”→ “Se você é licitante, faça login aqui: acessar”→ “entrar”→ “Outras ações”→ “Impugnação”→ selecionar no campo “Atividade” a presente Licitação CAIXA → Digitar ou anexar Arquivo e “Enviar”.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 23:59 horas do dia 26/03/2024, exclusivamente por meio do endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme passo a passo a seguir: “Acesso ao Sistema”→ “Se você é licitante, faça login aqui: acessar”→ “entrar”→ “Outras ações”→ “Questionamento”→ selecionar no campo “Atividade” a presente Licitação CAIXA → Digitar ou anexar Arquivo e “Enviar Questionamento”.

A resposta ao pedido de esclarecimento e a decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 2 dias úteis contados do seu recebimento. O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

1 DO OBJETO

- 1.1 Contratação de Solução para prestação dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais para tesouraria, controle, processamento de ativos, custódia, escrituração e contabilidade de fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários, contemplando a ativação da solução por prazo determinado de sessenta (60) meses com infraestrutura em nuvem provida pela fornecedora, com implementação e integrações, garantia de serviços de suporte técnico e de atualização tecnológica durante o prazo de vigência do contrato, serviços de customização, transferência de conhecimento, incluindo todas as documentações, novas funcionalidades e serviço de gerenciamento de carteiras, conforme termos e condições estabelecidas neste documento e anexos, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I-A	COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS
ANEXO I-B	REQUISITOS FUNCIONAIS
ANEXO I-C	LISTA DE INTEGRAÇÕES PREVISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO
ANEXO I-D	FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
ANEXO I-E	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS – NMS
ANEXO I-F	PLANO DE SUSTENTAÇÃO
ANEXO I-G	REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA FORNECEDORES DE NUVEM
ANEXO I-H	PLANO DE CONTINGÊNCIA
ANEXO I-I	AValiação QUALITATIVA DA SOLUÇÃO
ANEXO I-J	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
ANEXO I-K	GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
ANEXO I-L	TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA
ANEXO II	PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS / PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO V	DECLARAÇÃO DE VISTORIA
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
ANEXO VII	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E

	AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

- 1.1.1 As especificações do objeto, os locais de prestação dos serviços e a forma de execução do contrato constam do(s) Anexo(s) deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

- 2.1.1 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis em qualquer Unidade Cadastradora.

- 2.1.1.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-financeira.

- 2.1.1.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais.

- 2.1.2 A documentação de habilitação deve ser anexada no repositório de documentos, dentro do Cadastro do Licitante (vide “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” localizado no sistema). Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.

- 2.1.2.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na área logada do fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.8.

- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses do §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.

- 2.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.

- 2.4 Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):**
- 2.4.1 em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.5 deste edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
 - 2.4.2 que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 2.4.3 organizada sob a forma de cooperativa;
 - 2.4.4 que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - 2.4.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
 - 2.4.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 2.4.7 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 2.4.8 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 2.4.9 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 2.4.10 Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
 - 2.4.11 De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto, básico ou executivo;
 - 2.4.12 De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.
- 2.5 Aplica-se também a vedação prevista no item 2.4 acima:**

I À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) Dirigente da CAIXA;

b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;

c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.

III Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o Cadastro no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o Credenciamento neste certame específico, seguindo os passos abaixo.

3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.

3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.

3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acione o botão “CRIE SUA CONTA”, selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.

3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa

jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.

- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br e siga os seguintes passos: em “ÁREA LOGADA” acione o botão “ENTRAR”, informe o CPF/Continuar, em seguida “RECUPERAR SENHA”. Na tela apresentada digite o CPF/Continuar e informe o E-MAIL/Continuar.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta Licitação CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CRENCIAMENTO** até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “ENTRAR”, na “Área Logada fornecedor”, marcar a opção “Licitação CAIXA/Pregão Eletrônico”, escolher a opção “Credenciamento em Novos Certames”, localizado no quadro “Minhas Atividades” e marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, e desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, a licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.

- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todos as Licitações CAIXA e Pregões Eletrônicos da CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA ou pregão eletrônico realizado pela CAIXA.
- 3.9 O link “*Credenciamento em novos certames*”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.
- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o portal de Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o certame será suspenso e retomado após comunicação, via e-M@il ou sistema, aos participantes.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:

- 4.4.1 acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4.2 comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk** – 4004 0104 – Capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 – Demais localidades, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3 solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Licitação CAIXA.
- 4.7 Manter a gestão da documentação de habilitação no repositório do cadastro do Fornecedor (“Guarda de Documentação de Habilitação”), no Portal Licitações CAIXA.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, por meio do endereço Eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO AO SISTEMA”, escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR”, em seguida, realizar login, marcar a modalidade de licitação desejada, escolher a opção “*Enviar/Alterar Proposta Preço*”, e, no item desejado, clique no link “*Envio De Proposta*”, localizado no quadro “*Minhas Atividades*”, selecione o item desejado, informe o valor proposto, acione o botão “*Anexar Proposta*” e confirme o upload do arquivo correspondente.
- 5.2 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II) e corresponde ao VALOR GLOBAL que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.1 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.

- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), número de telefone, fax e *e-mail*;
- 5.3.2 Preço global, de acordo com o modelo de proposta (Anexo II), atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos;
- 5.3.2.1.1 Os tributos, contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias devem ser cotados nos percentuais estabelecidos em legislação ou norma vigente, devendo o licitante prever em sua planilha de composição do preço todos os custos e benefícios fiscais inerentes ao objeto ou à atividade desempenhada, observando as particularidades tributárias de cada segmento.
- 5.3.2.1.2 Não podem ser incluídos nos preços propostos os custos relativos ao IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), seja na composição do BDI (Benefícios e Despesas indiretas), seja como item específico da planilha orçamentária/ composição do preço.
- 5.3.2.1.3 A empresa optante do Simples Nacional deve excluir do percentual da correspondente alíquota definida nos Anexos da LC 123/06 os percentuais relativos ao IRPJ e à CSLL.
- 5.3.2.1.4 Em caso de renúncia de parcela ou de totalidade da remuneração relativa a materiais ou instalações de sua propriedade, o licitante deve indicá-los.
- 5.3.2.1.5 Na definição do preço a ser proposto, em se tratando de MPE, a empresa deve considerar eventual elevação dos custos decorrentes de seu desenquadramento da situação de MPE nos termos da LC nº 123/2006, caso ocorra a extrapolação do faturamento que permite a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado durante a execução do contrato, uma vez que tal situação não configura motivo para reequilíbrio e/ou repactuação.
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;

- 5.3.3 Valor do salário a ser pago a cada categoria profissional disponibilizada na prestação de serviços;
- 5.3.4 Valor do salário normativo de cada categoria profissional, se houver, com indicação do respectivo Sindicato de vinculação, bem como a data (dia/mês/ano) da Convenção Coletiva da categoria, em vigor;
- 5.3.5 Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;
- 5.3.6 Declaração da licitante de que:
- I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.5 e subitens deste edital.
- III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
- 5.3.7 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.
- 5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-M@il, a confirmação do recebimento da proposta.
- 5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, na “Área Logada” → “Acesso ao Sistema” → “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar” → efetuar login → escolher “Encaminhar/Alterar Proposta” → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta.
- 5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada, conforme item 5.2.1.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.
- 6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos

- estabelecidos neste Edital.
- 6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7 abaixo.
- 6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 10 deste edital.
- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da Proposta Comercial e da planilha de Composição de Preços, conforme itens 5.3 e 6.10, com os valores adequados ao preço do melhor lance, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:
- condições dos itens 6.5 e subitens, e
 - compatibilidade do preço ofertado com os insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto desta licitação, acrescidos dos respectivos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios e despesas indiretas.
- 6.4.1 A proposta e a planilha de preços adequadas devem ser encaminhadas no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> na “Área Logada” → “Acesso ao Sistema” → “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar” → efetuar login, no quadro “Minhas Atividades” → escolher “Enviar proposta ajustada”.
- 6.5 Será desclassificada a proposta que:**
- 6.5.1 não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2 contenham vícios insanáveis;
- 6.5.3 apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 apresentem preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 apresentem preços superiores aos preços valores estimados pela CAIXA;
- 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global, e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo I.
- 6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços

excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que os preços global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados

- 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.
- 6.5.5.2 A aceitabilidade do preço máximo será verificada em relação ao preço global e aos preços unitários.
- 6.5.6 presente na planilha de composição de preço cotação de itens em desacordo com as condições estabelecidas no item 5.3.2 e subitens e no item 6.10, ressalvado o disposto no item 6.5.6.2;
- 6.5.6.1 No caso de eventuais divergências entre percentuais e valores informados na proposta comercial e na planilha de composição de preços Anexos II e III) e aqueles decorrentes da legislação ou norma específica e/ou ausências de provisão de valor, em razão de isenção ou benefício fiscal, o licitante deverá apresentar nota explicativa, bem como a documentação que comprove essa condição;
- 6.5.6.2 Havendo divergências, por erro material, entre percentuais e valores informados na planilha de composição de preços (Anexo II e III) e aqueles estabelecidos em legislação ou norma vigente, a licitante poderá corrigir o item, compatibilizando-o com a legislação ou norma aplicável, mantido o preço vencedor.
- 6.5.7 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.5.8 que apresente preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsidio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e anexação de catálogos ou

croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.

6.9 DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

- 6.9.1 A Planilha de Composição de Preços (Anexo III) deve ser obrigatoriamente apresentada pelo licitante detentor do menor preço, na forma dos itens 6.4 e 7.13, sob pena de desclassificação, preenchida e assinada pelo representante legal da empresa.
- 6.9.2 O licitante deverá efetuar as alterações que julgar necessárias, uma vez que a Planilha será utilizada para subsidiar o julgamento quanto à aceitabilidade da proposta, bem como para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução contratual, quando de eventuais repactuações ou reequilíbrios de preços, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, observadas as disposições do item 5.3.2 e subitens.
- 6.9.2.1 Não é admitida a inclusão da “reserva técnica” como item da remuneração da mão-de-obra, ou a qualquer título, sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por esse item.
- 6.9.2.2 Os custos com supervisão e fiscalização devem ser englobados nas despesas administrativas, não sendo permitida a sua inclusão em outro item da planilha.
- 6.9.2.3 O modelo do Anexo III deverá ser adaptado à sua natureza jurídica, objeto ou atividade desempenhada, observando-se as particularidades tributárias de cada segmento.
- 6.9.2.4 O licitante deverá informar o seu regime de tributação, se é optante pelo regime do Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido.
- 6.9.3 Na análise da Planilha de composição de preços os itens em branco, com valor zero ou valores irrisórios e/ou incompatíveis com as práticas de mercado serão desconsiderados como elementos de formação dos custos, observado o disposto no item 5.3.2 e subitens e, como consequência, não caberá negociação futura envolvendo tais itens; os efeitos financeiros negativos decorrentes dessa desconsideração terão que ser absorvidos pelos demais itens da Planilha, desde que não se configure a corrosão da exequibilidade da proposta, não podendo o Licitante alegar posteriormente desconhecimento de fatos existentes quando da elaboração da proposta ou erros no preenchimento da planilha como fundamento para solicitar a repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.
- 6.9.4 O Licitador poderá convocar o licitante para apresentar Nota Explicativa, detalhando a forma como foram calculados os custos, de forma a comprovar sua exequibilidade, cuja aceitação ficará condicionada à análise pelo Licitador e Equipe de Apoio, sobre a qual decidirá motivadamente.

- 6.9.4.1 Aceita a Nota Explicativa pelo Licitador, o licitante assume inteira responsabilidade pelos itens de composição do preço e seus valores, para todos os efeitos, não podendo alegar provisão deficitária ou omissão com vistas à repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, caso seja contratada.

7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES ABERTOS

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência: “Acesso ao Sistema” → “Se você é licitante, faça login aqui: acessar” → “entrar → Minhas Atividades → Efetuar Lances, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO GLOBAL.
- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 15 deste Edital.
- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
- 7.2.1 a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.2.2 no caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.2.3 os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO GLOBAL.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexecutável, o preço incompatível ou lance manifestamente inexecutável poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.

- 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
- 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
 - 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
 - 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade do licitante apresentar proposta de preço inferior à do licitante melhor classificado que não se enquadra como MPE.
 - 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
 - 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
 - 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
 - 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
 - 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova

- proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, será observada a seguinte ordem para desempate:
- 7.10.1 Disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance, por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) minutos, acrescido do horário randômico.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço objeto dessa licitação, conforme abaixo:
- I produzido no País;
 - II produzido ou prestado por empresa brasileira;
 - III produzido ou prestado por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - IV produzido ou prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, com observância ao item 20.10 deste edital.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 O percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de **forma linear** sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - na “Área do Licitante”, efetuar o login no sistema por meio da opção “Acesso ao Sistema”, botão “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”, escolher a opção “Efetuar Negociação”.
- 7.13 Quando da negociação o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.8, a proposta comercial e a planilha de Composição de Preços, com a descrição detalhada dos custos, observado o item 6.10, com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas, nos termos do subitem 6.5.5.1.

- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- habilitação jurídica;
 - qualificação técnica;
 - qualificação econômico-financeira;
 - regularidade fiscal federal e trabalhista;
 - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na área logada do Fornecedor, acesse o link “Vincular Documentação de Habilitação” e selecione o item desejado, acione o botão VINCULAR DOCUMENTAÇÃO, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão CONFIRMAR. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.
- 8.1.2 As instruções também constam do “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.
- 8.2 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal e Trabalhista:
- Nível I** – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;
- Nível II** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica prevista nos itens 8.3.1 ao 8.3.3;
- Nível III** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal e Trabalhista definida no item 8.4;
- Nível V** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional

competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa situação financeira da proponente, conforme solicitado nos itens 8.5.1 a 8.5.3.1.1.

- 8.2.1 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese daquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 88.
- 8.2.2 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta 'on line' no SICAF, opção "Situação do Fornecedor", depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.2.3 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.2.4 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.3 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:
 - 8.3.1 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 8.3.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - 8.3.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - 8.3.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.4 A documentação relativa à **regularidade fiscal federal e trabalhista** consistirá em:
 - 8.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 8.4.2 prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União –

CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.

- 8.4.3 prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) caso não seja atendida pela Certidão mencionada no item 8.3.2.
- 8.4.4 Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.4.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de consulta à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- 8.4.5.1 Caso seja apresentada à CAIXA, por licitante ou cidadão interessado, Certidão Positiva expedida posteriormente àquela apresentada quando da habilitação, será concedido ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.
- 8.4.6 O licitante que se declarar MPE, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.4.6.1 Será assegurado à MPE declarada vencedora, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para comprovar a sua regularidade fiscal.
- 8.5 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:
- 8.5.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.5.2 comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

Ativo Circulante + Ativo realizável a longo prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

- 8.5.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices econômicos registrados no referido Sistema.
- 8.5.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 4.221.367,59 (quatro milhões, duzentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e nove centavos).
- 8.5.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei:
- Patrimônio Líquido = Ativo Total – Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
- 8.5.3.1.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.
- 8.5.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, referidos nos itens 8.5.2 e 8.5.3, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.5.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
- 8.5.3.3.1 publicado em Diário Oficial; ou
- 8.5.3.3.2 publicado em jornal, ou
- 8.5.3.3.3 por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- 8.5.3.3.4 por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

- 8.5.3.3.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.
- 8.5.3.3.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.5.3.5.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.
- 8.5.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.
- 8.5.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.6 A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.6.1 Declaração da empresa LICITANTE de que possui capacidade jurídica para licenciar e/ou utilizar os *softwares* que compõem a Solução.
- 8.6.2 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.
- 8.6.2.1 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) que a licitante implantou a Solução ofertada.
- 8.6.2.1.1 Para efeito de qualificação técnica, a Solução deve estar em utilização no Brasil por pelo menos uma Instituição Financeira (IF) ou assemelhada com autorização de funcionamento válida pelo Banco Central do Brasil, e que tenha em carteira instrumentos financeiros no padrão financeiro brasileiro (ANBIMA e CVM), atuando entre as dez primeiras instituições constantes no ranking ANBIMA de Custódia.
- 8.6.2.1.2 Quando emitidos por pessoas jurídicas, serão considerados válidos os atestados / certidões / declarações emitidas por instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN no Sistema Financeiro Nacional classificadas no segmento S1 ou emitidos por instituições entre as dez primeiras no ranking ANBIMA de Custódia.
- 8.6.2.1.3 Além disso, deve ser comprovada, por meio de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões), a capacidade de processar 30% da volumetria especificada nos **itens 3.9.1, 3.9.2 e 3.9.3 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste termo.

- 8.6.2.2 o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 8.6.3 Os atestados deverão observar os seguintes requisitos de conteúdo, forma e validade, devendo conter:
- a) Nome, cargo ou função, dados de identificação, telefone e e-mail de contato do emissor;
 - b) Descrição geral dos serviços prestados;
 - c) Informação expressa de que o serviço foi ou está sendo executado de forma satisfatória;
 - d) Data de início da prestação dos serviços;
 - e) Data de término da prestação dos serviços (em caso de CONTRATO em vigor, indicar a data prevista e a etapa em que se encontra o projeto).
- 8.6.4 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.6.4.1 Os documentos citados no subitem 8.6 e seguintes acima, quando de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.6.4.1.1 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do [Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016](#).
- 8.7 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.7.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pela licitante por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.4.
- 8.8 Encerrada a etapa de lances, a documentação relacionada no item 8.8.1 ou 8.8.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Licitador.

- 8.8.1 Para licitante credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - b) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
 - c) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - d) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
 - e) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VII).
- 8.8.2 Para licitante NÃO credenciada e NÃO cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa a Habilitação jurídica;
 - b) Documentação relativa a qualificação econômico-financeira;
 - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - d) Documentação relativa a regularidade fiscal;
 - e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
 - f) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - g) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
 - h) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VII).
- 8.8.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.8. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, localizado na área logada do fornecedor.
- 8.8.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna DOCUMENTAÇÃO. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.
- 8.8.3.2 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.
- 8.9 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo IX - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE assinado.
- 8.9.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.9.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 20.18 ou por assinatura física.

- 8.9.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.9.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT, localizada na SBS QUADRA 1 LOTE 2 BL L 7 AND, ASA SUL, CEP 70070-110, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após solicitação do Licitador.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Prosseguindo, o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.8.
- 9.1.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso a licitante vencedora seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br. Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.2 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 Prosseguindo, o Licitador efetuará a consulta 'on line' ao SICAF, para verificação da situação da licitante credenciada e cadastrada em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa e rubricada pelo Licitador a Declaração de "Situação do Fornecedor".
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.8.
- 9.3 É assegurado ao licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhá-lo atualizado, juntamente com a documentação na forma

do item 8.8.

- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório, após verificação da documentação de habilitação.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
 - CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas”, no item “CONSULTAS PÚBLICAS – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa” e “Consulta Requerido / Condenação”, selecionar esfera “TODOS(AS)”;
 - SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.
- 9.7 Não será habilitada a empresa que:**
- 9.7.1 esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 10.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;

- 9.7.2 não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.7.3 esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- 9.7.4 deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.7.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.5 deste edital.
- 9.8 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.7, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação das demais proponentes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até que um licitante atenda plenamente às exigências do Edital.
- 9.9 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.10 **DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 9.10.1 Quando solicitado, a licitante terá até 15 (quinze) dias úteis, após solicitação da CAIXA, para apresentação e disponibilização da solução.
- 9.10.2 É facultado aos participantes o acompanhamento da avaliação feita pela CAIXA, devendo os interessados realizarem a requisição formal pelo e-mail cecot29@caixa.gov.br.
- 9.10.3 A apresentação da amostra/solução será exigida apenas da licitante declarada vencedora na etapa de lances do pregão e habilitada.
- 9.10.4 A licitante que não entregar a(s) solução(ões), ou entregar fora do prazo estabelecido neste Edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, conforme item 15 deste edital.
- 9.10.5 Caso algum requisito funcional não seja plenamente atendido nesta fase de amostra será concedido prazo de 10 (dez) dias uteis para apresentação da correção.
- 9.10.6 Apenas na hipótese de a licitante melhor classificada não cumprir os requisitos da especificação técnica é que se convocarão as licitantes remanescentes na

ordem de classificação, até encontrar a licitante que esteja habilitada e apresente amostra em conformidade com todas as especificações contidas no Edital.

- 9.10.7 O licitante que se submeter à fase de amostra deve anexar no Portal de Licitações CAIXA o documento comprobatório da entrega da amostra e/ou realização dos testes da solução.
- 9.10.8 A fase de amostra poderá ser dispensada caso o bem/serviço já tenha sido homologado pela CAIXA e as especificações do objeto sejam idênticas as da presente licitação.
- 9.10.9 as regras específicas da apresentação e julgamento das amostras/solução constam no Anexo I-I.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta LICITAÇÃO CAIXA, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br – na “**Área do Licitante**”, efetuar o login no sistema por meio da opção “**Acesso ao Sistema**”, selecionar “**Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar**”, escolher a opção “**Intenção de Recurso**”, localizada no quadro “**Outras Ações**” no prazo de até 30 (trinta) minutos a partir da comunicação pelo sistema.
- 10.1.1 À recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar razões de recurso, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 10.1.
- 10.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 10.1, importará a decadência do direito de recurso, ficando o Licitador autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 10.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 10.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 10.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
- 10.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

11 DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 11.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 11.2 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital (Anexo IV).
- 11.3 Fica impedida de ser contratada para a execução de serviço objeto desta licitação o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas nos itens 2.5 do edital.
- 11.4 O licitante que for declarado vencedor da licitação e que não for cadastrado no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis exigidos como habilitação no edital, como condição para assinatura do contrato.
- 11.5 No ato da assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexada ao final da minuta de Contrato (Anexo IV).
- 11.6 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo IV).
- 11.7 A assinatura do contrato pela adjudicatária dar-se-á no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
- 11.7.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.
- 11.7.1.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pela adjudicatária.
- 11.7.1.2 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA na forma do item 3.
- 11.7.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo

estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 15 deste Edital.

- 11.8 Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá retomar a Licitação CAIXA e convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação e observadas as preferências previstas neste Edital.
- 11.9 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 11.9.1 Neste caso, será efetuada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no item 11.10.

12 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 12.1 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo IV) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 13.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 5%(cinco por cento) do valor total do contrato.
- 13.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do contrato:
- 13.2.1 A **Caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;
- 13.2.1.2.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento.
- 13.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 13.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente

ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;

13.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;

13.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

13.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

13.2.2.3.1 A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

13.2.2.3.1.1 A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;

13.2.2.3.2 No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;

13.2.2.3.3 A apólice deverá indicar o endereço eletrônico (e-mail) oficial caso exija a comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;

13.2.2.3.4 Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.

13.2.2.3.5 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

13.2.2.3.6 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 13.2.2.2.

13.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que

possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

13.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

13.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária apresentada em papel timbrado da instituição financeira emissora e que possua todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos), caso o registro seja feito pela via eletrônica, deve-se verificar a autenticidade do documento pela chave de acesso apresentada;

b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;

a) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

b) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;

c) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 14.6 deste Edital;

d) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

e) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

f) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

13.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções

administrativas cabíveis.

- 13.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.
- 13.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 13.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global contratado.
- 13.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

14 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1 A CAIXA, após a execução dos serviços e o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta de contrato (Anexo IV).

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato objeto desta licitação e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, nos termos estabelecidos na minuta de contrato (Anexo IV):

I multa;

II suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

- 15.1.1 A multa será cobrada pelo descumprimento das obrigações da CONTRATADA, pela inexecução contratual e pelo descumprimento dos prazos de atendimento, conforme exposto abaixo:

I Pelo descumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme sua natureza:

Item	Descumprimento	Sanção
I	Não observar as obrigações de natureza operacional, previstas no ANEXO I-D - FORMA DE	Multa de 0,5 % (por cento) sobre o

	EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.	valor total do contrato.
II	Não observar as obrigações de natureza técnica, previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.	Multa de 0,4 % (por cento) sobre o valor total do contrato.
III	Não observar as obrigações de natureza administrativa, previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.	Multa de 0,3 % (por cento) sobre o valor total do contrato.

II A multa pela inexecução contratual poderá ser cobrada nas seguintes situações:

- Inexecução parcial, insatisfatória do contrato, sendo a multa de 2% (dois por cento), calculada **sobre o valor total do contrato.**
- Interrupção da execução do contrato, sem prévia autorização da CAIXA, sendo a multa de 5% (cinco por cento), calculada **sobre o valor total do contrato.**
- O total inadimplemento de nível de serviço contratado por culpa exclusiva da CONTRATADA em prazo superior a 30 dias de atraso implicará na aplicação de multa compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) **do valor do contrato**, sem detrimento da cobrança de ressarcimento suplementar caso o prejuízo causado seja superior ao valor da multa.
- A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação aplicável, garantida a defesa prévia, independentemente de notificação ou interpelação judicial.

III Pelo descumprimento dos prazos definidos no **ANEXO I-E – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS**, após reincidência de 3 (TRÊS) vezes de desconto previstos no **ANEXO I-E – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS**, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste documento, a CONTRATADA estará sujeita a multas conforme tabelas a seguir:

- Tabela de multas progressivas por hora ou dia de atraso, conforme nível de atendimento para o Tempo Máximo de Início de Atendimento (TMIA), Tempo Máximo de Solução Operacional

(TMSO) e Tempo Máximo de Esclarecimentos de Dúvidas (TMED), para cada atendimento:

Indicador	Meta	Forma de cálculo	Percentual de Multa
TMIA e TMSO Severidade 1	Prazos de atendimento definidos no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMIA e/ou TMSO	0,004 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMIA e TMSO Severidade 2	Prazos de atendimento definidos no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMIA e/ou TMSO	0,003 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMIA e TMSO Severidade 3	Prazos de atendimento definidos no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMIA e/ou TMSO	0,002 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMED Severidade 4	Prazos de atendimento definidos no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMED	0,001 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.

- b) Tabela de multas progressivas por hora de atraso conforme nível de atendimento para o Tempo Máximo de Solução Definitiva (TMSDC), para cada atendimento:

Indicador	Meta	Forma de cálculo	Percentual de Multa
TMSDC Severidade 1	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMSDC	0,004 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMSDC Severidade 2	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMSDC	0,003 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.

TMSDC Severidade 3	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMSDC	0,002 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
------------------------------	---	--	--

- c) Tabela de multas progressivas por hora de atraso conforme nível de atendimento definido para o fornecimento de relatório consolidado dos chamados:

Indicador	Meta		Forma de cálculo	Percentual de Multa
Fornecimento de relatório consolidado dos chamados	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>		Total de horas de atraso em relação ao fornecimento de relatório consolidado dos chamados	0,001 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.

- IV Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos/acordados para o **Serviço de Implementação**, a CONTRATADA estará sujeita a multa de 0,2% (por cento) do **valor total do Serviço de Implementação**, para cada dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

- a) A partir da 31º (trigésimo primeiro) dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,4% (por cento), sobre o valor total do contrato, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

- V Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos/acordados para o **Serviço de Customização**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o **valor total do Serviço de Customização**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

- a) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o **valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

- VI Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o **Serviço de Transferência de Conhecimento**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o **valor total do Serviço de Transferência de Conhecimento**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo)

dia de atraso.

- a) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o **valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- VII Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o **Cronograma de Execução de Projeto**, conforme definido no **ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
 - a) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- VIII Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos **Manuais e Documentações**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,1% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
 - a) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- IX Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o serviço de **Atualização Tecnológica**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
 - a) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- X Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o **Plano de Sustentação**, conforme definido no **ANEXO I-F – PLANO DE SUSTENTAÇÃO**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
 - a) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

Parágrafo Primeiro - As multas e sanções definidas serão descontadas do valor da nota fiscal/fatura, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA administrativa ou judicialmente e **estarão limitadas a 10% (dez por cento) do valor total do contrato**.

- 15.1.2 As multas serão descontadas da **garantia**, do valor do documento fiscal e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA judicialmente
- 15.1.3 A CONTRATADA ficará sujeita a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas no Contrato (ANEXO IV).
- 15.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
 - IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - VIII Não mantiver a proposta;
 - IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 15.3 As sanções previstas nos subitens 15.1.1 e 15.2 poderão ser aplicadas concomitantemente.
- 15.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 15.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

16 DOS ILÍCITOS PENAI

- 16.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

17 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 17.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no compromisso registrado no SAP sob o nº 8000017724 e item de acompanhamento orçamentário nº. 3101-04 .

18 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

- 18.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 18.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 19.1 O contrato a ser firmado terá duração de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da Contratada, por períodos sucessivos, até o limite permitido na Lei nº 13.303/2016.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 20.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 20.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 20.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 20.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

- 20.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT/BR, em Brasília/DF.
- 20.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 20.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da Licitação CAIXA.
- 20.10 O licitante que usufruir da preferência disposta no item 7.10.2, inciso IV, deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 20.11 No caso de retificação do Edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 20.11.2 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 20.12 Os esclarecimentos acerca desta licitação serão disponibilizados no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro **“Painel Geral”**, selecionar o número do certame desejado e clicar na aba **“Pedidos de Esclarecimento”**.
- 20.13 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico mencionado no item 20.11.
- 20.14 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 20.15 Será vedada a subcontratação dos serviços especificados no Termo de Referência e seus anexos.
- 20.15.1 A disponibilização do ambiente de nuvem e a solução não são consideradas como subcontratação.
- 20.15.2 Caso haja subcontratação do serviço em nuvem, desde que explicitamente autorizado pela CAIXA, é obrigatório a Contratada apresentar a garantia formal do atendimento das cláusulas do item 13 do TR, por parte do Provedor de Serviços em Nuvem, seja por meio de declaração própria durante o processo de contratação, seja por meio de aditivo contratual, caso não previsto inicialmente no contrato original.

- 20.15.3 Para análise da empresa para a qual eventualmente for proposta a subcontratação relacionada acima, será exigida, anteriormente à manifestação da CAIXA, a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica, nos mesmos limites exigidos do licitante no item que trata de habilitação.
- 20.15.3.1 A CAIXA verificará a regularidade da subcontratada em relação aos impedimentos de licitar e contratar, não sendo admitida a subcontratação no caso de impedimento, conforme item 9.5.
- 20.15.3.2 A subcontratada deve emitir declaração informando não se enquadrar nas hipóteses previstas no item 2.4 e subitens.
- 20.15.4 No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual.
- 20.16 Encerrada a Licitação CAIXA, o Licitador disponibilizará aos interessados os valores do orçamento previamente estimado para a contratação.
- 20.17 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

21 DO FORO

- 21.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal, na cidade de Brasília.

Brasília, 19 de fevereiro de 2024.

Juliana Bassoli
Licitador

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****1 OBJETO**

- 1.1 Contratação de Solução para prestação dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais para tesouraria, controle, processamento de ativos, custódia, escrituração e contabilidade de fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários, contemplando a ativação da solução por prazo determinado de sessenta (60) meses com infraestrutura em nuvem provida pela fornecedora, com implementação e integrações, garantia de serviços de suporte técnico e de atualização tecnológica durante o prazo de vigência do contrato, serviços de customização, transferência de conhecimento, incluindo todas as documentações, novas funcionalidades e serviço de gerenciamento de carteiras, conforme termos e condições estabelecidas neste documento e anexos, obedecendo à seguinte configuração e distribuição:

2 VOLUMES DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 O volume global estimado para a contratação está distribuído de acordo como quadro abaixo, para o período de 60 (sessenta) meses:

Objeto	Serviços	Quantidade
Solução para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros com infraestrutura em nuvem provida pela fornecedora	Ativação da Solução, com as implementações e integrações previstas no cronograma de execução	Quantidades e requisitos conforme itens 3.9 e 3.12 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
	Suporte Técnico e Atualização Tecnológica	Máximo de 53 parcelas mensais
	Serviços de Customização – sob demanda	5000 Pontos de Função
	Transferência de Conhecimento – sob demanda	4 Turmas

- 2.2 A especificação detalhada do objeto contendo os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas constam neste Termo de Referência e nos demais anexos abaixo especificados:

ANEXO I-A	COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS
ANEXO I-B	REQUISITOS FUNCIONAIS
ANEXO I-C	LISTA DE INTEGRAÇÕES PREVISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO
ANEXO I-D	FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
ANEXO I-E	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS – NMS
ANEXO I-F	PLANO DE SUSTENTAÇÃO
ANEXO I-G	REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA FORNECEDORES DE NUVEM
ANEXO I-H	PLANO DE CONTINGÊNCIA
ANEXO I-I	AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO
ANEXO I-J	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
ANEXO I-K	GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
ANEXO I-L	TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA

3 DETALHAMENTO DO OBJETO

- 3.1 Consiste na contratação de Solução de Software para efetuar a prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, viabilizando o registro das operações, controle de posições, liquidações, parametrização e aplicação de modelos de precificação, parametrizações, contabilizações e retenções, disponibilizando assim solução completa de front, middle e back.
- 3.2 A CONTRATADA deverá executar todos os serviços necessários para a execução e implantação de todas as fases previstas nesse documento, incluindo a migração de dados do Sistema Legado e atender aos requisitos de integração com todos os sistemas previstos no ANEXO I-C - LISTA DE INTEGRAÇÕES PREVISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, de modo que seja garantido o seu pleno funcionamento em conformidade com suas especificações técnicas, sem ônus adicional para a CAIXA.
- 3.3 A Solução a ser disponibilizada pela CONTRATADA deverá estar totalmente adequada às demandas previstas na legislação e regulamentos.
- 3.4 Os serviços que fazem parte da Solução encontram-se descritos neste Termo de Referência e seus anexos.
- 3.5 **Ativação da Solução por Prazo Determinado**
- 3.5.1 Consiste no fornecimento de serviço pelo prazo determinado de sessenta (60) meses de utilização da Solução de software, inclusive cessão de direitos e licenças de módulos e demais componentes necessários à operação do sistema, doravante denominada "Solução Tecnológica", para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, observando os requisitos dos modelos de negócio, as regulamentações específicas para fundos de investimento e a prestação de serviços qualificados ao mercado de capitais provenientes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Associação das Entidades do Mercado Aberto – ANBIMA.
- 3.6 **Apuração de uso do serviço**
- 3.6.1 A CONTRATADA deverá informar o procedimento a ser realizado para o controle de uso do serviço, bem como auxiliar para que a CAIXA possa realizar tal procedimento de forma automatizada, sempre que necessário para o levantamento dos acessos utilizados.
- 3.6.2 A periodicidade do levantamento de uso do serviço será definida pela CAIXA.
- 3.7 **Idioma da Solução**
- 3.7.1 Toda a interface com o usuário se dará no idioma português.
- 3.8 **Manuais e Documentações**
- 3.8.1 Deverá fornecer a documentação de todos os serviços disponibilizados pela Solução, bem como os respectivos contextos de uso e formas de acesso – manual operacional – no formato on-line/digital.

- 3.8.2 Realizar a transferência de conhecimento para que multiplicadores CAIXA possuam os conhecimentos necessários para utilização das soluções criadas ou já constantes nativamente na plataforma.
- 3.8.3 Disponibilizar materiais que serão utilizados na transferência de conhecimento em idioma português do Brasil.
- 3.9 **Volumetria**
 - 3.9.1 **Quantidade estimada de usuários concorrentes**
 - 3.9.1.1 Acesso de múltiplos usuários à Solução, atendendo às requisições de, no mínimo, 240 usuários simultâneos sem prejuízo de desempenho, de acordo com a especificação técnica apresentada pela contratada e aprovada pela CAIXA com base em soluções semelhantes instaladas em seu parque, e atendimento ao processo descrito no Edital, incluindo, em sua composição, a capacidade de perfis de acesso personalizados conforme conveniência do usuário.
 - 3.9.2 **Volumetria estimada de carteiras, ativos controlados e Investidores**
 - 3.9.2.1 A Solução deve estar adequada para o controle da totalidade dos serviços de custódia qualificada para pelo menos 500 carteiras de custódia com estimativa média de 1 mil certificados por carteira, viabilizando as transações diárias vinculadas à prestação do Serviço Custódia Qualificada.
 - 3.9.3 **Volume de registros diários**
 - 3.9.3.1 O volume inicial previsto de registros de operações, após a implantação, é de aproximadamente 3.000 ao dia.
 - 3.9.3.2 Devem ser considerados a respectiva transmissão de arquivos/mensagens para a Clearing Houses, o envio de arquivos para a sensibilização das contas correntes, e comandos para outros legados (contabilidade, passivo, etc) a fim de estimar a volumetria e utilização do sistema.
 - 3.9.4 **Valor estimado de crescimento da quantidade de carteiras**
 - 3.9.4.1 Estima-se um crescimento de 15% ao ano, sendo necessário que a Solução esteja adequada para comportar tal crescimento, de modo a não comprometer o desempenho.

3.9.4.2 A taxa estimada de crescimento também deve ser aplicada aos itens de volumetria citados acima.

3.10 Garantia de Suporte Técnico

3.10.1 O serviço de suporte técnico em garantia consiste no atendimento para reparação de falhas e/ou inconsistências detectadas na Solução, na correção dos defeitos detectados, nas customizações realizadas, bem como manutenções preventivas ou de suporte ao negócio, quer seja ela remota ou local, de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento da Solução e dos seus módulos e/ou componentes.

3.10.2 O serviço de suporte técnico será prestado 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) por técnicos da CONTRATADA de forma a corrigir os problemas da Solução.

3.10.3 O suporte técnico compreende os seguintes tipos de atendimentos ou serviços:

3.10.3.1 Manutenções corretivas: Análise e correção de falhas e defeitos no sistema em demandas em desenvolvimento, homologação ou nos módulos já em produção, abrangendo comportamentos inadequados que causem problemas de uso ou funcionamento do sistema e quaisquer desvios em relação aos requisitos aprovados pelo gestor da aplicação, seja em rotinas “batch” ou “on-line”.

3.10.3.1.1 Caberá a CONTRATADA, durante a vigência do contrato, realizar toda correção necessária no aplicativo, independentemente do motivo ou do agente causador do problema.

3.10.3.2 Pronto atendimento: Disponibilização de atendimento técnico 24 horas por dia, 7 dias da semana, devendo ser prestado por equipe capacitada para receber, analisar e solucionar tempestivamente as ocorrências, responder questionamentos relativos ao funcionamento da Solução para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, realizar o acompanhamento das rotinas dos módulos em produção, bem como a retomada dos serviços devido a falhas, instabilidade operacional da solução e paralisações.

3.10.3.3 Serviços de Análise e diagnóstico de demanda: Triagem e qualificação das demandas de manutenção com apresentação do relatório de avaliação/diagnóstico e proposta de atendimento.

3.10.3.4 Participar da definição de planejamento de capacidade para o pleno funcionamento da Solução ao longo da vigência do contrato.

3.10.3.5 Realizar eventuais ajustes e tuning da infraestrutura para melhor desempenho da Solução.

- 3.10.3.6 Prestar suporte aos técnicos da CAIXA em tarefas de processamento e monitoração da Solução, a orientação na execução de rotinas típicas de um planejamento de execução, tanto na homologação de processos, como na identificação e correção de problemas, além de orientações na execução das rotinas do sistema;
- 3.10.3.7 Indicar soluções de contorno para situações não implementadas;
- 3.10.3.8 Realizar ajustes em perfis de acesso à Solução caso necessário.
- 3.10.3.9 Suporte Técnico Especializado: consiste em fornecer, sob demanda, suporte funcional e comercial aos usuários da solução, por meio de mentoring e/ou tutoria.
- 3.10.3.9.1 Serviços de caráter eventual que não impliquem diretamente em alteração da baseline da aplicação, com alteração, inclusão ou exclusão de funcionalidades, além de englobar os requisitos não funcionais dos serviços mediante abertura de Ordem de Serviço específica para este fim conforme ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.
- 3.10.3.9.2 Abrange alterações, inclusões ou exclusões nos seguintes serviços, recorrentes ou não: layout de telas, relatórios e arquivos; campos e variáveis em arquivos, tabelas e programas; nomenclatura de campos e variáveis; mensagens ao usuário; menus de navegação, ajuda e ou páginas estáticas; listas combo box e tabelas físicas; valores de parâmetros de processamento; code table.
- 3.10.3.9.3 Contempla ainda criação e alteração de rotinas de automatização de processos de execução e de sub-rotinas com perspectivas técnicas, ajuste/desenvolvimento de simulações de ocorrência de produção, incluindo – se necessário - carga de dados, criação e alteração de programas.
- 3.10.3.9.4 A CONTRATADA deverá prestar serviços de integração com os demais sistemas.
- 3.10.3.9.5 Neste grupo está incluída a construção de um conjunto de funcionalidades pré-existent em outro meio de apresentação (camada adicional), seja canal ou linguagem.
- 3.10.3.10 Serviços de Mentoring
- 3.10.3.10.1 Serviços de suporte técnico fundamentado em conhecimento especializado realizado por meio de encontros presenciais ou virtuais, entrevistas, questionários, apoio consultivo, coleta de dados, transferência de conhecimento, treinamento ou quaisquer atividades necessárias ao pleno entendimento, em perspectiva técnica ou comercial, dirigidos ao Gestor de Negócio e/ou às áreas de TI da CAIXA, incluindo emissão de pareceres técnicos ou consultivos.
- 3.10.3.11 Serviços de testes eventuais

- 3.10.3.11.1 Execução de programas ou rotinas do sistema, sob demanda, sem necessariamente ter havido manutenção no sistema. Serviço de testes automatizados.
- 3.10.3.11.2 Engloba análise de incidentes de teste em ambientes definidos pela CAIXA, avaliações de logs, geração de massas de testes e equalização de base de dados entre diferentes ambientes.
- 3.10.3.11.3 Geração de relatórios gerenciais não previstos no escopo desse documento.
- 3.10.3.11.4 Prestar os serviços de apoio à área negocial e de TI para qualificação de dados.
- 3.10.3.11.5 Suporte negocial na transferência de conhecimento da CONTRATADA dos processos e metodologias inerentes à manutenção das bases de ativos e investidores, processamento e liquidação de eventos, movimentação e conciliação das posições, controle tributário e demais processos inerentes a prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros nativos na Solução.
- 3.10.3.11.6 Definição das melhores práticas a serem adotadas nas parametrizações e customizações necessárias, na implantação dos mapas de carga dos sistemas legados, na migração das informações legadas e demais atividades necessárias ao pleno funcionamento da Solução Tecnológica.
- 3.10.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de acompanhamento do “status” do chamado aberto para a prestação de manutenção e/ou suporte técnico, por via Rede Internet, com recebimento de notificações por correio eletrônico e telefone (ligação gratuita) ou por outro meio disponível, caso haja interesse da CAIXA.
- 3.10.5 A unidade da CAIXA efetuará o pedido de atendimento por meio de abertura de chamado em sistema automático, ou outro meio disponível, informando o nome do usuário, a unidade solicitante, o nome do software componente da Solução, a versão e o relato do problema.
- 3.10.6 Nos chamados emergenciais serão usados números provisórios de registros, que posteriormente serão substituídos pelo número de registro do Sistema de Gerenciamento de Mudança e Configuração em gid.caixa (RTC – Rational Team Concert).
- 3.10.7 A CONTRATADA quando da assinatura do contrato, deverá estar adequada aos padrões da CAIXA no que concerne à utilização ou integração com o RTC, conforme definido pela CAIXA, de forma a atender as demandas de suporte técnico.

- 3.10.8 Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executado somente mediante prévia autorização da CAIXA, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela CONTRATADA.
- 3.10.9 Todo o serviço de suporte técnico deverá ser prestado em língua portuguesa do Brasil.
- 3.10.10 Os indicadores de atendimento para o serviço de suporte técnico estão descritos no ANEXO I-E - NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS.
- 3.10.11 Em caso de descumprimento dos indicadores de atendimento para o serviço de suporte técnico, a CONTRATADA também estará sujeita as sanções previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.
- 3.10.12 O serviço de suporte técnico será prestado dentro do período da vigência do contrato, sem ônus adicionais para a CAIXA.
- 3.10.13 A volumetria estimada de chamados (atendimento) é a apresentada na tabela abaixo:

Atendimentos	Quantidade Ano
RTC	197
Telefone e e-mail	443
Total anual	640
Média diária	2,5

3.11 Garantia de Atualização Tecnológica

- 3.11.1 O serviço de atualização tecnológica em garantia será prestado dentro da vigência do contrato e consiste na disponibilização para a CAIXA de todas as versões, features, releases, fixes e service packs, de forma a manter a Solução permanentemente atualizada, bem como, no fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos produtos licenciados sem custo adicional para a CAIXA.
- 3.11.2 O serviço de atualização tecnológica contempla ainda a atualização da Solução com relação às alterações das normas, procedimentos operacionais e regulamentações específicas para fundos de investimentos e controle de emissão de títulos e valores mobiliários (TVM) provenientes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Associação das Entidades do Mercado Aberto – ANBIMA, Receita Federal do Brasil – RFB, Banco Central e Depositários Centrais.
- 3.11.2.1 As atualizações de natureza legal terão seu atendimento obrigatório quando a vigência das alterações normativas se iniciarem durante a vigência do contrato com a CONTRATADA.

- 3.11.2.2 As atualizações de natureza legal e regulamentar deverão ser disponibilizadas para a CAIXA em tempo hábil de serem testadas e implementadas no ambiente de PRODUÇÃO da CAIXA antes do prazo inicial de vigência da nova regra, podendo a CONTRATADA ser penalizada pela não entrega da atualização da Solução em tempo hábil.
- 3.11.3 Os prazos definidos para disponibilização à CAIXA das versões, features, releases, fixes e service packs, assim como o fornecimento dos manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a sua plena utilização serão de no máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do seu lançamento sem qualquer custo adicional para a CAIXA, com exceção das atualizações de natureza legal as quais deverão ser disponibilizadas conforme descrito no item 3.11.2.2.
- 3.11.4 A CONTRATADA prestará, a partir do acionamento da CAIXA, a transferência de conhecimento das funcionalidades inseridas nas novas versões da Solução sem custo adicional para a CAIXA.
- 3.11.5 Na atualização de versões, a CONTRATADA deverá garantir o apoio técnico necessário para executar a Solução com as últimas versões para o qual foram licenciados, sem ônus adicional para a CAIXA.
- 3.11.6 O fornecimento de nova versão não deverá inviabilizar os demais módulos da Solução.
- 3.11.7 Em caso de descumprimento dos prazos de atendimento para o serviço de atualização tecnológica, a CONTRATADA estará sujeita as sanções previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.
- 3.11.8 É facultado às partes a convocação de reuniões de caráter gerencial e/ou técnico (áudio e/ou videoconferência) desde que comunicada com antecedência de 24 horas, a ser realizada em horário comercial ou de imediato de acordo com a urgência requerida.
- 3.11.9 O serviço de atualização tecnológica será prestado dentro do período da vigência do contrato, sem ônus adicionais para a CAIXA.
- 3.11.10 Será realizado mediante chamado da CAIXA e compreende quaisquer serviços que se fizerem necessários para deixar a solução em perfeito estado de funcionamento devendo a CONTRATADA atender a todo e qualquer chamado que venha a receber da CAIXA, conforme as condições estabelecidas neste documento.
- 3.12 **Serviços de Implementação e Integrações**
- 3.12.1 Os serviços de implementação consistem em executar as atividades necessárias ao pleno funcionamento da Solução e a migração de dados dos Sistemas Legados para a nova solução, objeto desta contratação.

- 3.12.2 A CONTRATADA deverá executar todos os serviços necessários para a migração de dados, como a interpretação, conversão, análise, importação, criação de rotinas e adoção de quaisquer outras práticas necessárias para viabilizar a migração de dados do sistema legado para a solução contratada. Desta forma, cabe a CONTRATADA a responsabilidade de execução do processo de migração em sua totalidade.
- 3.12.3 Constituem ainda como atividades do Serviço de Implementação o atendimento para reparação de falhas e/ou inconsistências detectadas, de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento da Solução e dos seus módulos e/ou componentes bem como a correção dos defeitos detectados nas customizações feitas na Solução em qualquer ambiente em que a Solução esteja instalada até a conclusão da implantação da Solução.
- 3.12.3.1 As atividades referentes as entregas e a implementação da solução tecnológica compreendem todas as ações necessárias para a instalação da solução em ambientes que serão definidos no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, estabelecimento das interfaces/integrações definidas no ANEXO I-C – LISTA DE INTEGRAÇÕES PREVISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, as parametrizações e customizações necessárias ao pleno funcionamento da solução tecnológica e a implementação de todos os requisitos especificados no ANEXO I-B - REQUISITOS FUNCIONAIS.
- 3.12.4 Para execução dos serviços de implementação, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica plenamente capacitada para dar vazão às solicitações dentro dos prazos previstos e com a qualidade esperada.
- 3.12.5 A remuneração dos serviços de implementação dar-se-á conforme estabelecido no cronograma de desembolso.
- 3.12.6 As fases de implementação da Solução serão descritas no item 6 – Cronograma de Execução do ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.
- 3.13 **Serviços de Customização**
- 3.13.1 Este serviço será solicitado pela CAIXA e consiste na customização, sob demanda, da Solução para atendimento de novas necessidades negociais não previstas neste contrato e que venham a ser solicitadas pela CAIXA ao longo da vigência do contrato.
- 3.13.2 A customização consiste em alterações ou complementação no código-fonte da Solução ou desenvolvimento de novos blocos ou módulos completos de código, relativos a novas funcionalidades, relatórios, melhorias, interfaces, integrações, formulários e telas para atendimento de requisitos técnicos e funcionais, serviços estes contratados e realizados sob demanda da CAIXA.
- 3.13.3 Consiste ainda na atualização de toda a documentação dos módulos e funcionalidades alteradas.
- 3.13.4 Por customização entende-se ainda qualquer esforço de adequação do produto standard que não possa ser atendido via PARAMETRIZAÇÃO.

3.13.4.1 Entende-se por **PARAMETRIZAÇÃO** quando os requisitos são atendidos sem a necessidade de alteração no código-fonte da Solução ou de desenvolvimento de novos blocos ou módulos completos de código, ou seja, o requisito está incorporado de forma nativa na Solução, podendo necessitar apenas de ajustes de parâmetros quando de sua implementação.

3.13.4.2 Caso a CONTRATADA execute os serviços de customização ao invés dos serviços que poderiam ser executados por meio de parametrizações, os valores pagos em hora/homem ou pontos de função nas customizações realizadas deverão ser ressarcidos para a CAIXA.

3.13.5 Formas de Mensuração dos Serviços

3.13.5.1 A critério exclusivo da CAIXA, métodos baseados em APF poderão ser aplicados nas medições/estimativas preliminares.

3.13.5.2 A CAIXA utiliza atualmente a versão 4.3.1 do Function Point Counting Practices Manual (CPM), podendo adotar versão superior, devendo a CONTRATADA se adaptar no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da comunicação formal pela CAIXA.

3.13.5.3 A CAIXA não adota a abordagem Multiple Media, o Roteiro de Métricas de Software do SISP ou qualquer diretriz adicional do mercado, sendo o Guia de Orientações de Métricas, documento integrante da metodologia CAIXA, o único meio de apropriação, esclarecimento e exemplificação p regras de APF.

3.13.5.4 Em condições específicas e a seu exclusivo critério, a CAIXA poderá adotar o método de contagem estimada e o de contagem indicativa preconizada pela NESMA (Netherlands Software Metrics Users Association) na execução de mensuração preliminar dos serviços contratados.

3.13.5.5 O Valor do Fator de Ajuste, segundo o conceito do IFPUG, adotado pela CAIXA em todas as contagens realizadas nos serviços referentes ao objeto desse contrato será 1,00 (um).

3.13.5.6 Para projetos de geração de interfaces e integração com sistemas e bases da CAIXA, o Valor do Fator de Ajuste fixado pela CAIXA para derivação de estimativa de custo, esforço e prazo será estabelecido em 1,35 (um inteiro e trinta e cinco centésimos), sem qualquer vínculo com a avaliação das características gerais do sistema.

3.13.5.7 Considerando a aplicação da técnica de APF, a fronteira de aplicação e o escopo da medição são definidos pela CAIXA.

3.13.5.8 As fronteiras das aplicações poderão ser ajustadas pela CAIXA, a qualquer momento, segundo sua visão de negócio, devendo a CONTRATADA adaptar-se.

3.13.5.9 Os serviços de customização englobam em seu ciclo de desenvolvimento/atendimento tanto requisitos funcionais, quanto não funcionais.

3.13.6 Operacionalização dos Serviços

3.13.6.1 O serviço de customização da Solução será demandado mediante chamado aberto pela CAIXA, com as informações da customização a ser realizada, bem como o prazo máximo para sua conclusão.

3.13.6.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar à CAIXA um plano de execução do serviço de customização em até 5 (cinco) dias úteis a partir da abertura do chamado contendo a relação dos profissionais alocados, o escopo e os prazos para finalização do serviço, observando o prazo máximo estabelecido pela CAIXA.

3.13.6.1.2 O plano será submetido à análise da CAIXA, para aprovação. Os trabalhos terão início após a aprovação do plano pela CAIXA e em até 10 (dez) dias corridos.

3.13.6.2 A CONTRATADA, a partir da aprovação do plano pela CAIXA, deverá finalizar o serviço no prazo acordado e o não cumprimento ensejará a aplicação das penalidades previstas.

3.13.6.2.1 Após a execução dos serviços acordados, as manutenções que forem necessárias deverão ser realizadas conforme prazos estabelecidos neste anexo para o suporte técnico e o seu descumprimento ensejarão a aplicação das penalidades previstas.

3.13.7 Contagens da Demanda

3.13.7.1 Nos serviços contratados, a CAIXA preferencialmente adotará duas contagens:

- a) Estimada ou detalhada, no início do serviço; e
- b) Detalhada, na conclusão do serviço.

3.13.7.2 A contagem inicial servirá de parâmetro para as estimativas dos serviços e poderá, a critério da CAIXA, ser dispensada.

3.13.7.3 A contagem final servirá de parâmetro para a remuneração da demanda e/ou realização de ajustes financeiros nos valores desembolsados anteriormente, caso seja necessário.

3.13.7.4 As contagens serão realizadas pela CAIXA ou por empresa por ela designada, podendo, a seu critério, executar outras contagens no decorrer do atendimento da demanda, sempre que identificada a necessidade.

3.13.7.4.1 O item anterior não desobriga a CONTRATADA de ter a sua própria contagem bem como a acompanhar o processo de medição e seus resultados, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente de fiscalizá-lo, não se eximindo das suas obrigações, inclusive quanto à devolução de valores cobrados e pagos indevidamente, independente das ações de fiscalização exercida pela CAIXA.

3.13.7.5 A ausência da medição detalhada ou falta de consenso no resultado obtido não desobriga a CONTRATADA da execução do serviço.

3.13.7.6 A CONTRATADA deverá prover os insumos e informações necessárias à execução do processo de medição com qualidade e de acordo com as regras estabelecidas pela APF.

3.13.8 Divergências de Contagem

3.13.8.1 Existindo divergência entre as contagens da CAIXA e da CONTRATADA, esta deverá encaminhar pedido de revisão formal à CAIXA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da divulgação do resultado pela CAIXA.

3.13.8.1.1 Não havendo manifestação da CONTRATADA no prazo estipulado, valerá a contagem realizada pela CAIXA.

3.13.8.2 A CAIXA somente acatará o pedido de revisão que apresentar relatório técnico e justificativas, segundo padrão definido pela CAIXA, e identificar o profissional do quadro da CONTRATADA, com certificação CFPS (Certified Function Point Specialist) válida, que participará do processo de divergência.

3.13.8.3 A revisão da contagem e elaboração da proposta de solução do impasse será realizada por profissional CFPS da CONTRATADA, em conjunto com o profissional indicado pela CAIXA, podendo este ser do seu quadro funcional e/ou de empresa CONTRATADA pela CAIXA para representá-la, devendo ambos serem detentores da mesma certificação.

3.13.8.4 A apresentação da proposta deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data estabelecida pela CAIXA para início das atividades.

3.13.8.5 Durante a existência de divergências, a CONTRATADA não está autorizada a rever as estimativas de prazo e custo da demanda, bem como os níveis de atendimento do chamado.

3.13.8.6 O resultado da divergência implicará em ajuste financeiro sempre que observado acréscimos ou decréscimo no tamanho funcional do produto medido.

3.13.8.7 Nas contagens cuja divergência seja inferior ou igual a 5% (cinco por cento) do total da contagem, prevalecerá a menor delas.

3.13.8.8 Durante toda a vigência do contrato, processos de validação e auditoria poderão resultar em divergência de contagem, sendo o resultado da contagem comunicado pela CAIXA à CONTRATADA, aplicando-se os mesmos procedimentos e prazos previstos para divergência de contagem, mesmo em serviços concluídos e remunerados.

3.13.8.9 As divergências de contagem em que se constatar a ausência de informações nos insumos fornecidos, informações essas necessárias à aplicação da técnica de APF, sujeitará a CONTRATADA às sanções pelo descumprimento das obrigações de natureza técnica.

3.13.8.10 A CAIXA a seu exclusivo critério, poderá alterar as condições de aplicação do Método de Contagem, segundo suas diretrizes metodológicas, formalizando a ocorrência à CONTRATADA por meio da publicação de nova versão do Guia de Orientação de Métricas.

3.13.9 Pagamento dos Serviços

3.13.9.1 O serviço será pago quando do aceite da CAIXA em ambiente de Produção, seguindo a seguinte fórmula:

Valor a ser pago = Tamanho do serviço x Valor do Ponto de Função

3.13.9.1.1 A CAIXA, a seu critério, poderá pagar até 70% (setenta por cento) do valor devido pelo serviço caso tenha sido atestado em ambiente de homologação, mas ainda não implantado em ambiente de Produção.

3.13.9.1.2 O valor restante devido será pago na implantação do serviço em ambiente de Produção.

3.13.9.1.3 A CAIXA não arcará com custos relacionados aos deslocamentos de profissionais da Contratada, mesmo que estes deslocamentos estejam vinculados às atividades de levantamento de dados e demais atividades necessárias à execução do serviço.

3.13.9.1.4 A CAIXA não remunerará custos alegados como esforço não funcional ou em outra medida não vinculada ao tamanho obtido pela aplicação da técnica de APF/IFPUG.

3.14 Transferência de Conhecimento

3.14.1 A Transferência de Conhecimento se constitui em obrigação contratual da CONTRATADA.

3.14.2 A transferência de conhecimento consiste em fornecer todos os subsídios para que a CAIXA obtenha os conhecimentos necessários ao perfeito entendimento da Solução contratada para a sua operacionalização, e parametrização.

3.14.2.1 A transferência de conhecimento ocorrerá sob demanda da CAIXA podendo ser solicitada durante toda a vigência do contrato.

3.14.2.2 A CONTRATADA deverá encaminhar à CAIXA uma proposta preliminar de transferência de conhecimento, em até 10 dias corridos a partir da solicitação da CAIXA, sugerindo conteúdo programático, datas, infraestrutura necessária e carga horária para prévia avaliação, facultando-se à CAIXA solicitar a reformulação da proposta e sugerir inclusões, exclusões e/ou alterações em seu conteúdo.

- 3.14.2.3 A CAIXA poderá, a seu critério, alterar o cronograma previsto para a transferência de conhecimento, citado nos subitens anteriores, de forma a adequá-lo à disponibilidade dos usuários que trabalharão diretamente com a Solução.
- 3.14.2.4 A CONTRATADA terá até 60 (sessenta) dias corridos, a partir da solicitação da CAIXA, para iniciar cada transferência de conhecimento.
- 3.14.2.5 Os custos referentes ao deslocamento do profissional técnico, se necessário, incluindo passagens, hospedagem e alimentação, e todo material utilizado, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CAIXA.
- 3.14.2.6 O ambiente e a logística necessária para transferência de conhecimento deverão ser providenciados pela CAIXA.
- 3.14.2.7 Ao final da transferência de conhecimento os empregados CAIXA deverão estar aptos a compreender todas as alternativas de uso de cada funcionalidade existente na Solução Tecnológica e usá-las de maneira adequada, além do conhecimento para gerar e avaliar relatórios e prestar suporte aos clientes no uso da referida Solução Tecnológica.
- 3.14.2.8 A transferência de conhecimento se dará de acordo com as datas e prazos estabelecidos pela CAIXA em 04 (quatro) turmas.
- 3.14.2.9 As turmas serão montadas pela CAIXA contendo até 15 (quinze) participantes por turma.
- 3.14.2.10 Cada turma deverá cumprir um mínimo de 20 (vinte) horas de transferência de conhecimento.
- 3.14.2.11 As transferências de conhecimento poderão ocorrer via ensino à distância – EaD e serão operacionalizadas em plataforma indicada pela CAIXA, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

3.14.3 Conteúdo programático

- 3.14.3.1 Deverão ser contemplados conteúdos programáticos diferenciados de transferência de conhecimento, para atendimento aos seguintes perfis de usuários abaixo especificados:

a. Usuários finais da Solução

- Gestores de negócio (Serviços Qualificados)
- Auditoria interna
- Equipes de atendimento aos investidores

3.14.3.2 Usuários finais da solução:

3.14.3.2.1 Compreendem os usuários de negócio, gestores de risco e técnicos em gerenciamento de risco e técnicos de atendimento, os quais possuem perfis técnico-gerencial. Estes usuários deverão ser capacitados para obter no mínimo os conhecimentos, habilidades e capacitação para utilização plena, geração de cálculos, produção de relatórios, utilização de ambiente de testes e parametrização da Solução.

3.14.3.2.2 Conteúdo mínimo a ser contemplado nas transferências de conhecimento:

Transferência de conhecimento # 1

Terá o objetivo de capacitar as equipes CAIXA para o conhecimento da Solução de OLAP utilizada pela Solução Tecnológica, construção de universos, camada semântica, parametrização, construção de relatórios *ad hoc*.

Público-alvo: Equipe desenvolvimento e usuários finais da Solução
Máximo de 15 pessoas
Número de turmas: 02
Local: Dependências da CAIXA.

Transferência de conhecimento # 2

Terá o objetivo de capacitar as equipes CAIXA para o conhecimento da Solução Tecnológica de Custódia Qualificada, no tocante às suas funcionalidades, execução dos relatórios, e necessidades expostas pela área gestora.

Público-alvo: Usuários finais da Solução
Máximo de 15 pessoas
Número de turmas: 02
Local: Dependências da CAIXA.

- 3.14.4 Todo material didático referente à transferência de conhecimento deverá ser fornecido em língua portuguesa do Brasil.
- 3.14.5 Dentre os itens de pauta/conteúdo programático, deverão constar exercícios de fixação a serem realizados pelos participantes, de modo a assegurar a efetiva habilitação do empregado para operação da solução.
- 3.14.6 Também é dever da CONTRATADA a elaboração de certificados de participação nas turmas de transferência de conhecimento realizadas, identificando os empregados participantes, o conteúdo abordado e a carga horária da respectiva transferência de conhecimento.
- 3.14.7 As transferências de conhecimento deverão ter como foco principal a demonstração prática das funcionalidades da Solução e o esclarecimento de eventuais dúvidas, sendo que, ao final das respectivas reuniões, haverá uma avaliação realizada junto aos participantes para atestar a qualidade e foco na demonstração prática das funcionalidades.

- 3.14.8 Ao final dos repasses de conhecimento, a CONTRATADA deverá encaminhar à CAIXA a relação de frequência e a avaliação dos participantes, para a realização do ateste.
- 3.14.9 Cada serviço de transferência de conhecimento será atestado pela CAIXA por meio de avaliação que demonstre a qualidade da transferência realizada e o conhecimento absorvido pelos participantes com referência às funcionalidades técnicas e de execução da Solução, conforme os seguintes critérios:
- Capacidade de esclarecimento de dúvidas do instrutor;
 - Didática de ensino/capacidade de transmissão de conteúdo;
 - Materiais e recursos utilizados;
 - Administração do tempo e adequação do conteúdo;
 - Demonstração de conhecimento da Solução;
 - Capacidade de realização das atividades propostas;
 - Funcionalidades técnicas e operacionais absorvidas.
- 3.14.9.1 As notas médias da transferência de conhecimento, atribuídas à CONTRATADA, não poderão ser inferiores a 7, em uma escala de 1 a 10.
- 3.14.9.2 Caso as notas médias sejam inferiores a 7, a CONTRATADA se obriga a repetir a transferência de conhecimento em pauta, sem ônus adicional para a CAIXA.
- 3.14.10 A CONTRATADA deverá zelar e assegurar a transferência de todo conhecimento adquirido ou produzido, relativamente a serviços em andamento ou finalizados, para as equipes da CAIXA e/ou para aquelas por ela designadas.
- 3.14.11 O descumprimento da obrigação da Transferência de Conhecimento incorrerá a CONTRATADA em multa em seu desfavor.
- 3.14.12 A CONTRATADA deverá fornecer a documentação da Solução compatível, incluindo manual de utilização da solução, que deverá conter passo a passo detalhado para utilização de todas as funcionalidades disponibilizadas na ferramenta.
- 3.14.13 O material deverá ser entregue em formato digital.
- 3.14.14 O manual deverá ser atualizado, a pedido da CAIXA, por motivo de adequação necessária da utilização operacional da solução por parte dos usuários da CAIXA ou por motivo de atualização da Solução.
- 3.14.15 As atualizações dos manuais solicitados pela CAIXA deverão ser realizadas pela CONTRATADA em prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.
- 3.14.16 A CONTRATADA deverá manter toda a documentação gerada atualizada durante toda a vigência do contrato.
- 3.14.17 Toda a documentação gerada pela CONTRATADA deverá ser disponibilizada para a CAIXA e passará a ser de sua propriedade.

ANEXO I-A

COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS

1. Composição aproximada das Carteiras de clientes a serem custodiadas na Solução para prestação de Serviços Qualificados.

CARTEIRA A		
Renda Fixa	Qde de Certificados*	Qde de Papéis
Títulos Públicos (IPCA)	1.401	958.000
CARTEIRA B		
Renda Fixa	Qde de Certificados ¹	Qde de Papéis
Títulos Públicos	4	280
Compromissada	1	540
Renda Variável	Qde de Certificados ¹	Qde de Papéis
Ações	21	61.500
Opções	2	2.000
Aluguel	3	20.500
Cotas de Fundos	Qde de Certificados ¹	Qde de Papéis
	2	1.100
CARTEIRA C		
Renda Fixa	Qde de Certificados ¹	Qde de Papéis
Títulos Públicos (IPCA e SELIC)	1.085	563.000
Compromissada	4	5.260.000
Títulos Privados	Qde de Certificados ¹	Qde de Papéis
CDB	5	430.000
DEBENTURE DI + SPREAD	9	123.000
DEBENTURE IPCA + SPREAD	6	100.000
DEBENTURE PERCENTUAL DI	8	41.850.000
LF TAXA OVER	25	13.200
LF SUBORDINADA TAXA OVER	1	330
Derivativos	Qde de tipos de Contratos ²	Qde de Contratos
	5	
Cotas de Fundos	Qde de Certificados ¹	Qde de Papéis
	2	17.500

¹Entende-se como "Qde de Certificados" o nº de posições adquiridas em dadas distintas.

²Entende-se como "Qde de tipos de Contratos" o nº de tipos de contratos adquiridos.

ANEXO I-B**REQUISITOS FUNCIONAIS****1. DEFINIÇÕES**

1.1 Entende-se como requisitos funcionais as funcionalidades listadas neste anexo, as quais devem ser atendidas conforme os critérios a seguir:

1.2 A CONTRATADA, deverá entregar todas as funcionalidades descritas neste anexo (ANEXO I-B – REQUISITOS FUNCIONAIS) no prazo definido no cronograma de execução (ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO).

2. REQUISITOS NEGOCIAIS DA SOLUÇÃO

2.1 Os requisitos descritos abaixo devem ser atendidos pela CONTRATADA em sua totalidade e serão validados pela CAIXA logo após a entrega, instalação e customização inicial da Solução.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Características Gerais	Descrição	Prioridade
A solução deve apresentar tempo de processamento conforme definido no item 2 do ANEXO I-J – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Autoexplicativo	1
A solução deve permitir realizar a Liquidação, Custódia e Controladoria de carteiras de clientes (PF e PJ) e Fundos de Investimento de todas as modalidades previstas pela CVM, possibilitando alterar esse cadastro quando necessário, mantendo a data de vigência de cada alteração.	Autoexplicativo	1
Os requisitos devem ser atendidos pela CONTRATADA em sua totalidade e serão validados pela CAIXA após cada entrega, instalação e customização da Solução	Autoexplicativo	1
A Solução Tecnológica de Custódia Qualificada deve prover todos os controles necessários para uma efetiva Liquidação, Custódia e Controladoria de carteiras administradas e fundos de investimento	Autoexplicativo	1
Solução e suporte em português	Autoexplicativo	1
Multi-Moeda	Autoexplicativo	1
Parametrização de permissões por perfil de usuário e grupo de usuários	Autoexplicativo	1

Parametrização de permissões por carteira, por lista de carteiras e/ou cotista	Autoexplicativo	1
Manutenção de usuários administradores	Autoexplicativo	1
Controle de tentativas de acessos, duração de bloqueio e controle de inatividade	Autoexplicativo	1
Dupla validação de transações/cadastros e controle de alçada	Autoexplicativo	1
Controle e disponibilização de trilha de auditoria gerada em todas as funções executadas no sistema, desde tentativas de acesso a qualquer interação que o usuário tenha com a Solução, com a respectiva identificação do usuário, data e hora da interação e a identificação dos dados alterados	Autoexplicativo	1
Controle de vigência de todos os parâmetros registrados na solução	Autoexplicativo	1
Disponibilização de consultas e relatórios para todas as rotinas de cadastros da Solução	Autoexplicativo	1
Disponibilização e geração de relatórios nos formatos PDF, XLS/XLSX, CSV	Autoexplicativo	1
Todas as consultas devem apresentar filtros com opções por data, período, carteira individual e/ou grupo	Autoexplicativo	1
Disponibilização de portal WEB para boletagem pelos clientes, de todos os tipos de operações contidas na Solução, além de geração de relatórios, arquivos e extratos de suas posições ativas	Autoexplicativo	1
Disponibilização de portal WEB para registro de movimentações pelos clientes (aplicações e resgates), e para geração de relatórios, arquivos e extratos de suas posições passivas	Autoexplicativo	1
Utilização do padrão de mensageria BACEN para troca de informações entre a CAIXA e o mercado	Autoexplicativo	1
Multi-tela / Multi-sessão	Autoexplicativo	1
A solução deve possuir cadastro de múltiplas Tabelas de Feriados, contendo no mínimo: Feriados Nacionais e Feriados no município de São Paulo	Autoexplicativo	1

A ferramenta deve promover interoperabilidade com os sistemas legados CAIXA, parametrização de interface, geração, consulta e extração de arquivos	Autoexplicativo	1
Deve promover a integração com os sistemas de Câmaras e Órgãos reguladores externos	Autoexplicativo	1
Deve permitir cadastramento de parâmetros dos fundos, operações, despesas, taxas, via tela ou planilha, mediante a autorização por outro usuário	Autoexplicativo	1
Os relatórios devem exibir o logo da empresa contratante	Autoexplicativo	1
Os ativos devem ser apresentados nas consultas e relatórios conforme sua classe no cadastro, não devendo ser associados ao ambiente de negociação.	Ativos como cotas de fundos estruturados negociados em bolsa devem ser apresentados nas consultas/relatórios dentro do grupo de cotas específicos de sua classe.	1

3.1 ATUALIZAÇÃO DE DADOS, INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS E ARQUIVOS DE CUSTÓDIA

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Possibilitar a alimentação diária das informações oficiais de fechamento dos indicadores econômico-financeiros e arquivos de custódia das centrais depositárias, conforme definido a seguir:	Tratamento para os arquivos disponibilizados pelas centrais depositárias e incluir manualmente ou automaticamente os índices disponibilizados nos sites dos Órgãos responsáveis. Sistema deve possuir funcionalidade para importação, acompanhamento e pesquisa de arquivos.	1
Fonte B3 - BM&FBovespa:	Tratamento para todos os arquivos disponibilizados pela B3, incluindo e não se restringindo aos arquivos listados neste documento.	1
Eventos de ações (juros, dividendos, desdobramentos, grupamentos e bonificações)	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente.	1

	Tratamento das informações contidas no arquivo.	
Taxas Referenciais de Swap	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
Taxas de Câmbio Referenciais BM&FBOVESPA	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Prêmio de Referência para Opções	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Prêmio de Referência para Opções sobre Ações	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Superfícies de volatilidade de opções da B3	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Superfície de volatilidade do Dólar	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Mercado de Títulos Públicos - Preços Referenciais para Títulos Públicos	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
Renda Fixa (Bovespa Fix) - Histórico de Negócios de Debêntures	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2

Renda Fixa - Preços de Mercado	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.018 – SettlementReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.019 – NetResultRepor	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.021 – CashEntryNotificationBySettlementDate	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.024 – FeeVariablesInformation	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.025 – FeeUnitCostReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.028 – InstrumentReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.031 – DailyFeeUnitCostReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.043 – FeeUnitCostPublicReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente.	1

	Tratamento das informações contidas no arquivo.	
BVBG.044 – DailyFeeUnitCostPublicReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.072 – EquitiesFeePublicInformation	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.086 ou arquivo disponibilizado pelo serviço UP2Data da B3 - PriceReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVBG.087 – IndexReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
BVMF.038 – NetResultStatusNotification.	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
Fonte ANBIMA:	Tratamento para os arquivos disponibilizados pela ANBIMA, incluindo e não se restringindo aos arquivos listados neste documento.	1
Mercado Secundário de Títulos Públicos	Importação sem manipulação do arquivo capturado na ANBIMA. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo com a associação correta da taxa indicativa ao ativo.	1
Mercado Secundário de Títulos Privados	Importação sem manipulação do arquivo capturado na ANBIMA. Pesquisa de arquivos importados anteriormente.	2

	Tratamento das informações contidas no arquivo com a associação correta da taxa indicativa ao ativo.	
Projeção IPCA	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Projeção IGPM	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Projeção diária SELIC	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Informações dos índices de mercado para títulos públicos: IMA Geral, IMA Geral ex-C, IRF-M, IMA-B, IMA-C, IMA-S, IRF-M 1, IRF-M 1+, IMA-B 5 e IMA-B 5+	Autoexplicativo	1
Informações dos índices de mercado para debêntures: IDA-Geral, IDA-DI, IDA-IPCA, IDA-IGPM e IDA-Geral ex-IGPM.	Autoexplicativo	1
Estrutura a termo de taxas de juros estimada	Autoexplicativo	
Inflação implícita.	Autoexplicativo	
Curvas de Crédito	Importação e tratamento das curvas disponibilizadas pela ANBIMA	1
Fonte B3 – CETIP:	Tratamento para todos os arquivos disponibilizados pela B3-Cetip, incluindo e não se restringindo aos arquivos listados neste documento.	1
Renda Fixa – Negócios Registrados	Importação e tratamento do arquivo de negócios registrados na plataforma da B3.	2
Taxa CDI diária	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
DPREVIA – Prévia de Eventos	Importação e tratamento de arquivo.	1
DPOSICAOCUSTODIA – Posição de Custódia	Importação e tratamento de arquivo.	1

DPOSIACOTISTA – Posição de Cotistas	Importação e tratamento de arquivo.	1
Fonte SELIC:	Tratamento para todos os arquivos disponibilizados pela SELIC, incluindo e não se restringindo aos arquivos listados neste documento.	1
ASEL006 – PU550	Importação e tratamento de arquivo.	1
ASEL007 – Títulos	Importação e tratamento de arquivo.	1
ASEL101 – Movimentação Diária	Importação e tratamento de arquivo.	1
ASEL102 – Posição de Custódia	Importação e tratamento de arquivo.	1
Fonte IBGE:	Tratamento para os índices divulgados pelo IBGE	1
Índice mensal IPCA	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Índice mensal INPC	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Índice mensal INCC.	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Fonte FGV:	Tratamento para os índices divulgados pelo FGV	1
Índice mensal IGP-M	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Índice mensal IGP-DI.	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Banco Central do Brasil:	Tratamento para os arquivos e informações disponibilizadas pelo BC, incluindo e não se restringindo aos listados neste documento.	1
Câmbio e Capitais Internacionais – Taxas de Câmbio – Todas as Moedas	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1

Taxa SELIC Diária	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
TR	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
TBF e Redutor TBF	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
TJLP e URTJLP	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
TLP	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
DEDIP – taxa diária extramercado	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Negociação de Títulos Federais no Mercado Secundário.	Importação e tratamento de arquivo.	1
Outros:	Tratamento para os arquivos e informações disponibilizadas por outras fontes de mercado, incluindo e não se restringindo aos listados neste documento.	4
Cotações e eventos das ações negociadas nas bolsas internacionais	Autoexplicativo	2
Cotação Spot de moedas estrangeiras	Autoexplicativo	2
Índice mensal IPC-Fipe	Autoexplicativo	1
LIBOR (diversas periodicidades)	Autoexplicativo	1
Cotações de NDF	Autoexplicativo	2
Cotações de commodities (CBOT)	Autoexplicativo	2
Cotações e Curvas de Renda Fixa offshore.	Autoexplicativo	1

Possuir mecanismo de carga diária automática contemplando todos os indicadores e arquivos das depositárias listados acima a partir de arquivo de fechamento a ser fornecido pela CONTRATADA ou por meio de acesso via Internet ao banco de dados da CONTRATADA, atendidas as regras de firewall corporativas da CAIXA, em qualquer caso, garantindo a impossibilidade de manipulação manual dos dados por usuários da CAIXA anteriormente à carga dos indicadores na base de dados da Solução Tecnológica.	Autoexplicativo	
A solução deve possuir funcionalidade para manutenção manual (consulta, inclusão, alteração e exclusão) dos indicadores e feriados citados, com gravação de trilha de auditoria em caso de inclusão, alteração ou exclusão. Possibilitar a criação de novos indicadores, permitindo a importação a partir de leiautes pré-definidos e cadastro manual	Autoexplicativo	
Quando da disponibilização para a CAIXA em Produção, a Base de Dados da Solução Tecnológica deverá contemplar as informações históricas dos indicadores mencionados, fornecidos pela contratada, compreendendo dados desde 01/07/1994, se existentes à época.	Autoexplicativo	

3.2 CADASTRO E PARÂMETROS DE FUNDOS E CARTEIRAS

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Permitir a inclusão/alteração/exclusão dos dados cadastrais de todos os tipos de fundos e carteiras, com controle de vigência por data de alteração.	Deve apresentar no mínimo os campos: nome, endereço, CNPJ, CPF, e-mail, telefone, conta corrente, exercício social, tipo de condomínio (aberto ou fechado), entre outros dados cadastrais	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão da classificação dos fundos e carteiras, com controle de vigência por data de alteração.	Classificação de fundos e carteiras conforme legislação vigente (CVM, ANBIMA, Ranking ANBIMA)	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão dos parâmetros de conversão das movimentações dos fundos, com	Exemplos: Conversão/Liquidação de Resgates e Aplicações em D+0, D+1	1

controle de vigência por data de alteração.		
Parametrização de feriados com a identificação das respectivas praças, para fins de controle de data de conversão/liquidação e cálculo de cota, inclusive quando houver feriado de Bolsa	Autoexplicativo	1
Permitir a inclusão/alteração de data de constituição e data da implantação e status dos fundos e carteiras	Os status devem prever no mínimo: Produção, Encerrado, Transferido.	1
Permitir a inclusão/alteração de data de encerramento ou transferência de fundos e carteiras com alteração do status da carteira e controle para que a partir desta data não permita registros.	Os fundos e carteiras nessa situação não deverão ser apresentados em relatórios de datas posteriores a seu encerramento/transferência, além de não ser permitidos o registro de quaisquer operações que possam sensibilizar a carteira	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão dos responsáveis legais e seus respectivos contatos, com controle de vigência por data de alteração.	Administrador, Gestor, Custodiante, Liquidante, Controlador Ativo, Controlador Passivo	1
Permitir a parametrização da quantidade de casas decimais para apurar o valor da cota, quantidade de cotas, e critérios de arredondamento/truncamento, com controle de vigência por data de alteração.	Autoexplicativo	1
Permitir a parametrização das informações do cálculo de cota	Parâmetros de tipo de Fundo: Abertura ou Fechamento e periodicidade do cálculo da cota	1
Permitir a associação de um ou mais benchmarks a fundos e carteiras, com controle de vigência por data de alteração.	Autoexplicativo	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de benchmarks simples e compostos, com controle de vigência por data de alteração.	Exemplos: CDI, IGPM, IPCA, IPCA + 6%, 70% CDI + 30% IMA-B	1
Permitir a parametrização de funcionalidade para não possibilitar saldo em caixa negativo a fundos e carteiras e possibilitar a aprovação por limite de alçada parametrizável por valor e perfil de acesso.	Autoexplicativo	2
Funcionalidade para parametrizar data de corte por fundo para bloqueio de movimentações retroativas e reprocessamentos e possibilitar a aprovação por limite de alçada parametrizável por perfil de acesso.	Autoexplicativo	1

Permitir a inclusão/alteração/exclusão de grupo de fundos de investimento e carteiras, para utilização em pesquisas e relatórios	Autoexplicativo	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão do perfil tributário dos fundos e carteiras, com controle de vigência por data de alteração.	Renda Fixa, Renda Variável, FII, PF, PJ, FIP, FIDC	1
Permitir a parametrização do tratamento tributário e do prazo médio dos fundos, com controle de vigência por data de alteração.	Conforme prazos e parâmetros estabelecidos pela CVM e Receita Federal (Faixas de IR e tabela regressiva de IOF)	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de planos contábeis, de acordo com a classificação do fundo e carteira e as normas vigentes, com controle de vigência por data de alteração.	COFI, COSIF	1
Permitir inclusão/alteração de parâmetro de evolução contábil para fundos/carteiras	Metodologia de taxa negociada, TIR, metodologia de custo amortizado, curva de aquisição e ágio/deságio.	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de agências classificadoras de risco	Autoexplicativo	1
Permitir a associação de fundos e carteiras a uma ou mais agências classificadoras de risco	Autoexplicativo	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de notas de classificação de risco diferentes para mesmo ativo ou emissor, conforme atribuído por cada agência classificadora, com controle de vigência por data de alteração.	Autoexplicativo	1
Permitir a associação dos fundos e carteiras com sistemas legados da CAIXA utilizados para prestação de serviços qualificados	Exemplos: sistema de depósito, sistema contábil, sistema de passivo, entre outros	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de informações de códigos internos da CAIXA, código ANBIMA, código STI e CNPB na tabela de fundos e carteiras, necessários para a geração de interfaces e emissão de relatórios.	Autoexplicativo	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de uma ou mais contas correntes no sistema de depósito legado, com data de vigência	Autoexplicativo	1
Permitir a parametrização de históricos de lançamentos de caixa aos códigos utilizados na interface com o sistema de depósitos e a eventos utilizados na interface com o sistema contábil	Autoexplicativo	1

Tratar as operações de fusão, cisão, incorporação e transformação de fundos, conforme Capítulo XII da ICVM 555.	Registro de eventos com os respectivos impactos financeiros / contábeis e controle de vigência.	2
Relatório com os dados da carteira	Deve apresentar as informações do cadastro da carteira, como Data de implantação, Conta Corrente, Responsáveis, Tributação, Exercício Social, Benchmark, entre outros	1
Relatório com os grupos de fundos cadastrados contendo a possibilidade de consultar quais os fundos pertencem a determinado grupo ou quais os grupos, determinado fundo está associado	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar nome do grupo e fundos associados ou nome dos fundos e grupos associados	1
Relatório com carteiras abertas, fechadas, ativadas e inativadas por período	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar no mínimo os campos fundo/carteira, CNPJ e status da carteira	1

3.3 CÁLCULO DE COTAS

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Processamento de carteiras e de todos os tipos de fundos regulados pela ICVM555, inclusive fundos que possuem classe de cotas	Autoexplicativo	1
Processamento simultâneo de carteiras e fundos, grupos de carteiras e fundos, por data ou período	Autoexplicativo	1
Cálculo de cota de abertura e cota de fechamento, apuração da rentabilidade, inclusive na situação de patrimônio líquido negativo.	Autoexplicativo	1
Executar cálculo de cota de abertura	O sistema deverá calcular o patrimônio atualizando os valores de provisões, inclusive de provisões com diferimento, e o preço de todos os ativos da carteira de investimento para D+0, mantendo o estoque e caixa de D-1, desta forma os lançamentos previstos para D+0 como captação e liquidação não devem compor o patrimônio para o cálculo da cota. Atualizações/movimentações	1

	(exceto de captação) após a confirmação da cota, devem ser registradas em ajuste automaticamente, não permitindo alterações da cota, a não ser com abertura de parâmetro manualmente. Na data seguinte, o ajuste não deverá compor a posição do fundo/carteira.	
Executar cálculo de cota de fechamento	O sistema deverá calcular o patrimônio atualizando os valores de provisões, inclusive de provisões com diferimento, o preço de todos os ativos da carteira de investimento, estoque, caixa e a prévia de captação. Atualizações/movimentações (exceto de captação) após a confirmação da cota, devem ser registradas em ajuste automaticamente, não permitindo alterações da cota, a não ser com abertura de parâmetro manualmente. Na data seguinte, o ajuste não deverá compor a posição do fundo/carteira.	1
Calcular valores de cota cheia, cota bruta e cota líquida para fundos e carteiras.	Cota cheia (antes da amortização);	1
	Cota bruta (antes da taxa de performance);	
	Cota líquida (após a cobrança de todas as taxas).	
Efetuar as conversões e atualização da base a partir dos ingressos/retiradas registrados como prévia, após o cálculo da cota.	A solução deverá efetuar a conversão prévia dos ingressos/retiradas e posteriormente sobrepô-los pela captação definitiva recebida do passivo	1
Permitir a confirmação, pelo usuário, do valor da cota calculada pelo sistema, com controle de status de liberação da cota.	Apenas cotas liberadas pelo usuário são utilizadas por rotinas mandatórias (envio de informações a entidades externas) e a solução de front.	1

Permitir o envio das cotas liberadas para o sistema de passivo.	O arquivo é enviado para integração com o passivo no período da tarde (cota de abertura) e pela noite (cota de fechamento)	1
Permitir a reabertura da carteira para recálculo da cota, mediante autorização prévia.	Autoexplicativo	1
Permitir a reabertura da carteira para reproprocessamento de movimentos, gerando ajustes, sem alteração do valor da cota e mediante autorização prévia.	Autoexplicativo	1
Efetuar reproprocessamentos por período sem que haja exclusão de movimentos já liquidados no fundo, gerando quando necessário, ajustes diários	Autoexplicativo	1
Permitir o recálculo da cota por período, devendo efetuar nova conversão das cotas de aplicação/resgate do período recalculado	Autoexplicativo	1
Relatório com a Composição de Ativos	Relatório com filtro de carteira e grupo de carteiras e por período. Deve apresentar as informações agrupadas por carteira, segmento de ativos e apresentar as informações analíticas das posições investidas.	1
Relatório com Composição detalhada da carteira (Demonstrativo de Patrimônio)	Deve conter: o Data de Posição da Carteira;	1
	o Data de Geração do Relatório;	
	o Carteira;	
	o CNPJ da Carteira;	
	o Administrador da Carteira;	
	o Gestor da Carteira;	
	o Classificação do papel;	

	o Categoria do papel	
	o Código do Ativo;	
	o Data da Compra;	
	o Emitente;	
	o Indexador;	
	o Taxa de Aquisição;	
	o Data de Vencimento;	
	o Quantidade;	
	o Quantidade livre;	
	o Quantidade bloqueada;	
	o Preço Unitário de Mercado;	
	o Preço Unitário Contábil;	
	o Valor Bruto dos Ativos;	
	o Valor dos tributos calculados sobre os ativos;	
	o Valor Líquido dos Ativos;	
	o Valor bloqueado dos Ativos;	
	o Percentual do Ativo em relação aos investimentos;	

	o Valores provisionados;	
	o Data prevista para pagamento/recebimento das provisões;	
	o Saldo de caixa;	
	o Rentabilidade diária da carteira;	
	o Rentabilidade mensal da carteira;	
	o Rentabilidade anual da carteira;	
	o Rentabilidade dos últimos seis meses da carteira;	
	o Rentabilidade dos últimos doze meses da carteira;	
	o Rentabilidade diária da carteira em relação aos benchmarks cadastrados;	
	o Valor total dos investimentos;	
	o Valor total das provisões;	
	o Valor do patrimônio líquido;	
	o Valor da cota;	
	o Quantidade de cotas;	
	o Valor de ajuste;	
	o Valor Nocial dos derivativos	
Relatório com a Rastreabilidade de Patrimônio	Relatório com o detalhamento de todos os processamentos/cálculo	1

	realizados para apuração da cota	
Relatório com ajuste de patrimônio e ajuste de quantidade de cotas	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar no mínimo os campos fundo/carteira, código carteira/CNPJ, tipo do ajuste e valor	1
Relatório de Mapa de evolução de cotas	Deve conter no mínimo o PL, Cotas, Quantidade de cotas	1
Relatório com valor de cota	Inclusive cota de terceiros alimentadas no sistema manualmente ou via GALGO	1
Relatório com valor da cota, patrimônio líquido, rentabilidade e comparativo com benchmark escolhido.	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado.	1
Relatório contendo valor da cota, do patrimônio líquido, rentabilidade efetiva e em % do benchmark dia, mês, ano e 12 meses de todos os fundos e carteiras administradas assim como a variação dia, mês, ano e 12 meses de benchmarks parametrizados	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado.	1
Relatório de Rentabilidade de carteiras, TIR e comparação com um ou mais benchmarks	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar no mínimo os campos fundo/carteira, código carteira/CNPJ, rentabilidade da carteira, tir, rentabilidade do benchmark e comparativo	1
Relatório de Rentabilidade total, por segmento ou por tipo de ativos	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado, por segmento, por tipo de ativo e apresentar no mínimo os campos fundo/carteira, código carteira/CNPJ e rentabilidade total para cada segmento (ex RF, RV) e grupo de ativos (ex: CDB, NTN)	1

Relatório de Rentabilidade ajustada (ANBIMA)	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico contido no manual de metodologia para apuração da rentabilidade ajustada - ANBIMA (art. 6º e o art. 8º da Deliberação nº 70).	4
Permitir, por meio de autorização com perfil específico, a inserção manual de valor da cota (cravar o valor da cota) e o sistema gerar ajuste no patrimônio, caso a cota calculada seja diferente da cota inserida	Autoexplicativo	4
Permitir, por meio de autorização com perfil específico, a inserção manual de quantidade de cota (cravar o valor da quantidade de cotas, caso tenha divergência entre a posição do ativo e do passivo) e o sistema gerar ajuste no patrimônio	Autoexplicativo	4

3.4 DESPESAS, RECEITAS E TAXAS

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Permitir a parametrização para provisionamento de despesas e receitas, recorrentes ou não (mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual), com identificação de datas de provisionamento e pagamento, para sensibilização automática das provisões e lançamentos no caixa da carteira, conforme parâmetros pré-cadastrados	Provisionamentos e liquidação automática a partir de parâmetro no cadastro da receita/despesa	1
O cadastro das despesas pode ser efetuado apenas uma vez e replicado periodicamente, conforme parametrização (mensal, bimestral, semestral, anual) até sua alteração.	Autoexplicativo	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de despesas/receitas nas carteiras/fundos e consultas de todas as operações registradas/liquidadas.	Possibilitar a inserção de despesa/receita no caixa, sem a necessidade de provisionamento prévio, impactando o saldo da carteira e os relatórios existentes (relatórios de caixa e provisão).	1
Possibilitar o provisionamento da despesa/receita e taxa, conforme periodicidade: diário/ semanal/ mensal/ trimestral/ semestral/ anual / periodicidade definida pelo usuário	Autoexplicativo	1

Possibilitar a liquidação das despesas/receitas e taxas conforme periodicidade: diário/semanal/mensal/trimestral/semestral/anual, em data a ser definida pelo usuário	Autoexplicativo	1
Possibilitar a antecipação de todas as despesas/receitas/taxas provisionadas.	Autoexplicativo	1
Possibilitar a liquidação com valor diferente do provisionado na carteira/fundo, gerando os devidos complementos/estornos.	Autoexplicativo	1
Possibilitar o pagamento de despesas/taxas via utilização de mensageria STR.	Autoexplicativo	1
Possibilidade de parametrizar descontos referentes a tributos incidentes sobre taxas e despesas, contendo no mínimo opções de IRRF, CSLL, COFINS e PIS)	A solução deve permitir a identificação de desconto (redução) "tributo" da taxa, com implementação de diferenciação contábil dos demais descontos e possibilidade de consumo analítico das informações em consultas e relatórios.	2
Possibilidade de aplicação de desconto sobre taxas/despesas de forma parametrizável e recorrente	Autoexplicativo	2
Possibilidade de pagamento de taxa ou despesa sem data determinada	O sistema deve permitir a parametrização do pagamento de taxas sem data específica predeterminada e a liquidação ocorrerá de forma manual. Após a liquidação, a taxa continua sendo provisionada até o encerramento de sua vigência.	1
Possibilidade de cálculo e pagamento de taxa vinculada ao resgate ocorrido na carteira	Sempre que houver resgate na carteira, a taxa de resgate deverá ser calculada automaticamente e liquidada, sensibilizando o caixa, de acordo com % previamente parametrizado	1

<p>Possibilidade de cadastro e tratamento pelo sistema de no mínimo, as seguintes despesas:</p> <p>a) Despesa de Taxa CETIP b) Despesa de Taxa SELIC c) Despesa de Custo CBLC (B3) d) Despesa de Correspondência e) Despesa com Cartório f) Taxa ANBIMA g) Taxa de Fiscalização CVM h) Despesa de Publicação i) Despesa de Auditoria j) Despesa de Honorários Advocatícios k) Despesa Anuidade B3</p>	Autoexplicativo	1
<p>Cálculo automático das taxas de fiscalização CVM e ANBIMA, conforme especificação e atualização dos valores dos órgãos, com provisionamento e diferimento de forma automática</p>	<p>O valor calculado deve ser disponibilizado para liquidação na data do pagamento</p> <p>CVM: pagamento no dia 10 ou anterior, em caso de dia não útil, a cada trimestre (janeiro, abril, julho, outubro)</p> <p>Anbima: pagamento no dia 15 a cada bimestre (fevereiro, abril, junho, agosto, outubro, dezembro)</p>	1
<p>Opção de criação de novas despesas/receitas, sem a necessidade de abertura de demanda tecnológica</p>	Autoexplicativo	1
<p>Cálculo de taxas patrimoniais</p>	<p>Taxa de administração, custódia, gestão (embutida ou não na taxa de administração), performance, royalties, rebate (pago e recebido), controladoria, consultoria, resgate e escrituração</p>	1

<p>Opção de parametrização de cálculo de taxas, conforme abaixo:</p> <p>a) Data de vencimento;</p> <p>b) Forma de liquidação;</p> <p>c) Possibilidade de atualização dos valores fixo/mínimo/máximo por índice parametrizável, com opções semestral/anual;</p> <p>d) Percentual da base de cálculo e/ou valor fixo;</p> <p>e) Percentual da base de cálculo e/ou valor mínimo/máximo;</p> <p>f) Percentual por faixa da base de cálculo e/ou valor fixo;</p> <p>g) Percentual por faixa da base de cálculo e/ou valor mínimo/máximo;</p> <p>h) Faixa não regressiva da base de cálculo, considerando os valores mínimos ou máximos por período (mês/ ano);</p>	Autoexplicativo	1
<p>Base de cálculo para pagamento de taxas, conforme abaixo:</p> <p>a) Cálculo sobre o patrimônio líquido, carteira de investimento (própria/terceira/ambas), sobre um único ativo ou tipo de ativo ou grupo de ativos;</p> <p>b) Cálculo com a utilização de 252 dias úteis, ou dias úteis/corridos no ano; desconta taxa do fundo aplicado ou não; e possibilidade de atualização do valor mínimo por um índice;</p> <p>c) Para taxa de administração, em caso de aplicação em cotas em outros fundos, o cálculo pode compreender taxa mínima e taxa máxima (considerando os fundos investidos), sem considerar fundos de índice, fundos de investimento imobiliário cujas cotas sejam admitidas à negociação em mercados organizados e fundos geridos por partes não relacionadas ao gestor do fundo investidor (Artigo 85 da ICVM 555, parágrafos 4, 5 e 6)</p>	Autoexplicativo	1
<p>Possibilitar a atualização específica por carteiras/fundos das taxas patrimoniais conforme índice previsto no regulamento, de forma automática</p>	<p>Deve permitir a parametrização em datas distintas por fundo e tratamento para não haver reajuste em caso de índice negativo</p>	1
<p>Taxa de performance no método ativo e de ajuste</p>	Autoexplicativo	1
<p>Parametrização de cálculo e pagamento de taxa de performance no método ativo e de ajuste</p>	<p>Cálculo sobre o patrimônio líquido, sobre carteira de investimento, sobre um grupo de papel ou tipo de investimento</p>	1

	(RF, RV, Cotas), com desconto de captação/entradas e saídas, com controle de linha d'água e parametrização da data de pagamento	
Taxa de performance sobre resgate	Opção de pagamento da taxa de performance sobre resgate, vinculado ao resgate ocorrido na carteira – sempre que houver resgate na carteira, a taxa calculada até D+0 sobre o valor do resgate deverá ser paga em data parametrizada	1
Cálculo de taxa de resgate (parte administrador e parte fundo, conforme parametrização)	Autoexplicativo	1
Parametrização de percentuais da taxa de resgate (saída) que devem ser repassados ao fundo e à administradora	Autoexplicativo	1
Relatório com despesas/receitas/taxas liquidadas,	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e tipo de despesa, contendo no mínimo tipo de despesa, valor liquidado, período de competência, valor de complemento/estorno de liquidação.	1
Relatório de provisionamento de despesas/receitas/taxas	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e tipo de despesa, contendo no mínimo valor provisionado do dia, valor provisionado acumulado, critério de apropriação ou diferimento	1

Relatório com os parâmetros das taxas patrimoniais	Taxa de administração, custódia, gestão (embutida ou não na taxa de administração), performance, royalties, rebate (pago e recebido), controladoria, consultoria e escrituração	1
Relatório com memória de cálculo das taxas patrimoniais	Taxa de administração, custódia, gestão (embutida ou não na taxa de administração), performance, royalties, rebate (pago e recebido), controladoria, consultoria e escrituração	1
Relatório com taxas patrimoniais no período – Provisionadas, pendentes e liquidadas	Taxa de administração, custódia, gestão (embutida ou não na taxa de administração), performance, royalties, rebate (pago e recebido), controladoria, consultoria e escrituração	1
Relatório dos descontos incidentes sobre taxas e despesas	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e tipo de despesa e desconto, contendo as informações analíticas por carteira/fundo dos descontos incidentes no período informado e diferenciação em relação a descontos redutores de tributos	1

Relatório com custos de corretagem (Corretagem e Emolumentos, Taxa de liquidação)	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e tipo de custo, contendo no mínimo tipo de despesa, valor liquidado, período de competência, valor de complemento/estorno de liquidação e corretora.	2
---	--	---

3.5 TRIBUTAÇÃO

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Cálculo, provisão, retenção e recolhimento de imposto sobre ativos para fundos não isentos e carteiras de clientes tributadas, conforme normas vigentes	Ex.: IR FII, IR PF, IR PJ, FIP e IOF	1
	Liquidação automática dos valores consolidados por código de retenção e por fundo na data determinada	
Cálculo, provisão, retenção e recolhimento de imposto sobre operações de IOF sobre operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas do mesmo grupo econômico (leasing).	Liquidação automática dos valores consolidados por código de retenção e por fundo na data determinada	2
Possibilidade de parametrização dos ativos e tipos de ativos a serem tributados	Apesar do cliente ser tributado, pode haver ativos que é feito recolhimento na fonte, como cotas de fundos, por exemplo, que é tratado no sistema de controle do passivo	3
Tratamento/parametrização diferenciados para impostos sob responsabilidade tributária da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL daqueles sob responsabilidade de administradores externos, para os diversos tipos de clientes e isenções (como por exemplo, pessoas jurídicas, pessoas físicas, fundos de investimento ICVM 555 e FII)	Os lançamentos dos tributos de Fundos administrados pela CAIXA, devem ter integração com o sistema interno contábil da instituição.	1
	Os lançamentos dos tributos de Fundos não administrados pela CAIXA, não devem ter integração com o sistema interno contábil da instituição e devem gerar o DARF para recolhimento	

Recebimento dos valores referentes a impostos dos cotistas, dos sistemas de passivo, inclusive em casos de estornos, conforme normas vigentes, provisionamento e recolhimento	Ex.: IR RF, IR RV, IR a compensar, IOF	1
	Liquidação automática dos valores consolidados por código e por fundo na data determinada	
Integração com o passivo para compensação tributária	A solução deve gerar interface com os sistemas de passivo para disponibilização das informações de pagamentos de tributos, referente ao recolhimento de tributos oriundos de investimentos, efetuados pelos fundos (FII, por exemplo)	3
Gerar DARF para recolhimento em agência contendo código Receita e data de pagamento conforme parametrizado no sistema	Pagamento consolidado por código e por administrador na data de pagamento predeterminada.	1
Relatório com memória de cálculo de tributos sobre operações	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado, por tipo de tributo, contendo as informações referente ao cálculo do tributo, como base de cálculo, período apurado e percentual.	1
Relatório de tributos	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado, tipo de tributo, segmento ou administrador, contendo os valores recolhidos, período de apuração, administrador, segmento do ativo	1
Cálculo, provisão, retenção e recolhimento de imposto sobre operações de BTC	Pagamento consolidado por código e por fundo na data determinada.	2

3.6 MOVIMENTAÇÕES E CONTROLE DE CAIXA

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Efetuar validação do caixa antes da confirmação das liquidações (débitos), a fim de não permitir saldo negativo, quando parametrizado no cadastro do fundo e/ou carteira	A solução deve considerar as prévias de movimentações do sistema de passivo	1

Permitir a validação do caixa de forma online a partir de integração ao sistema de conta corrente da CAIXA, antes da confirmação das liquidações (débitos), a fim de não permitir saldo negativo, quando parametrizado no cadastro do fundo e/ou carteira	A solução deve disponibilizar de caixa online integrado ao sistema de conta corrente da CAIXA	1
Permitir o registro e liquidação de operações retroativas ou do dia, na data corrente, independentemente da data da carteira, sensibilizando o saldo em caixa, respeitando a data de "corte" da carteira.	Autoexplicativo	1
Permitir a liquidação de um ou mais lançamentos selecionados, concomitante	Autoexplicativo	1
Permitir a reversão dos lançamentos liquidados, caso haja necessidade, sensibilizando o saldo em caixa	Autoexplicativo	1
Permitir o envio dos lançamentos do dia, retroativos e rejeitados em data anterior, para as contas correntes dos fundos e carteiras	Integração com o(s) sistema(s) de depósitos	1
Permitir a parametrização de % ou valor a ser antecipado no caso de resgates totais de fundos D0/D0	A solução deve controlar o saldo residual para zeramento do estoque e liquidação complementar no dia seguinte	2
Permitir o agendamento de operações	Deve permitir boletar uma movimentação de cotas com agendamento para data futura.	2
Relatório de demonstrativo de caixa	Deve apresentar históricos, data de movimentação, data de lançamento, débito/crédito, valor liquidado.	1
Relatório de saldo online, por carteira ou grupo de carteiras, com detalhamento de todas as movimentações dos ativos, captação prévia do Passivo, eventos, receitas, despesas e taxas previstas	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar as movimentações liquidadas e o saldo final	1
Relatório com saldo em caixa (efetivo) por carteira ou grupo de carteiras e período.	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar o saldo final	1
Relatório com saldo previsto considerando todas as operações, movimentações prévias do passivo, eventos, receitas e despesas previstas para a data, devendo as informações ser apresentadas por carteira ou todas as carteiras em uma mesma consulta	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar as movimentações - inclusive as previstas - e o saldo final	1
Relatório com saldos em caixa e da operação compromissada registrada	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar no mínimo os campos	1

	fundo/carteira, código carteira/CNPJ, saldo efetivo e compromissada	
Relatório com liquidação financeira pendente por carteira, grupo ou todas as carteiras, por data e por período	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar as movimentações previstas e ainda não liquidadas	1
Relatório com operações liquidadas por carteira, grupo ou todas as carteiras, por data ou por período	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar as movimentações liquidadas e o saldo final	1
Relatório com fluxo de caixa por data ou período	Deve considerar todas as operações, movimentações prévias do passivo, eventos, receitas e despesas previstas para datas futuras a data da carteira, devendo as informações ser apresentadas por carteira ou grupo de carteiras em uma mesma consulta	1
Relatório com arquivos de integração	Deve permitir consulta dos relatórios recebidos e enviados para controle de status, possibilidade de reenvio em caso de falha e download do arquivo, com filtro para pesquisa por hora/data/período, sistema, status, tipo (recebimento, envio)	1
Relatório com lançamento de integrações	Relatório para consulta das informações que serão enviadas nos relatórios (lançamentos que serão encaminhados à conta corrente ou contabilidade, por exemplo, com filtro para pesquisa por data/período, sistema, no mínimo	1

3.7 CONCILIAÇÃO

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Recebimento de arquivo gerado pelo sistema de depósitos, contendo informações para conciliação de saldos e lançamentos de contas correntes	Autoexplicativo	1
Realização de forma automática de conciliação de saldos e lançamentos de contas correntes de fundos de investimento com base nos seguintes parâmetros:	Autoexplicativo	1
a) Utilização de todos os lançamentos gerados ao sistema de conta corrente;		

b) Utilização dos lançamentos consolidados gerados pelo sistema de controle de passivo;		
c) Batimento dos saldos dos fundos anteriores as movimentações retroativas;		
d) Utilização das operações retroativas para a data de referência da conciliação		
Permitir regularização de divergências apuradas nas rotinas de conciliação automática do saldo de conta corrente	Autoexplicativo	1
Relatório de conciliação do saldo nominal em reais e em cotas dos sistemas de controle do passivo - transporte de saldo (final D-1 = inicial D+0)	Conciliação de quantidade de cotas e financeiro do saldo final de D-1 com saldo inicial de D+0	1
Relatório de conciliação entre sistema de ativo e passivo, comparando a posição em cotas calculada pelo Ativo com a posição em cotas recebida do Passivo	Após o recebimento das informações da integração com o passivo, o sistema deve conciliar as posições	1
Rotina da conciliação entre fundos "mãe" e FIC – Ativo e Passivo (o valor do investimento do FIC (posição Ativo) deve ser igual ao valor aplicado no "mãe" (posição Passivo))	Após o recebimento das informações da integração com o passivo, o sistema deve conciliar as posições	1
Permitir acerto manual da quantidade de cotas dos fundos investidos (carteira de investimento), a fim de conciliar com a posição informada pela contraparte e ter tratamento específico para resgate total, tendo em vista que a cota não é conhecida no momento da operação.	Autoexplicativo	1
Permitir acerto manual financeiro / contábil a partir de lançamento de integração para os sistemas de conta corrente e contabilidade, sem impacto na carteira	Lançamento contingencial de financeiro nas contas correntes dos fundos via sistemas legados de conta corrente e contábil	1

3.8 INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS DE PASSIVO

Características Gerais	Descrição	Prioridade
------------------------	-----------	------------

<p>Recebimento de informações enviadas pelo sistema de controle do passivo, contendo:</p> <p>a) Informações consolidadas em reais e em cotas de saldos nominais;</p> <p>b) Movimentos do dia, retroativos e automáticos;</p> <p>c) Tributos e taxas;</p> <p>d) Valorizações decorrentes de lançamentos retroativos, eventos, movimentações de FMP-FGTS (saques, retornos ao FGTS e transferência entre FMP);</p> <p>e) Composições de valores resgatados e de IR come-cotas;</p> <p>f) Quantidade de cotistas;</p> <p>g) Informações dos cotistas com aplicações superiores ou iguais a 20% do patrimônio líquido de um fundo de investimento;</p>	Autoexplicativo	1
<p>Após o recebimento das informações do sistema de controle do passivo, efetua a atualização do patrimônio líquido, das provisões/tributos, saldo em conta, movimentações de cotas e captação (aplicação/resgate)</p>	Autoexplicativo	1
<p>Após o processamento dos fundos, o sistema deve acatar os valores recebidos do passivo, mas deve permitir alteração manual</p>	Autoexplicativo	1
<p>Consolidação na provisão, dos valores recebidos diariamente de tributos (IR/IOF) do sistema de passivo, para pagamento automático, de acordo com os parâmetros cadastrados de periodicidade de pagamento, passíveis de alteração</p>	Autoexplicativo	1
<p>Consolidação na provisão, dos lançamentos de ingresso/retirada enviados pelo passivo, os lançamentos devem entrar liquidados sensibilizando o caixa do fundo automaticamente de acordo com a data da movimentação e de acordo com os parâmetros cadastrados, passíveis de alteração</p>	Autoexplicativo	1
<p>Recebimento de arquivo com cotistas com aplicações superiores ou iguais a 20% do patrimônio líquido de um fundo de investimento, para geração de informe diário no último dia útil de cada mês</p>	Informe diário conforme layout específico da ICVM 555	1
<p>Recebimento do sistema de passivo e apropriação dos valores de amortização / distribuição de rendimentos, tanto na posição de débito quanto de crédito.</p>	Autoexplicativo	1

Recebimento da taxa de performance (método passivo) do sistema de passivo e apropriação dos valores na composição do fundo	Autoexplicativo	1
Rotina para geração de arquivo contendo os valores de cotas para os sistemas de controle do Passivo	Cota cheia, cota bruta e cota líquida	1
Rotina para verificação dos valores prévios de movimentação enviados pelo sistema de controle de passivo (aplicações e resgates, inclusive para fundos sem cota calculada), com a possibilidade de inclusão manual de dados, como contingência.	Autoexplicativo	1
Relatório de captação	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar a captação bruta e líquida (sem IR/IOF)	1
Relatório de ingresso/retirada	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar os ingressos e retiradas	1
Relatório de Integração com sistema de passivo (relatório com movimentação dos fundos, tributos, cotistas, e demais informações do passivo)	Deve apresentar os dados recebidos do sistema do passivo	1

3.9 INFORMAÇÕES MANDATÓRIAS

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Arquivos XML ANBIMA de posição, nos formatos 4.01 e 5.0, e movimentação com opção de geração por lote, considerando período, carteira e grupo de carteiras contendo todas as carteiras	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico. Deve estar disponibilizado no front opção para download dos arquivos previamente processados pela solução.	1
Arquivo de informações diárias ANBIMA para upload no site da ANBIMA - informações diárias ou por período, por carteira ou grupo de carteiras	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico e deve prover acesso a relatório contendo a memória de cálculo de todas as informações calculadas/processadas na interface.	1
Geração de arquivos "PL/COTA" e "Informações ANBIMA" para upload no GALGO e Web Services para envio automático pelo sistema - informações diárias	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico e prover o tratamento dos recibos oriundos daquele sistema, possibilitando o tratamento dos	1

ou por período (para envio/cancelamento/reenvio)	erros e reenvio, além de prover acesso a relatório contendo a memória de cálculo de todas as informações calculadas/processadas na interface.	
Importação dos arquivos de recebimento PL/COTA do GALGO e Web Services para recebimento automático das informações do GALGO pelo sistema	O sistema deve permitir a importação de arquivo de PL/Cota do GALGO, a fim de atualizar valor cota de fundos externos.	1
Geração de arquivo de "Ranking ANBIMA" de controladoria, conforme especificações demandadas pela Associação.	Ranking de Controladoria de Ativos e Passivo. A solução deve prover acesso a relatório contendo a memória de cálculo de todas as informações calculadas/processadas na interface.	1
Relatório para conferência do Ranking ANBIMA – Controladoria, contendo informações analíticas e memória de cálculo	Ranking de Controladoria de Ativos e Passivo. A solução deve prover acesso a relatório contendo a memória de cálculo de todas as informações calculadas/processadas na interface.	1
Informe Diário CVM, por fundo e/ou grupo de fundos, em formato XML e Web Services para envio/recebimento automático pelo sistema - informações diárias (para envio/cancelamento/reenvio)	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico e possibilitar a geração de arquivos, por carteiras e grupo de carteiras, com a informação consolidada de no máximo 100 fundos por arquivo.	1
Arquivo CVM - Demonstração de Desempenho, com possibilidade de envio pelo GALGO, contendo a memória de cálculo	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico e deve prover acesso a relatório contendo a memória de cálculo de todas as informações calculadas/processadas na interface.	1
Informe CVM - Demonstrativo da composição e diversificação de carteira (CDA) - geração de relatórios em xml e pdf, por fundo e por grupo de fundos	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico e possibilitar a geração de arquivos, por grupo de carteiras, com a informação consolidada de no máximo 1000 fundos por arquivo (máximo 10MB)	1
Informe CVM - Demonstrativo da composição e diversificação de carteira (CDA) - Parametrização do prazo de confidencialidade por carteira e por ativo.	Autoexplicativo	1
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de classificação de risco para emissores de	Permitir diferentes classificações para o mesmo ativo	1

ativos, com controle de vigência por data de alteração.		
Relatório de transações com partes relacionadas – CVM 514, contendo a memória de cálculo	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico e deve prover acesso a relatório contendo a memória de cálculo de todas as informações calculadas/processadas na interface.	1
Perfil Mensal (Anexo 59 da ICVM 555) - A funcionalidade deve permitir a inserção de dados pelo Administrador, relatório para conferência e possibilidade de geração de arquivo consolidado para a CVM	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico.	1
Demonstração de Desempenho (Anexo 56 da ICVM 555), por fundo e/ou grupo de fundos, em formato XLS e PDF, contendo a memória de cálculo	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico e deve prover acesso a relatório contendo a memória de cálculo de todas as informações calculadas/processadas na interface.	1
Lâminas de Informações Essenciais (Anexo 42 da ICVM 555), por fundo e/ou grupo de fundos, em formato XML, XLS e PDF, contendo a memória de cálculo	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico, gerado de forma individual ou por lote.	1
Relatórios Suporte para confecção das Demonstrações Financeiras	Relatório de evolução de cotas, pl médio e rentabilidade, entre outros	1
Relatório de papéis por emissor, faixa de vencimento, a ser parametrizada (ex.: Papel, LFT, Faixas de Vencimento: até 6 meses, de 7 a 12 meses, de 13 a 36 meses...)	O sistema deve gerar um relatório separando as faixas de vencimento dos ativos	1
Relatório de Demonstração da Evolução do Valor da Cota e da Rentabilidade	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para um período selecionado.	1
	Relatório conforme modelo da ICVM 577 (documento nº 5), com a data (último dia de cada mês dentro do exercício social), valor da cota, rentabilidade mensal e acumulada do fundo e benchmark (se for o caso)	
Consulta das informações recebidas do GALGO, com alimentação automática das cotas para fundos especificados	Após recebimento das informações via webservice ou importação de arquivo GALGO, o sistema deve precificar as cotas de fundos que tiverem o código STI cadastrados	4

Arquivos de extrato de conciliação de cotas para download e Web Services para recebimento automático	Autoexplicativo	4
Batimento da posição entre Extrato – GALGO e investimento dos fundos e carteiras (quantidade de cotas)	Autoexplicativo	4
GALGO - Arquivo Despesas XML 5.0	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico.	4

3.10 CONTROLE, EVOLUÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS (FRONT)

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de movimentação de ativos proporcionando controle e consultas de todas as operações registradas ou canceladas	As operações devem ser passíveis de autorização por outro usuário e apresentar status que identifique a situação atualizada da operação. Item deve estar disponibilizado no front.	1
Permitir o registro de operações com ativos financeiros nos mercados de renda fixa, renda variável, derivativos, ativos no exterior e cotas de fundos, além da negociação de ativos e derivativos nos mercados de balcão e bolsa	Autoexplicativo	1
Possibilitar a importação/exportação de boletas de registro de operações/movimentações	Autoexplicativo	1
Possibilitar tratamento de alçada para boletagem, conforme informação de enquadramento	Solicita autorização de empregados com determinadas funções, para boletagens que gerarem desenquadramento para os fundos.	4
Implementação do conceito de preenchido/conferido/autorizado	O processo de autorização deve apresentar todas as informações inseridas, excluídas e/ou alteradas (com identificação do que foi alterado em relação ao que estava informado previamente: De/Para)	1
As movimentações retroativas e movimentações da data corrente devem ser acatadas concomitantemente	Para as movimentações retroativas, deve ser considerada a data de "corte" das carteiras. A solução deve permitir o registro de operações em datas diferentes, independentemente da data da carteira, observada a data de corte.	1
Disponibilizar funcionalidades que permitam o gerenciamento de ordens em todas as etapas da negociação e acompanhamento da execução da ordem em tempo real	A solução deve apresentar monitor de operações contendo no mínimo as seguintes informações: partes da operação, tipo da operação, câmara	1

	de negociação, ativo, quantidade, preço, financeiro, tributos e status	
Restrição de horário para boletagem	A solução deve permitir parametrização de horário limite para aceite de ordens, por mercado e gestor.	1
Permitir a identificação do gestor responsável, do emissor da ordem, do operador e de quem autorizou a operação (quando necessitar de autorização)	Autoexplicativo	1
Permitir o registro de operações liquidação na data e/ou retroativas e o grupamento de ordens	A boletagem e liquidação devem ocorrer independentemente da data em que se encontra a carteira, respeitando a data de "corte"	1
Permitir o registro de operações nas categorias "marcado a mercado" e "mantidos até o vencimento"	Autoexplicativo	1
Permitir a reclassificação de ativos da categoria mantidos até o vencimento para ativos para negociação	Autoexplicativo	1
Permitir o registro das ordens considerando a taxa negociada ou o pu negociado, no caso de registro do pu, o sistema deve calcular a taxa	Autoexplicativo	1
Deve, de acordo com a operação, permitir ao gestor registrar a ordem de negociação na forma de preço, cotação, spread e taxa	Autoexplicativo	1
Permitir o cadastro de tipos de bloqueios de ativos e derivativos, bem como bloqueio/desbloqueio manual e automático por motivo gerencial e/ou depósito de margem de garantia, inclusive em dinheiro	Autoexplicativo	1
Permitir a consulta de ordens emitidas por mercado, por tipo ativo, por ativo, por vencimento, por moeda, bem como o status da execução da ordem e exportação dos arquivos.	Autoexplicativo	1
Calcular prazo médio e duration das carteiras	Autoexplicativo	1
Permitir parametrização para associação de "zeramento" entre fundo investidor e fundo investido	Autoexplicativo	1
Possuir funcionalidade para "zeramento" do saldo em conta em cotas de fundos através de comando, de acordo com critérios parametrizados de automação no sistema.	A solução deve, a partir dos parâmetros de associação de fundos para zeramento, gerar operações de zeramento em cotas a partir de comando centralizado realizado no sistema ativo, de forma automática, integrando-as ao sistema de passivo, sensibilizando a	1

	posição do fundo investidor e do fundo investido. Tais operações devem ser finalizadas automaticamente.	
Permitir aplicação automática do saldo em conta disponível em operações compromissadas a partir de parâmetros de contraparte e taxa.	Autoexplicativo	4
Realizar a evolução contábil de todos os ativos disponíveis no mercado, a atualização do valor nominal deve respeitar os critérios estabelecidos nas respectivas centrais depositárias para atualização, inclusive parâmetros de truncamento/arredondamento	Autoexplicativo	1
Deve realizar o cálculo contábil considerando a metodologia em vigor (atualmente IN CVM 577), através do custo amortizado, curva de aquisição e/ou utilizando o ágio/deságio de acordo com a metodologia aplicada	O sistema deve possuir metodologia de cálculo para ativos mantidos até o vencimento e da posição contábil para ativos marcados a mercado que reflitam as normas vigentes, considerando a taxa negociada, TIR, metodologia de custo amortizado, curva de aquisição e ágio/deságio. A parametrização do modelo de evolução contábil deve ser realizada por carteira.	1
Os ativos do sistema podem utilizar como indexadores todos os índices (taxas, papéis e moedas e/ou a combinação destes) disponíveis no mercado, caso seja prevista a divulgação do índice de forma prévia e definitiva, a cada nova divulgação o sistema deve atualizar a posição do ativo, sem retroceder a posição já liberada	Autoexplicativo	1
Deve haver alteração automática das datas de liquidação das notas de corretagem, quando houver feriado da Bolsa	Autoexplicativo	1
Permitir associar operações casadas (ativos e derivativos)	Rotina para associação de operações ativas e derivativos de forma a identificar posicionamento de hedge	1
Permitir o cadastro preliminar de títulos privados de emissão bancária pela plataforma front no momento da compra para títulos emitidos na mesma data (mercado primário)	Autoexplicativo	2
Prever o recebimento de parcela de amortização extraordinária, podendo esta ser incluída a qualquer tempo por percentual ou valor	O sistema deve possuir funcionalidade que permita o registro de parcelas extraordinárias de amortização, recebidas pela câmara ou por fora da câmara	2

Permitir operações com SWAP	A solução deve possibilitar o registro de operações de SWAP conforme regras vigentes na plataforma da B3/CETIP, permitindo, porém não se limitando a: liquidação diária quando previsto, amortização, registro na modalidade VCP, além de refletir tais informações na geração de informações mandatórias.	2
Permitir o registro de operação compromissada comum, repo (livre movimentação), longa, pré, pós ou doada, de títulos custodiados nas câmaras B3 e SELIC (compra com revenda e venda com recompra), inclusive retroativas, de acordo com as regras das câmaras de registro e liquidação	Autoexplicativo	1
Permitir a compra de cotas de fundos de investimento, aberto ou fechado	Fundos Próprios ou Terceiros	1
Permitir a compra de cotas de fundos de investimento cetipadas, aberto ou fechado, com ou sem liquidação na câmara.	Fundos Próprios ou Terceiros	2
Permitir o registro de operações a termo de renda fixa, com impacto em D+0 na carteira do fundo	Apresentação da operação na composição de ativos com reflexo da marcação à mercado, bem como, na geração das informações mandatórias: CDA, Informe Diário e XML ANBIMA.	1
Tratamento de todos os ativos emitidos pelo Tesouro, tais como NTN-P, TDA e CVS	Autoexplicativo	1
Tratamento para operações de renda variável, exemplos:	Autoexplicativo	1
Ações;		
BDR Nível I, nível II e nível III;		
BTC doador e tomador		
Tratamento de operações de renda fixa e variável a termo, com demonstração da operação na carteira	Autoexplicativo	2
Permitir operações de empréstimos de ativos de renda fixa e renda variável - doador e tomador	Autoexplicativo	2

Tratamento de derivativos padronizados na B3	Autoexplicativo	2
Tratamento de derivativos não padronizados na B3	Autoexplicativo	2
Tratamento de operações de renda variável a termo lançado, com demonstração da operação na carteira	Autoexplicativo	2
Permitir realizar a diferenciação entre as categorias dos ativos, e de várias emissões diferentes, usando taxas de compras diferenciadas, sem a necessidade de realizar o cadastro do mesmo ativo diversas vezes	A solução deve possibilitar a derivação do cadastro de um ativo financeiro permitindo a associação de preços distintos para cada ativo derivado.	2
Deve permitir registros de operações associadas e que envolvam o registro simultâneo	Intermediação entre fundos	4
Possibilidade de parametrização de evolução de PDD, atrelado ao valor de um ativo ou correção por índice	Autoexplicativo	4
Relatório com estoques e posições consolidadas	Opções de gerar por grupo de carteiras, gestor, entre outros	1
Relatórios de evolução de títulos com memória de cálculo dos ativos por data e por período, permitindo a exportação em modelo xls, txt	Evolução de acordo com seguintes campos:	1
	o Variação diária do indexador	
	o Dias até o vencimento	
	o Fator diário de amortização	
	o Fator diário de juros	
	o Juros acumulados	
	o PU (inicial, custo, juros, par e mercado)	
	o Apropriação de renda	
	o Valor ágio/deságio	

	o Juros diários	
	o Posição inicial	
	o Entradas/saídas	
	o Lucro/prejuízo	
	o Posição final e quantidade	
	o Possibilidade de apropriação por dias úteis ou corridos	
Relatório com operações/movimentações dos ativos	Movimentação dos ativos da carteira, contendo no mínimo o emissor, título, valor, Pu Negociado, Data da movimentação, Taxa negociada, todos os segmentos (RF, RV, BM&F, Cotas)	1
Relatório de nota de corretagem	Segmentos RV, BM&F	1
Relatório com as operações do dia	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar todas as movimentações realizadas para todos os segmentos (RF, RV, BM&F, Cotas de fundos)	1
Relatório de transferências/recebimentos	Para todos os segmentos (RF, RV, BM&F)	1
Relatório com distribuição de ativos por carteira ou grupo	Por ativo e emissor	1
Relatório de posição de controladoria	Para todos os segmentos (RF, RV, BM&F, Cotas), inclusive aluguéis, termos de ação, termo de renda fixa	1
Relatório de posição de cotas de fundos	Posição Emissor / CETIP	1
Relatório de posição de custódia	Para todos os segmentos (RF, RV, BM&F), inclusive aluguéis, termos de ação, termo de renda fixa	1
Relatório de posição de investimento	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou	1

	período selecionado e apresentar a posição investida em todos os segmentos (RF, RV, BM&F, Cotas de fundos)	
Relatório de posição por administrador, carteira, gestor	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período, por administrador/gestor, apresentando carteira, CNPJ, administrador, gestor, PL, quantidade de cotas	1
Relatório de títulos em garantia, títulos bloqueados	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período, título ou posição em custódia e apresentar no mínimo os campos: Fundo/Carteira, Título, ISIN, Data de Vencimento, Conta Custódia, Descrição da Conta Custódia (livre movimentação ou conta garantia), Câmara, Câmara Margem, Quantidade, PU Movimentação, PU Par, PU Final e Data Movimentação	1
Relatório com preços dos ativos e derivativos em um período pré-estabelecido	Opção de consultas por todos os ativos, por tipo de ativo ou por papel incluindo as cotas, com todos os critérios de precificação	1
Relatório de operações compromissadas	Deve apresentar no mínimo a data de operação, data de retorno, lastro, taxa, contraparte, quantidade e valor	1
Relatório de prazo médio	Deve apresentar inclusive a memória de cálculo	1
Relatório com projeção de eventos	Deve permitir a geração de relatório para eventos previstos, por Fundo ou Grupo de Fundos/Carteiras para uma data ou período. Deve ter a opção de agrupar os resultados por: Data, Carteira ou Papel. Deve apresentar no mínimo os campos: Data do Evento, Carteira, Papel, Tipo do Evento, Quantidade, PU, Valor Total.	1
	Deve possibilitar a exportação em arquivo XLS(X), no mínimo.	
Relatório de eventos recebidos	Eventos via CETIP, SELIC	1

Relatório de proventos	Apropriados/Liquidados	1
Relatório de aluguel de ativos	RF/RV	1
Memória de cálculo de taxa de aluguel	Doador/Tomador	2
Relatório de margem de garantia	Para todos os segmentos (RF, RV, BM&F)	1
Relatórios de derivativos	Devem permitir a geração de relatório, por Fundo ou Grupo de Fundos/Carteiras para uma data ou período.	2
	Devem apresentar no mínimo os campos: Carteira, Código do Papel, Indexador (das pontas de um swap, por exemplo), Taxa, Ativo Objeto, Corretora, Posição (Comprado ou Vendido), Tipo (call ou put), Quantidade, Ajuste Anterior, Ajuste Atual, Ajuste de Operações, Ajuste de Posição, Ajuste Líquido do Dia (já considerando a quantidade) e Valor Nocional.	
	Devem possibilitar a exportação em arquivo XLS(X), no mínimo.	
Relatório do valor do nocional dos contratos derivativos	Deve permitir a geração de relatório por Fundo ou Grupo de Fundos/Carteiras para uma data ou período.	2
Relatório que apresente preço de mercado para carteiras/fundos que possuam títulos mantidos a vencimento	Deve permitir a geração de relatório por Fundo ou Grupo de Fundos/Carteiras para uma data ou período.	2

3.11 FUNDOS ESTRUTURADOS

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Processamento de carteiras e de fundos (FII, FIP, FMP e FIDC) regulados pela CVM, inclusive fundos que possuem classe de cotas	Autoexplicativo	3
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de classes de cotas nos fundos, com controle de vigência por data de alteração.	Autoexplicativo	3

Permitir a reclassificação de imóveis (em construção / para renda / para venda)	Autoexplicativo	3
Cadastro, evolução e precificação de ativos para fundos imobiliários	Exemplos: CEPAC, Terrenos, Imóveis	3
Cadastro, evolução e precificação para ativos de direitos creditórios	Autoexplicativo	3
Informes CVM para Fundos Imobiliários (Mensal, Trimestral, Anual)	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico.	3
Informes CVM para Fundos em Participações – FIP (Trimestral, Semestral)	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico.	3
Informes para FIDC	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico.	4

3.12 ETF

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Permitir cadastro e evolução do patrimônio para fundos ETF RF e RV	Autoexplicativo	3
Arquivos para rotina diária dos Fundos de Índice - ETF	A solução deve estar preparada para gerar e consumir arquivos de interface com a B3 relacionados a manutenção da carteira, conforme legislação vigente e regras do depositário central.	3
Parametrização e cálculo de taxa de royalties	Autoexplicativo	3
Relatórios para ETF (Os relatórios para ETF deverão ser gerados em inglês e português)	Conforme legislação vigente	3
Relatório de Despesas com Corretagem e Emolumentos conforme ICVM 537	Apresentação das despesas de corretagem e emolumentos em base anual, na forma do percentual do valor total debitado ao fundo em relação ao patrimônio líquido médio do fundo no exercício	3
Relatório com a Composição de Ativos (versão em português e inglês)	Relatório com filtro de carteira e grupo de carteiras e por período. Deve apresentar as informações agrupadas por carteira, segmento de ativos e apresentar as informações analíticas das posições investidas.	3

3.13 CARTEIRAS CONSOLIDADORAS E EFPC

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Permitir a inclusão/alteração/exclusão de carteiras gerenciais consolidadoras derivadas de outras carteiras e/ou fundos e permitir selecionar quais ativos/segmentos irão compor a carteira, com controle de vigência por data de alteração.	Autoexplicativo	4
Processamento e controle de carteiras gerenciais consolidadoras.	Autoexplicativo	4
Processamento e controle de carteiras gerenciais consolidadoras com opção de replicar as posições e operações das carteiras e/ou fundos associados automaticamente	Autoexplicativo	4
Controle de planos de entidades fechadas, que funcionem no sistema de cotas	Controle de carteiras gerenciais que comprem cotas de uma carteira "mãe". A partir desta proporção, será efetuada a explosão dos ativos	4
Controle de novas aquisições de cotas ou resgate total na carteira/fundo de EFPC	Autoexplicativo	4
Explosão de carteiras por ativos, segmentos, em todos os níveis de aplicação	A solução deve efetuar a leitura/importação no sistema de carteiras dos fundos investidos (arquivo ANBIMA de posição 4.0 e 5.0)	4
Relatórios específicos para EFPC	Conforme legislação vigente	4
Relatórios para Carteira Consolidadora	Deve ser permitido a extração dos demais relatórios do sistema, como Composição, Demonstrativo de Caixa, Movimentação, Posição, XML Anbima	4
Possibilidade de consulta de posição de uma ou mais carteiras consolidadas, com opção de rentabilidade total, por segmento ou por tipo de ativos	Autoexplicativo	4
Arquivo XML padrão PREVIC	Arquivo de Posição ANBIMA, contendo as especificidades da PREVIC para envio às EFPC, como apresentação do código CNPB e adequação dos Indexadores)	4

3.14 CARTEIRAS DE FUNDOS E PROGRAMAS

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Permitir o cadastro e controle de ativos, com indexadores e fluxos de caixa específicos	Tratamento para contrato de carteiras de fundos e programas	4
Permitir o cadastro e a alimentação de indexadores específicos (Exemplo: UPRD)	Tratamento para contrato de carteiras de fundos e programas	4
Comparação do rendimento da carteira com relação ao rendimento da carteira atualizada por um indexador definido	Tratamento para contrato de carteiras de fundos e programas	4
Prever a alteração dos parâmetros no decorrer da evolução do ativo	A alteração pode ser realizada em quaisquer parâmetros e a qualquer tempo, sendo que a cada alteração deve ser registrada uma data de vigência ficando disponível para consulta	4
Cálculo de taxa de risco (percentual sobre ativo)	a solução deve permitir o cadastro de taxa de risco a ser parametrizada por ativo específico	4
Cálculo de taxa de estruturação (percentual sobre um ativo)	a solução deve permitir o cadastro de taxa de estruturação a ser parametrizada por ativo específico	4
Cálculo de taxa com base no valor de um ativo específico ou grupo de ativos	Autoexplicativo	4

3.15 ATIVOS NO EXTERIOR

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Possibilitar cadastrar, evoluir e precificar ativos emitidos no Exterior, incluindo ações, ADR, ETF, cotas de fundos, bonds, notes e derivativos	Autoexplicativo	4
Possibilitar cadastro de contas externas	Autoexplicativo	4
Possibilitar registro e controle de ativos offshore com a correta identificação dos saldos e posições mantidas, de acordo com o mercado e moeda negociados	Autoexplicativo	4
Operações em moedas estrangeiras	Autoexplicativo	4
Controle de caixa e saldo em moedas estrangeiras, podendo ser segregado do caixa em moeda nacional	Autoexplicativo	4
Conversão dos investimentos do exterior em moeda nacional	Autoexplicativo	4

Conciliação de ativos do exterior de acordo com os relatórios disponibilizados pela Clearing	Autoexplicativo	4
--	-----------------	---

3.16 ATRIBUIÇÃO DE PREÇOS PARA OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Características Gerais	Descrição	Priorização
Possuir módulo para importação de arquivos de preços de mercado e arquivos de preços calculados em sistemas de apuração	Permitir a importação de arquivos e realizar a correta atribuição de preços dos ativos.	1
Possuir módulo para inclusão e alteração manual de preços de mercado de ativos precificados, com o adequado registro em trilha de auditoria.	Módulo para inclusão e alteração manual de preços importados (arquivos de mercado e arquivos de preços calculados) ou calculados pelo sistema.	1
Permitir a atribuição de diferentes preços de mercado para um mesmo ativo.	Sistema deve permitir por parametrização a atribuição de preços diferentes para um mesmo ativo alocado em fundos de diferentes administradores.	1
Possibilitar realização de consulta e download de arquivo contendo os preços de mercado, por data e tipo de produto.	Geração de relatório de preços com consulta no mínimo por data e instrumento financeiro. O relatório deve trazer a informação da taxa utilizada para apuração e o preço dos ativos.	1
Consulta/Relatório com Ativos sem preço.	Geração de relatório com a listagem de ativos sem preços atribuídos por data ou período.	1
Possuir consulta e relatório de memória de cálculo para ativos calculados.	Funcionalidade para consulta e geração de relatório contendo a memória de cálculo dos ativos apurados pelo sistema (contábil e mercado).	1
Possuir consulta e relatório de preços de ativos.	Funcionalidade para consulta e geração de relatório com os preços de ativos, incluindo preços de abertura e fechamento, com opções de consulta por ativo, tipo de ativo, emissor, indexador, data ou período.	1
Tratamento do preço para todos os contratos futuros negociados em bolsa.	Apuração através do arquivo disponibilizado pela bolsa e apuração manual dos contratos futuros.	2
Tratamento do preço para opções.	Apuração de Opção utilizando o prêmio de referência divulgado pela B3, através de volatilidade e apuração manual.	2
Swaps	Possibilitar a atribuição de preço para as pontas de swap e realizar o cálculo do ajuste.	2

Contrato a Termo	Apreçamento de contrato a termo de índices, commodities, moedas e ações, por meio do valor presente do contrato a termo e do valor do ativo subjacente ao contrato e apreçamento manual.	2
Tratamento de preços para todos os títulos públicos federais.	Cálculo de preços de Títulos Públicos Federais com utilização de taxa indicativa ANBIMA, taxa inserida manualmente e possibilidade de inserção manual do preço.	1
Atribuição de preço para os ativos de Renda Variável nacionais e internacionais	Tratamento do preço para todos os ativos negociados em bolsa por meio de importação de arquivos disponibilizados pelos depositários centrais e/ou possibilidade de apreçamento manual.	2
Cotas de fundos de investimento	Apreçamento através via arquivo próprio com valores de cotas e apreçamento manual.	1
Cotas de fundos de investimento (inclusive FII, FIDC, FIP, ETF)	Apreçamento através do arquivo disponibilizado pela bolsa, apreçamento via arquivo próprio com valores de cotas e apreçamento manual.	2
Commodities nacionais e internacionais	Apreçamento através do arquivo disponibilizado pela bolsa e apreçamento manual dos ativos.	2
BDR	Apreçamento através do arquivo disponibilizado pela bolsa e apreçamento manual dos ativos.	2
Empréstimos de Ações	Apreçamento através do arquivo disponibilizado pela bolsa e apreçamento manual dos ativos.	2
Apreçamento de instrumentos negociados em mercado internacional e suportados em câmaras como a Euroclear e Clearstream.	Tratamento e apreçamento para instrumentos negociados em câmaras internacionais	2
Tratamento de preços para títulos de crédito privados divulgados pela ANBIMA ou B3	Cálculo de preços de títulos de crédito privado com utilização de taxa indicativa ANBIMA ou da B3, taxa inserida manualmente e possibilidade de inserção manual do preço.	2
Atribuir preços para derivativos padronizados nos mercados internacionais	Apreçamento manual dos derivativos internacionais em moeda corrente.	4
Consulta/Relatório de ativos financeiros com eventos de inadimplimento	Possibilitar consulta e geração de relatório de ativos com eventos de inadimplimento, informando o código do ativo, a data de inadimplimento, o evento não pago (juros, amortização, prêmio, etc) e o valor não pago.	2

3.17 REQUISITOS DA CONTABILIDADE

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Contabilidade de carteiras de clientes (PF e PJ), FI, FIC, FMP-FGTS, FIM, FII, FIDC e FIP	Deve ser automatizada e atender integralmente a legislação vigente aplicada aos fundos	1
Plano de Contas padrão COFI, COSIF e SPC Res. 28	Deve permitir a parametrização e customização (abertura de subníveis internos, criação de contas)	1
Demonstrações Contábeis de Fundos e Carteiras regidos pelo COSIF e SPC	Deve ser automatizado	4
Módulo de Conciliação parametrizável por conta (Carteira Diária x Balancete Diário)	Deve permitir a parametrização de informações de ativos que estejam em relatórios auxiliares, no caso de não estarem disponíveis na posição patrimonial diária de forma detalhada	2
Permitir alteração dos responsáveis pelo balancete (assinaturas) em bloco, de acordo com o administrador	Autoexplicativo	4
Permitir lançamentos contábeis de ajustes manuais	Autoexplicativo	1
Permitir consolidação de lançamentos contábeis para o mesmo título/ativo e com a mesma finalidade	Visa diminuir o tamanho do razão e melhorar a visualização	3
Geração individual e/ou em bloco dos arquivos de COFI4016 – Balanço Anual no layout especificado pela CVM	O formato deve atender aos requisitos da CVM	1
Geração de Balancetes Diários e Balanços por período e em bloco	Deve permitir a geração de forma analítica (subníveis internos) e de forma sintética (contas conforme COSIF, COFI etc), em Excel, PDF e TXT.	1
Geração de Termos de Abertura/Encerramento para o Livro Balancete Diário e Balanços	Deve permitir parametrização do número do livro	4
Geração de Razão analítico por conta e Razão consolidado com todas as contas	Deve permitir a geração de período um ano em Excel, PDF e txt	1
Geração individual e em bloco dos arquivos de COFI4010 – Balancete Mensal no layout especificado pela CVM	Autoexplicativo	1
Geração de Doc2 COFI - Balancete Mensal/Balanço Anual	Deve permitir a geração de forma analítica (subníveis internos) e de forma sintética (contas conforme COSIF, COFI etc), em Excel, PDF e TXT.	1

Geração de Doc3 COFI – Demonstrativo da Composição e Diversificação das Aplicações do exercício	Deve conciliar com a composição do patrimônio, com o DOC2 e com o DOC4, no que for pertinente	4
Geração de Doc4 COFI - Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido do exercício	Deve conciliar com a composição do patrimônio, com o DOC2, com o DOC3, com as movimentações do sistema de controle de passivo e deve apresentar uma memória de cálculo das contas contábeis utilizadas na composição do resultado do exercício	4
Geração de Doc5 COFI - Demonstração da Evolução do Valor da Cota e da Rentabilidade do exercício	Deve utilizar um banco de dados dos índices de acordo com o benchmark de cada fundo	1
Relatório com saldos de contas contábeis consolidado por grupos/lotos de fundos	Deve permitir, por exemplo, demonstrar o saldo de taxa de administração apropriada em determinado período referente aos fundos administrados pela Caixa	4

3.18 INFORMAÇÕES MANDATÓRIAS

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Gerar arquivos da e-Financeira, da posição de cada cotista, com todos os parâmetros definidos pela Receita Federal do Brasil, bem como gerar interface com o sistema interno CAIXA que consolidará tais dados. Sua geração e filtro de pesquisa pode se dar por fundo, por cotista e por administrador.	Atendimento a Instrução Normativa SRF 1.647	1
Gerar arquivos da REINF, da posição de cada cotista, com todos os parâmetros definidos pela Receita Federal do Brasil, bem como gerar interface com o sistema interno CAIXA que consolidará tais dados. Sua geração e filtro de pesquisa pode se dar por fundo, por cotista e por administrador.	Atendimento à Instrução Normativa SRF 1.701	1
Gerar arquivos da DIRF, com todos os parâmetros definidos pela Receita Federal do Brasil, bem como gerar interface com o sistema interno CAIXA que consolidará tais dados. Sua geração e filtro de pesquisa deve se dar por fundo, por cotista e por administrador.	De acordo com as regras publicadas pela Receita Federal	1
Geração de arquivos necessários para consolidação dos dados na DIRF por Administrador (no caso da CAIXA, disponibilizar as informações para consolidação em legado).	Autoexplicativo	1

Gerar informe de rendimentos de cotistas com todos os parâmetros definidos pela Receita Federal do Brasil, bem como gerar interface com o sistema interno CAIXA de divulgação/consolidação das informações	Atendimento a Instrução Normativa SRF nº 698	1
Gerar extratos mensais de cotista com todos os parâmetros definidos pela CVM, bem como gerar interface com o sistema interno CAIXA de divulgação das informações	Atendimento a Instrução CVM 555	1
Possibilitar cadastro de mensagens e vigência das mensagens nos Informes e Extratos	Tela para que se possa associar para 1 ou mais fundos mensagens a serem incluídas nos relatórios de extrato mensal	1
Gerar relatório de posição de cotista com segregação de modo que atenda o disposto na lei ISSQN	Atendimento a LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003	1

3.19 CADASTRO E PARÂMETROS DE FUNDOS

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Parametrização de cálculo de taxa de performance pelo método passivo	Autoexplicativo	1
Parametrização de carência, quantidade de dias e características	Carência cíclica e não cíclica resgates com ou sem rendimento	1
Parametrização de datas e geração automática de eventos	Autoexplicativo	1
Parametrização de datas e geração automática de resgates compulsórios parciais ou totais para fundos abertos ou fechados	Autoexplicativo	1
Parametrização de grade horária para movimentação no sistema de passivo e no portal WEB	Autoexplicativo	1
Parametrização de inibição de movimentações aplicações e/ou resgates	Autoexplicativo	1
Parametrização de percentual de adiantamento de resgate	Autoexplicativo	1
Parametrização de percentual de participação máxima permitido	Autoexplicativo	1
Parametrização de prazo para conversão em cotas e liquidação de aplicações e resgates com vigência	Autoexplicativo	1

Parametrização de quantidade de dias de retroação permitida	Autoexplicativo	1
Parametrização de taxa de saída por percentual decrescente em função de tabela de prazo, por percentual fixo ou escalonadas	Autoexplicativo	1
Parametrização de tipo de condomínio do fundo com vigência	Aberto/ Fechado	1
Parametrização de tipo de cotas com vigência	Abertura/ Fechamento	1
Parametrização de tipo de tributação com vigência	Longo prazo, curto prazo, renda variável	1
Parametrização de tipo de tributação com vigência	FII, debêntures incentivadas, INR, FIP	3
Parametrização de utilização de feriado de bolsa para liquidações financeiras e conversão em cotas com vigência	Autoexplicativo	1
Parametrização de valores mínimos de movimentação com vigência	Aplicação inicial, aplicação adicional, resgate e saldo	1
Parametrização para inclusão de informações de códigos internos da CAIXA, necessários para a geração de interfaces e emissão de relatórios	Código SIICO CAIXA	1
Parametrização de critérios de casas decimais da quantidade e valor de cotas	Autoexplicativo	1
Parametrização de critérios de arredondamento ou truncamento da quantidade de cotas	Autoexplicativo	1
Cadastramento de grupo de fundos de investimento	Autoexplicativo	1
Parametrização fundo restrito com inclusão de clientes com permissão para movimentação em determinado fundo	Autoexplicativo	1
Parametrização Do Administrador, gestor, custodiante e distribuidor	Autoexplicativo	1
Parametrização para registro de data de encerramento ou de transferência	Autoexplicativo	1
Parametrização da praça para conversão e para a liquidação das movimentações	Autoexplicativo	1

Parametrização de taxa de entrada	Autoexplicativo	1
-----------------------------------	-----------------	---

3.20 CADASTRO E PARÂMETROS DE COTISTA

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Cadastramento de grupo de cotistas	Autoexplicativo	1
Cadastro de contas correntes e/ ou conta custodia	Autoexplicativo	1
Parametrização de perfil de investidor em forma manual ou automática, captada através da Análise do Perfil do Investidor, através de interface com sistema responsável pelo processo na CAIXA	Autoexplicativo	1
Parametrização de cálculo, imunidade ou isenção de IR e/ou IOF com vigência	Autoexplicativo	1
Parametrização de tipo de pessoa PF ou PJ	Autoexplicativo	1
Parametrização de segmento	Autoexplicativo	1
Parametrização de distribuidor	Autoexplicativo	1
Parametrização de endereço com opção para habilitação ou inibição de envio de correspondências	Autoexplicativo	2
Parametrização de Classificação Tributária - REINF	Conforme classificação definida pela RFB	1
Parametrização de Tipo Investidor Anbima	Conforme classificação definida pela ANBIMA	1
Parametrização de Tipo Investidor CVM	Conforme classificação definida pela CVM	1
Parametrização para cadastro de investidor por conta e ordem	Nesse cadastro o CNPJ e dados bancários utilizado é o do distribuidor, bem como não há obrigatoriedade do cadastro de endereço e parâmetro de tributação	1

Parametrização de perfil de tributação do cotista, com vigência	Isento, Imune, Nacional, estrangeiro favorecido, estrangeiro não favorecido	1
---	---	---

3.21 MOVIMENTAÇÃO

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Apresenta saldo disponível para resgate no ato do registro	Apresenta o saldo disponível com base na última cota disponível e gera erro caso o valor de resgate exceda o saldo disponível	1
Controle de movimentação de fundos com cotas distribuídas por Conta e Ordem	Autoexplicativo	1
Controle dos movimentos em mercado secundário nas Câmaras	Autoexplicativo	3
Crítica e não efetua agendamento de resgate de valor superior à posição atual	Autoexplicativo	1
Parametrização para movimentação em conta corrente em tempo real ou no processamento batch	Autoexplicativo	1
Registro de aplicação e resgate retroativos, com a possibilidade de sensibilização do lançamento no patrimônio líquido do fundo na data do comando ou na data da retroação	Autoexplicativo	1
Registro de aplicações ou resgates sem financeiro	Movimentações sem impacto em conta corrente	1
Registro de aplicações por integralização de cotas decorrentes de Chamadas de Capital para fundos abertos e fechados	Autoexplicativo	1
Registro de bloqueio/ desbloqueio de cotas por tipo	Opções para a escolha do tipo de bloqueio: bolsa, indeterminado, caução ou judicial	1
Registro de bloqueio/desbloqueio a partir de ordens recebidas de sistema de créditos e ordens judiciais. Necessário obrigatoriedade de inclusão de justificativas em campo para observações.	Autoexplicativo	1
Registro de bloqueio/desbloqueio de cotas por valor, quantidade ou certificado (nota)	Autoexplicativo	1

Registro de estorno de aplicação e de resgate, com a possibilidade de sensibilização do lançamento no patrimônio líquido do fundo na data do comando ou na data da retroação	Autoexplicativo	1
Registro de eventos não financeiros	Fusão, cisão, incorporação de fundos	1
Registro de eventos financeiros	Amortização, rendimento, juros, dividendos	1
Registro de movimentações com liquidação financeira em TED, DOC, conta corrente ou CETIP	Autoexplicativo	1
Registro de resgate por valor, por quantidade, total, por certificado (nota), FIFO, LIFO e Menor Imposto	Opções para a escolha do tipo de resgate	1
Registro de aplicações por integralização de cotas decorrentes de Chamadas de Capital para fundos abertos e fechados	Autoexplicativo	1
Registro de transferência de titularidade/ cessão de cotas	Opções para a escolha do tipo de transferência: valor, quantidade ou certificado. Líquido ou Bruto.	1
Registro para agendamentos para aplicação e resgate	Opção para escolher data para efetivação da movimentação	1
Trava de movimentação em função da participação do cotista em relação ao patrimônio líquido do fundo.	Autoexplicativo	1
Registro de movimentações nos fundos ETF via recebimento de arquivos da B3	Arquivos ESER, ESGM, ESGG, ESGX, ECLP	3

3.22 CONTROLE DE POSIÇÃO

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Cálculo de compensação de perdas	Apuração de perdas geradas, perdas a compensar e perdas compensadas	1
Cálculo de IR e IOF (inclusive em casos de isenção)	Em caso de isenção informar valor zero	1
Cálculo de come cotas	Atendimento a Instrução Normativa SRF 1.585	1

Cálculo de taxa de entrada de acordo com parâmetro	Conforme Instrução CVM 555	1
Cálculo de taxa de performance de acordo com parâmetro	Conforme Instrução CVM 555	1
Cálculo de taxa de saída de acordo com parâmetro	Conforme Instrução CVM 555	1
Apuração de estoques e posições de clientes on-line	Autoexplicativo	1
Controle da posição de acordo com a alteração de tributação do fundo e sua vigência	Controle da reclassificação de fundos de RF LP para RF CP de RF CP para RF LP, forma de condomínio (de fechado para aberto) e classe de fundos (de RV para RF LP ou CP)	1
Controle de passivo de fundos com carência para resgate (cíclica e não cíclica resgates com ou sem rendimento)	Autoexplicativo	1
Permite o reprocessamento por fundo e por data	Autoexplicativo	1
Permite o processamento simultâneo de fundos por data, por fundo ou por grupo de fundos, de forma manual ou automática	Autoexplicativo	1
Processamento automático	Autoexplicativo	1
Recebimento e Geração de arquivos de transferência de Passivo (Entrada e Saída), conforme definições ANBIMA (Bloqueio de Saldo, Cadastro de Cotistas, Classificação Tributária, Movimentação e Posição Fundo e Cliente)	Autoexplicativo	1
Controle da posição de acordo com o tipo de tributação vinculado ao investidor	Isento, Imune, Nacional, estrangeiro favorecido, estrangeiro não favorecido	1
Permite reabertura do fundo para reprocessamento de movimentos	Devendo efetuar nova conversão das cotas de aplicação/resgate da data/ período recalculando	1

3.23 GERAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE RELATÓRIOS / ARQUIVOS

Características Gerais	Descrição	Prioridade
------------------------	-----------	------------

Arquivos de Conciliação e movimentação dos fundos ETF no layout definido pela B3	EISC, EMSE	3
Cadastro, geração e envio de Malas Diretas via interface e/ ou e-mail	Tela para possibilitar envio de mala direta	1
Informe Diário	Arquivo Informe Diário CVM 512 com as informações pertinentes a controladoria do passivo: captações realizadas no dia, resgates pagos no dia, número de cotistas	1
Perfil Mensal	Arquivo perfil mensal CVM 512 com as informações pertinentes a controladoria do passivo	1
Ranking ANBIMA	Arquivo Ranking ANBIMA com as informações pertinentes a controladoria do passivo	1
Relatório das valorizações a débito e a crédito decorrentes de movimentações retroativas e estornadas.	Autoexplicativo	1
Relatório de aplicações e resgates agendados por período com possibilidade de filtro por período, por cotista e por Fundo	Autoexplicativo	1
Relatório de balancete contábil das informações de Passivo por fundo e por data	Saldo anterior, rendimento positivo/negativo, entradas, saídas, posição final por valor e quantidade de cotas	1
Relatório de Bloqueios e Desbloqueios de cotas com possibilidade de filtro por período, por cotista e por Fundo	Autoexplicativo	1
Relatório de Captação líquida por data e por período, segregada por fundo	Autoexplicativo	1
Relatório de cotistas com aplicações superiores ou iguais a 20% do patrimônio líquido de um fundo de investimento por período	Autoexplicativo	1
Relatório de cotistas por Fundo	Relatório por tipo de investidor segregado conforme Instrução CVM 555	1
Relatório de cotistas por Fundo em língua portuguesa e inglesa	Relatório por tipo de investidor segregado conforme Instrução CVM 359	3
Relatório de eventos financeiros agendados e/ou efetivados, por certificado/nota com possibilidade de filtro por período, por cotista e por Fundo	Autoexplicativo	1

Relatório de eventos não financeiros agendados e/ou efetivados, por certificado/nota com possibilidade de filtro por período, por cotista e por Fundo	Autoexplicativo	1
Relatório de lançamentos em conta corrente acatados ou rejeitados por período	Autoexplicativo	1
Relatório de liquidações diárias com filtro por data e forma de liquidação	Autoexplicativo	1
Relatório de memória de cálculo da taxa de entrada	Autoexplicativo	1
Relatório de memória de cálculo da taxa de performance	Autoexplicativo	1
Relatório de memória de cálculo da taxa de saída	Autoexplicativo	1
Relatório de memória de cálculo de perdas geradas, a compensar e compensadas	Autoexplicativo	2
Relatório de memória de cálculo dos tributos retidos	Autoexplicativo	1
Relatório de Movimentação diária com possibilidade de filtro por período, por cotista e por Fundo	Autoexplicativo	1
Relatório de movimentações por Conta e Ordem (Conciliação para Distribuidores Externos)	Autoexplicativo	1
Relatório de percentual de participação de Cotistas no Fundo, possibilidade de filtro por data e por Fundo	Autoexplicativo	1
Relatório de percentual de participação de Cotistas no Fundo, em língua portuguesa e inglesa (ETF RV, com possibilidade de inibição da identificação do cotista, nos termos da ICVM 359)	Autoexplicativo	3
Relatório de permissões por usuário/grupo	Autoexplicativo	1
Relatório de posição de cotas de fundos depositadas em Câmaras, filtro por conta de custódia	Autoexplicativo	1
Relatório de posição por fundo	Relatório de posição com dados mínimos: Data Aplicação, Valor da Aplicação Inicial; Principal; Rendimento; Quantidade de cotas Disponível; Valor Líquido; Valor IOF;	1

	Valor IR; Alíquota IR; Quantidade Bloqueio; Valor Bloqueado, Valor Total Bruto.	
Relatório de posição por Investidor	Relatório de posição com dados mínimos: Data Aplicação, Valor da Aplicação Inicial; Principal; Rendimento; Quantidade de cotas Disponível; Valor Líquido; Valor IOF; Valor IR; Alíquota IR; Quantidade Bloqueio; Valor Bloqueado, Valor Total Bruto.	1
Relatório de Postagem	Relatório de envios de extrato via interface	1
Relatório de usuários por grupo, relatório de grupos por usuário	Autoexplicativo	1
Relatório de Valores de Cota por período, segregada por fundo	Autoexplicativo	1
Relatório de Valores de IR por Corretora por período	Autoexplicativo	3
Relatório do cadastro de cotista	Autoexplicativo	1
Relatório do cadastro de fundo	Autoexplicativo	1
Relatório Dinâmico	Possibilidade de escolha das informações da base do sistema, permitindo a geração de relatórios específicos e gravação, por usuário, dos modelos previamente gerados	4

3.24 INTERFACES / INTEGRAÇÕES

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Interface API – Análise do Perfil do Investidor	Interface para solicitação do questionário e para o recebimento do perfil do cliente junto ao sistema responsável pelo processo de análise do perfil de investidor na CAIXA	1
Envio de informações mandatárias do BACEN (CCS) para o sistema de cadastro de clientes da CAIXA	Integração SICLI (Sistema de cadastro)	1

Recebimento de dados do cadastro dos clientes de forma on-line ou batch junto ao sistema de cadastro de clientes da CAIXA	Integração SICLI (Sistema de cadastro)	1
Envio das informações de captação, saldo e rendimentos por segmento de cliente para o sistema de captação de produtos CAIXA	Integração SIDEM (Sistema de apuração de desempenho)	1
Conciliação de lançamentos de liquidação com sistema legado de forma on-line ou batch	Interface com sistema de liquidação	1
Conciliação de lançamentos de liquidação, encaminhados de forma on-line para adiantamento de resgates	Interface com sistema de liquidação	1
Envio das informações para compor o balancete contábil	Integração com sistema controlador de ativos	1
Envio das informações para compor o informe diário	Integração com sistema controlador de ativos	1
Envio das informações para compor o perfil mensal	Integração com sistema controlador de ativos	1
Envio de lançamentos de liquidação em conta corrente em tempo real ou no processamento batch	Interface com sistema de conta corrente da CAIXA	1
Envio de informações consolidadas ao sistema de controladoria do ativo, em valor financeiro e em quantidade de cotas referentes a saldos nominais, movimentos normais, retroativos e automáticos, tributos, taxas, valorizações decorrentes de lançamentos retroativos, eventos e composições de valores resgatados e de IR come-cotas	Integração com sistema controlador de ativos	1
Envio de informações referentes a identificação dos cotistas com aplicações iguais ou superiores a 20% do patrimônio líquido de um fundo ao sistema de controladoria do ativo	Integração com sistema controlador de ativos	1
Envio de lançamentos de liquidação, encaminhados de forma on-line para adiantamento de resgates	Interface com sistema de liquidação	1
Envio on-line dos valores comandados de aplicação e resgate ao fluxo de caixa do fundo	Integração com sistema controlador de ativos	1
Recebimento e apropriação da classificação tributária do fundo de acordo com seu enquadramento	Integração com sistema controlador de ativos	1

Recebimento e registro das ordens (Bloqueio\Desbloqueio\Transferências) emitidas pelos magistrados e disponibilizadas no BACENJUD 2.0	Integração SISIB (Sistema que recebe ordens do BACEN)	1
Recebimento e registro das ordens (Bloqueio\Desbloqueio\Transferências) emitidas pelo sistema de crédito vinculado	Integração com sistema de controle de garantias	1
Recebimento e Geração de arquivo "Extrato Diário de Conciliação de Cotas" para envio a Galgo S.A. (Web Service/XML)	Integração com sistema do GALGO	2
Envio de Extratos, Informes de Rendimento por e-mail	Tela para possibilitar envio de extrato mensal e por período, além do Informe de Rendimento por e-mail	1

3.25 FRONT

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Registro para agendamentos para aplicação e resgate	Opção para escolher data para efetivação da movimentação	1
Registro de movimentações ou agendamento com liquidação financeira em TED, DOC, conta corrente, sem financeiro ou CETIP	Autoexplicativo	1
Relatório de Captação líquida por data e por período, segregada por fundo	Autoexplicativo	1
Relatório de cotistas com aplicações superiores ou iguais a 20% do patrimônio líquido de um fundo de investimento por período	Autoexplicativo	1
Relatório de cotistas por Fundo	Relatório por tipo de investidor segregado conforme Instrução CVM 555	1
Relatório de Movimentação diária com possibilidade de filtro por período, por cotista e por Fundo	Autoexplicativo	1
Relatório de posição por fundo	Relatório de posição com dados mínimos: Data Aplicação, Valor da Aplicação Inicial; Principal; Rendimento; Quantidade de cotas Disponível; Valor Líquido; Valor IOF; Valor IR; Alíquota IR; Quantidade Bloqueio; Valor Bloqueado, Valor Total Bruto.	1

Relatório de posição por Investidor	Relatório de posição com dados mínimos: Data Aplicação, Valor da Aplicação Inicial; Principal; Rendimento; Quantidade de cotas Disponível; Valor Líquido; Valor IOF; Valor IR; Alíquota IR; Quantidade Bloqueio; Valor Bloqueado, Valor Total Bruto.	1
Relatório de percentual de participação de Cotistas no Fundo com possibilidade de filtro por data e por fundo	Autoexplicativo	1
Gerar informe de rendimentos de cotistas com todos os parâmetros definidos pela Receita Federal do Brasil segregado por Administrador	Autoexplicativo	1
Gerar extratos mensais de cotista com todos os parâmetros definidos pela Instrução CVM 555	Gerar extrato mensal por Administrador, por Fundo e por Investidor	1
Gerar extrato de movimentação por período de cotista com todos os parâmetros definidos pela Instrução CVM 555	Gerar extrato por período com filtro por Administrador, por Fundo e por Investidor além do filtro de período	2

3.26 LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Permitir o cadastro e atualização de instituições financeiras, emissores de ativos nacionais e estrangeiros, agentes econômicos e possíveis contrapartes, contas de custódia, eventos financeiros e eventos em ativos.	Autoexplicativo	1
O cadastramento acima citado deve ocorrer através de importação dos arquivos da B3 - segmento UTM (CETIP), SELIC, obedecendo todas as informações de tais arquivos e regras definidas nos manuais operacionais das câmaras.	Autoexplicativo	1
O cadastramento acima citado deve ocorrer através de importação dos arquivos da B3 - segmento BMFBOVESPA, obedecendo todas as informações de tais arquivos e regras definidas nos manuais operacionais das câmaras.	Autoexplicativo	2
Fornecer tela de cadastramento e manutenção manual de ativos, emissores, eventos financeiros e eventos em ativos para os casos em que não for possível a importação dos dados por arquivo das câmaras, respeitando as datas de vigência.	Autoexplicativo	1

O cadastro das contas de custódia deve ter parâmetros de identificação com as mesmas características utilizadas pelas centrais depositárias, tais como: tipo de conta, liquidante, função, tipo de custódia, destinação, e demais informações previstas pelas depositárias.	Autoexplicativo	1
Manutenção de todos os instrumentos financeiros, sejam eles títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e cotas de fundos, de forma parametrizada, abrangendo todas as suas características e eventos a eles associados, contemplando, no mínimo: CRA, ADA, CCB, CCI, CDB, CEPAC, COE, CRI, CVS, ETF (Renda Fixa e Variável), DPGE, LC, LF, LIG, Nota, RDB, TDA, Cotas Abertas e Fechadas (listadas e não listadas), Debêntures (simples e conversíveis), Títulos Públicos, SWAP Balcão (VCP com e sem RESET), SWAP BMF, Ações (direitos, recibos e bônus de subscrição), ADR, BDR, Opções Padronizadas e Flexíveis, Contratos Futuros, Contratos a Termo (Padronizados e de balcão), , Moedas e Commodities, Contrato Global de Derivativos , Ativos Imobiliários (Imóveis e Terrenos), Ativos perpétuos e com cláusula de subordinação.	Autoexplicativo	1
Os parâmetros dos instrumentos financeiros devem ser passíveis de manutenção.	Autoexplicativo	1
Cadastramento de todos os tipos de eventos originados das câmaras B3 - segmento BMF, B3 - segmento CETIP e SELIC, contendo no mínimo:	Autoexplicativo	1
Juros	Autoexplicativo	1
Rendimentos	Autoexplicativo	1
Amortização	Autoexplicativo	1
Amortização extraordinária	Autoexplicativo	1

Prêmio	Autoexplicativo	1
Vencimento	Autoexplicativo	1
Cisão com redução de capital ou patrimônio, cisão com redução de capital ou patrimônio e quantidade;	Autoexplicativo	1
Fusão;	Autoexplicativo	1
Os eventos devem ser passíveis de manutenção conforme alterações promovidas pelos emissores.	Autoexplicativo	1
Uso da mensageria da B3 (SMP) para envio de arquivos em substituição à execução de atividades diretamente na tela do sistema da câmara (por exemplo: entrega de ativos, aceite de BTC, entre outros).	Autoexplicativo	1
Deve ser possível a importação dos cadastros por meio de planilha eletrônica.	Autoexplicativo	1
As funcionalidades de cadastro de ativos, emissores e eventos devem possuir consulta do histórico de vigências, demonstrando as alterações ocorridas.	Autoexplicativo	1
Movimentação de custódia envolvendo a transferência para títulos e valores mobiliários de qualquer espécie.	Autoexplicativo	1
Movimentação de estoque e custódia em funcionalidade separada.	Autoexplicativo	1
Movimentação de ativos sem financeiro para eventual necessidade de acerto de custódia e registro de movimentação financeira para acerto de eventual lançamento pendente.	Autoexplicativo	1
Registro de vinculação e desvinculação de margem de garantia, com possibilidade de seleção do tipo da carteira destino.	Autoexplicativo	1
Transferência entre contas de custódia do mesmo titular.	Autoexplicativo	1
Transferência para contas de garantia e/ou margem.	Autoexplicativo	1
Transferência por cessão de direito.	Autoexplicativo	1

Para suporte as movimentações de cessão de direito, é necessário o registro de todas as informações oriundas da cessão para fins de tributação, quando aplicável.	Autoexplicativo	1
Gerar os valores correspondentes aos eventos a serem liquidados com base nas informações disponíveis no cadastro de ativos.	Autoexplicativo	1
Disponibilizar rotinas de conciliação dos eventos entre as posições calculadas pelo sistema contra os relatórios gerados pela câmara, bem como a identificação de falhas na comparação inversa, comparando os relatórios enviados pela câmara contra os relatórios gerados no sistema - Segmento B3 - UTVM e SELIC	Autoexplicativo	1
Disponibilizar rotinas de conciliação dos eventos entre as posições calculadas pelo sistema contra os relatórios gerados pela câmara, bem como a identificação de falhas na comparação inversa, comparando os relatórios enviados pela câmara contra os relatórios gerados no sistema - Segmento B3 - BMFBOVESPA	Autoexplicativo	2
A conciliação de eventos deve apontar diferenças financeiras entre sistema e câmara quando esta existir.	Autoexplicativo	1
Existindo a necessidade de atualização de evento no cadastro do ativo por mudança executada pelo emissor no próprio dia de pagamento, a atualização deverá refletir na rotina de pagamento dos eventos quando da atualização da tela (geração dos eventos).	Autoexplicativo	1
A rotina de eventos deve prever a geração/consulta considerando filtros, entre eles: data, câmara, ativo, vencimento, conta de custódia e cliente.	Autoexplicativo	1
Disponibilizar tela com a agenda de eventos para apresentação dos totais de eventos a serem recebidos e/ou pagos para uma determinada data. Sendo que, para datas passadas deve apresentar o que de fato foi liquidado, para datas futuras deve apresentar os fluxos de eventos projetados - Eventos de Renda Fixa	Autoexplicativo	1
Disponibilizar tela com a agenda de eventos para apresentação dos totais de eventos a serem recebidos e/ou pagos para uma determinada data. Sendo que, para datas passadas deve apresentar o que de fato foi liquidado, para datas futuras deve apresentar os fluxos de eventos projetados - Eventos de Renda Variável	Autoexplicativo	2

Para clientes que são passíveis de tributação, as informações devem ser apresentadas na própria tela de finalização dos eventos.	Autoexplicativo	1
Os valores dos eventos, bem como os valores dos tributos, devem ser passíveis de manutenção.	Autoexplicativo	1
Execução diária de conciliação das posições custodiadas nas câmaras SELIC e B3 - UTMV	Autoexplicativo	1
Execução diária de conciliação das posições custodiadas na câmara B3 - BMF&BOVESPA, no mercado à vista, considerando as possíveis movimentações ocorridas por operações, transferências, aluguéis de ações (BTC), inclusive posições em ativos custodiados em Corretoras.	Autoexplicativo	2
As rotinas de conciliação de custódia devem prever o batimento entre as posições do sistema contra os arquivos disponibilizados pelas câmaras bem como identificar falhas na comparação inversa: comparar a posição das câmaras contra o que se tem no sistema.	Autoexplicativo	1
A conciliação deve ser executada por cliente, tipo de conta de custódia e considerar individualmente cada título abrangendo as informações de quantidade e tipo de carteira, esse último para os casos existentes na câmara B3.	Autoexplicativo	1
Os relatórios devem abranger as rotinas de cadastros, posição de custódia, conciliações, eventos de custódia, tributação e demais informações mandatórias e deve haver possibilidade de exportação nos formatos PDF, XLS, TXT.	Autoexplicativo	1
As consultas devem dispor de, no mínimo, os seguintes filtros: CNPJ/CPF, Carteira, Grupo de Carteiras, período entre datas, código de ativo, Câmara, Conta de Custódia, Finalidade da Conta de Custódia, tipo de Evento, status da operação, segmentação financeira (Renda Fixa, Renda Variável, Instrumento Financeiro Derivativo).	Autoexplicativo	1
Os filtros relacionados no subitem anterior não devem possuir campos obrigatórios que limitem as pesquisas.	Autoexplicativo	1
Disponibilização de relatório para conferência das informações mandatórias.	Autoexplicativo	1
Gerar arquivos com informações mandatórias para atendimento das demandas dos órgãos reguladores e Receita Federal, contendo todos	O relatório deve conter as informações mandatórias,	1

os parâmetros em consonância com às normas expedidas:	conforme cada demanda legal referida nos subitens abaixo	
Compensado de terceiros - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) - Normas básicas 1.18.3	Autoexplicativo	1
Relatório que demonstre todos os lançamentos contábeis gerados.	Autoexplicativo	1
Possibilitar a identificação dos responsáveis por registro, de qualquer tipo de operação permitida pelo sistema, desde seu primeiro registro, com detalhe de todas as intervenções e processos, horário e matrícula, inclusive das operações excluídas.	Autoexplicativo (trilha de auditoria)	1
Possibilitar boletagem/liquidação independente das carteiras estarem liberadas pela controladoria, conceito data corrente.	Permitir o registro e liquidação das operações independentemente da data que o fundo ou carteira estiver sendo manipulado pela Controladoria.	1
Possibilitar o monitoramento, o cancelamento, a transmissão/retransmissão automática e/ou contingencial das mensagens, através da atualização de seu status, em tempo real.	Autoexplicativo	1
Manter evidência detalhada (data, hora, matrícula) das ações adotadas pelos usuários em todas as operações, inclusive nas excluídas.	Autoexplicativo	1
As funcionalidades referentes à liquidação financeira devem ser apresentadas em menus exclusivos com filtros para rápida identificação das diversas operações e atalhos para tratamento dessas.	<p>Operações contempladas:</p> <p>SELIC (Títulos Públicos Federais)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definitivas à vista; • À termo (com liquidação certa ou incerta); • Vinculação e desvinculação de garantias; • Compromissadas e suas antecipações, inclusive para lastros com livre movimentação (com ou sem cupom); • Repasse de evento de juros. <p>B3 (Segmento UTMV)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definitivas à vista, inclusive distribuição; • À termo; • Vinculação e desvinculação de garantias; • Compromissadas e suas antecipações; • Cotas. 	1

As funcionalidades referentes à liquidação financeira devem ser apresentadas em menus exclusivos com filtros para rápida identificação das diversas operações e atalhos para tratamento dessas.	<p>B3 (Segmento BM&F Bovespa)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Liquidação física e financeira de Operações de Renda Variável no mercado à vista; • Liquidação física e financeira de Operações de Renda Variável nos mercados à termo; • Liquidação financeira de Instrumentos Financeiros Derivativos (padronizados ou não); • Vinculação e desvinculação de margens com títulos privados; • Vinculação ou desvinculação de garantia em dinheiro, com as opções correspondentes de arquivos e tráfego de mensagens no padrão específico da Clearing (Exemplo: Padrão ISO para a câmara B3); • Aluguel de ações, com tratamento adequado para as renovações e/ou antecipações; 	2
Apresentar e evoluir o status das operações de forma automática, em tempo real, conforme o controle e tratamento das respectivas mensagens de resposta e/ou erro oriundas dos depositários centrais e demais participantes do SPB.	Autoexplicativo	1
Efetuar de forma automática cálculos dos tributos, impostos, taxas e contribuições de acordo com a legislação vigente, demonstrando-os em tela.	Autoexplicativo	1
Demonstrar as características dos títulos negociados, conforme seu cadastro.	Autoexplicativo	1
Apresentar o nome e o telefone de contato da contraparte da operação, conforme cadastro efetuado.	Autoexplicativo	1
Bloquear o acesso simultâneo nas operações.	A funcionalidade não deve permitir que 2 usuários entrem na mesma boleta simultaneamente. Quando um usuário começar a tratar uma boleta, essa deve estar bloqueada para os demais.	1
Apresentar as contas cadastradas para as carteiras/fundos de acordo com a características da operação, conforme Câmara e mercados negociados.	Autoexplicativo	1

Possibilitar o correto registro e controle de operações envolvendo cotas de fundos com e sem registro na B3 - CETIP, inclusive distribuição.	Autoexplicativo (Referente a Cotas de fundos)	1
Prever o registro de operação com liquidação por meio de pagamento via mensageria LTR ou TED, podendo ser STR ou PAG.	Autoexplicativo (Referente a Cotas de fundos)	1
Gerar relatório gerencial com informações das operações liquidadas.	Filtros necessários na consulta: Câmara, período (data), segmento, carteiras/fundos ou conjunto de carteiras/fundos.	1
Gerar relatório com agenda prevista de pagamentos para data futura, para consulta do Piloto de Reserva (gestão de caixa do Banco Liquidante).	Autoexplicativo	1
Prover rotina contingencial de digitação manual das mensagens, independente do registro das operações pelo Front.	<p>Operações contempladas: SELIC (Títulos Públicos Federais)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definitivas à vista; • À termo (com liquidação certa ou incerta); • Vinculação e desvinculação de garantias; • Compromissadas e suas antecipações, inclusive para lastros com livre movimentação (com ou sem cupom); • Repasse de evento de juros. <p>B3 (Segmento UTVM)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definitivas à vista, inclusive distribuição; • À termo; • Vinculação e desvinculação de garantias; • Compromissadas e suas antecipações; • Cotas. 	1
Prover rotina contingencial de digitação manual das mensagens, independente do registro das operações pelo Front.	<p>B3 (Segmento BM&F Bovespa)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Liquidação física e financeira de Operações de Renda Variável no mercado à vista; • Liquidação física e financeira de Operações de Renda Variável nos mercados à termo; • Liquidação financeira de Instrumentos Financeiros Derivativos (padronizados ou não); • Vinculação e desvinculação de margens com títulos privados; 	2

	<ul style="list-style-type: none"> • Vinculação ou desvinculação de garantia em dinheiro, com as opções correspondentes de arquivos e tráfego de mensagens no padrão específico da Clearing (Exemplo: Padrão ISO para a câmara B3); • Aluguel de ações, com tratamento adequado para as renovações e/ou antecipações; 	
Prover rotina contingencial de digitação manual das mensagens, independente do registro das operações pelo Front.	Após o batimento da operação com a contraparte e em casos de falha de comunicação entre o sistema legado e o SISPB, o sistema deve gerar e possibilitar a extração de arquivos para registro de operações diretamente em câmara.	1
Possibilitar consulta em tela, bem como a extração de arquivos em Excel e pdf	Autoexplicativo	1

3.27 Atualização de Dados, Indicadores Econômico-Financeiros e Arquivos de Custódia

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Taxas Referenciais de Swap	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Taxas de Câmbio Referenciais BM&FBOVESPA	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Superfície de volatilidade do Dólar	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Mercado de Títulos Públicos - Preços Referenciais para Títulos Públicos	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1

Renda Fixa (Bovespa Fix) - Histórico de Negócios de Debêntures	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
Renda Fixa - Preços de Mercado	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	1
Fonte ANBIMA:	Tratamento para dos arquivos disponibilizados pela ANBIMA, incluindo e não se restringindo aos arquivos listados neste documento.	
Mercado Secundário de Títulos Públicos	Importação sem manipulação do arquivo capturado na ANBIMA. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo com a associação correta da taxa indicativa ao ativo.	1
Mercado Secundário de Títulos Privados	Importação sem manipulação do arquivo capturado na ANBIMA. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo com a associação correta da taxa indicativa ao ativo.	1
Projeção IPCA	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Projeção IGPM	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Projeção diária SELIC	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Informações dos índices de mercado para títulos públicos: IMA Geral, IMA Geral ex-C, IRF-M, IMA-B, IMA-C, IMA-S, IRF-M 1, IRF-M 1+, IMA-B 5 e IMA-B 5+	Autoexplicativo	1
Informações dos índices de mercado para debêntures: IDA-Geral, IDA-DI, IDA-IPCA, IDA-IGPM e IDA-Geral ex-IGPM.	Autoexplicativo	1
Estrutura a termo de taxas de juros estimada	Autoexplicativo	1

Inflação implícita.	Autoexplicativo	1
Curvas de Crédito	Importação e tratamento das curvas disponibilizadas pela ANBIMA	1
Fonte B3 – CETIP:	Tratamento para todos os arquivos disponibilizados pela B3-Cetip, incluindo e não se restringindo aos arquivos listados neste documento.	
Renda Fixa – Negócios Registrados	Importação e tratamento do arquivo de negócios registrados na plataforma da B3.	1
Taxa CDI diária	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
DPREVIA – Prévia de Eventos	Importação e tratamento de arquivo.	1
DPOSICAOCUSTODIA – Posição de Custódia	Importação e tratamento de arquivo.	1
DPOSICAOCOTISTA – Posição de Cotistas	Importação e tratamento de arquivo.	1
Fonte SELIC:	Tratamento para todos os arquivos disponibilizados pela SELIC, incluindo e não se restringindo aos arquivos listados neste documento.	
ASEL006 – PU550	Importação e tratamento de arquivo.	1
ASEL007 – Títulos	Importação e tratamento de arquivo.	1
ASEL101 – Movimentação Diária	Importação e tratamento de arquivo.	1
ASEL102 – Posição de Custódia	Importação e tratamento de arquivo.	1
Fonte IBGE:	Tratamento para os índices divulgados pelo IBGE	
Índice mensal IPCA	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1

Índice mensal INPC	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Índice mensal INCC.	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Fonte FGV:	Tratamento para os índices divulgados pelo FGV	
Índice mensal IGP-M	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Índice mensal IGP-DI.	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Banco Central do Brasil:	Tratamento para os arquivos e informações disponibilizadas pelo BC, incluindo e não se restringindo aos listados neste documento.	
Câmbio e Capitais Internacionais – Taxas de Câmbio – Todas as Moedas	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Taxa SELIC Diária	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
TR	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
TBF e Redutor TBF	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
TJLP e URTJLP	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
TLP	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
DEDIP – taxa diária extramercado	Inclusão manual com dupla conferência (autorização)	1
Negociação de Títulos Federais no Mercado Secundário.	Importação e tratamento de arquivo.	1

3.28 Arquivos Diversos. Tratamento para os arquivos e informações disponibilizadas por outras fontes de mercado, incluindo e não se restringindo aos listados neste documento.

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Cotações e eventos das ações negociadas nas bolsas internacionais	Autoexplicativo	2
Cotação Spot de moedas estrangeiras	Autoexplicativo	2
Índice mensal IPC-Fipe	Autoexplicativo	1
LIBOR (diversas periodicidades)	Autoexplicativo	1
Cotações de NDF	Autoexplicativo	2
Cotações de commodities (CBOT)	Autoexplicativo	2
Cotações e Curvas de Renda Fixa offshore.	Autoexplicativo	2

3.29 Cadastro / Tributação

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Cadastramento automático dos títulos públicos custodiados no SELIC a partir de arquivo disponibilizado por esta câmara.	Autoexplicativo	1
Registro de valores de eventos previstos e não pagos: com tabela para a previsão de pagamento prevista pelo emissor, a condição de remuneração se existir e a baixa dos recebimentos.	Autoexplicativo	1
Cadastramento automático de debêntures a partir de arquivo disponibilizado pela ANBIMA.	Autoexplicativo	1
Transferência para contas de reserva técnica.	Autoexplicativo	1
e-Financeira - posição ativa e passiva	Autoexplicativo	1

DIRF	Autoexplicativo	1
REINF	Autoexplicativo	1
Rotina para o Ranking de custódia ANBIMA	Autoexplicativo	1
Efetuar, de forma automática, por meio de mensageria vigente (Catálogo de Mensagens RSFN divulgado pelo BACEN), o registro, o cancelamento, o tratamento e a liquidação das operações, bem como monitoramento dessas, junto às centrais depositárias e demais participantes do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro), abrangendo operações realizadas no mercado primário, secundário e de garantia.	Autoexplicativo	1
Possibilitar o lançamento automático de retorno de compromissadas registradas em D0.	Autoexplicativo	1
Possuir funcionalidade de monitoramento para controle de envio e recebimento de mensagens em tempo real e ordem de prioridade (demonstrar primeiramente as operações que necessitam de tratamento: canceladas/expiradas, disponíveis para batimento, em processo de registro na Câmara e liquidadas).	Ordem de prioridade: 1 - Cancelada/Expirada 2 - Disponível para batimento 3 - Em processo de registro na Câmara 4 - Liquidada Filtros necessários: Carteira/Fundo, Grupo de Carteiras, Câmara, Status, Data, contraparte, tipo de operação, papel, quantidade, comando. Informações adicionais: Registro efetuado em D+1, Operações Intermediadas.	1
Apresentar as operações intermediadas em pares.	A funcionalidade deve demonstrar a operações intermediadas em sequência. Se possível, numerar os pares (Ex. CPF1 com VDF1).	1
Prever o registro de movimentação sem financeiro e gerar os arquivos correspondentes a esses registros para efetivação em Câmara (conforme leiaute vigente).	Autoexplicativo (Referente a Cotas de fundos)	1
Possibilitar o efetivo lançamento das operações oriundas do módulo de passivo, que necessitam de registro/pagamento na B3 - CETIP, bem como do registro de especificação de quantidades de cotas.	Autoexplicativo (Referente a Cotas de fundos)	1

Accruar/evoluir papéis de renda fixa privados emitidos por IF, PF, PJ (com fluxo e sem fluxo), memória de cálculo	Autoexplicativo	1
Possibilitar a manutenção de preços em tela e permitir reevoluir o papel.	Autoexplicativo	1

3.30 Arquivos e Eventos Renda Variável

Características Gerais	Descrição	Prioridade
Eventos de ações (juros, dividendos, desdobramentos, grupamentos e bonificações)	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Prêmio de Referência para Opções	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Prêmio de Referência para Opções sobre Ações	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Superfícies de volatilidade de opções da B3	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.018 – SettlementReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.019 – NetResultRepor	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente.	2

	Tratamento das informações contidas no arquivo.	
BVBG.021 – CashEntryNotificationBySettlementDate	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.024 – FeeVariablesInformation	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.025 – FeeUnitCostReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.028 – InstrumentReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.031 – DailyFeeUnitCostReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.043 – FeeUnitCostPublicReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.044 – DailyFeeUnitCostPublicReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2

BVBG.072 – EquitiesFeePublicInformation	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.086 ou arquivo disponibilizado pelo serviço UP2Data da B3 - PriceReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVBG.087 – IndexReport	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
BVMF.038 – NetResultStatusNotification.	Importação sem manipulação do arquivo capturado na B3. Pesquisa de arquivos importados anteriormente. Tratamento das informações contidas no arquivo.	2
Os novos papéis originados a partir de eventos em ativos devem compor a tela de cadastro.	Autoexplicativo	2
Possibilitar o cadastro de todos os instrumentos financeiros negociados no mercado financeiro e de capitais, além de ativos negociados nos mercados internacionais.	Autoexplicativo	2
Subscrição, prioridade de subscrição e sobras de subscrição;	Autoexplicativo	2
Retratção;	Autoexplicativo	2
Conversão de ativos (com período definido);	Autoexplicativo	2
Dissidência;	Autoexplicativo	2
Bonificação em ativos;	Autoexplicativo	2

Grupamento, incorporação e desdobramento de ativos;	Autoexplicativo	2
Restituição de capital em ação e restituição de capital com redução do número de ações;	Autoexplicativo	2
Dividendos	Autoexplicativo	2
Juros sobre capital próprio	Autoexplicativo	2
Bonificação financeira	Autoexplicativo	2
Pagamento de frações	Autoexplicativo	2
Tratamento de falhas de entrega de Renda Variável por meio de arquivo, com sensibilização de custódia e financeiro.	Autoexplicativo	2
Identificação da falha ou regularização através de filtros.	Autoexplicativo	2
Cadastramento automático dos títulos privados custodiados na B3 - BM&FBovespa a partir de arquivo disponibilizado por esta câmara.	Autoexplicativo	2
Controle do fluxo de aluguéis de ação (BTC), nas posições de tomador e doador, obedecendo todas as regras definidas nos manuais operacionais da B3.	controle de posições e liquidações	2
A atualização do número de contrato dos aluguéis de ação deve ser realizada através de arquivos da B3.	O sistema deve atualizar o número do contrato doador e tomador	2
O cadastro e provisão dos eventos de renda variável devem considerar data base, data EX e data de atualização do evento nas posições à vista e em aluguel (BTC)	Autoexplicativo	2
Os parâmetros acima citados devem ser considerados no provisionamento e pagamento dos eventos, obedecendo as regras definidas nos manuais operacionais da B3.	Autoexplicativo	2
Liquidação financeira de eventos deve considerar a data base, data EX e data de atualização do evento, possíveis movimentações de custódia, inclusive os derivados de aluguel de ativos (BTC)	Autoexplicativo	2
Liquidação física de ativos derivada de eventos em ativos.	Autoexplicativo	2

A conciliação das contas deve considerar as posições livres e em garantias/bloqueadas.	Autoexplicativo	2
Conciliação das posições de Opções, Termo e outros derivativos, proventos em aberto e aluguel de ativos (BTC) considerando os parâmetros de quantidade, taxa, posição, data de início e data de vencimento.	Autoexplicativo	2
Consulta de posições à vista, contratos de aluguel posição doador e tomador, margem de garantia.	Autoexplicativo	2
Consulta dos valores das tarifas de custódia cobradas pela B3, alimentadas no sistema após a importação do respectivo arquivo da Câmara.	Autoexplicativo	2
Consulta de eventos a creditar, a debitar e provisionados no dia, considerando tipo de evento, ativo e data base, data EX e data de atualização do evento.	Autoexplicativo	2
As informações no item acima devem estar disponíveis para consulta pelo Gestor no front.	Autoexplicativo	2
Dar tratamento correto para as operações oriundas de Oferta Pública (mercado primário, secundário e fechamento de capital).	Autoexplicativo	2
Efetuar os cálculos das taxas e emolumentos cobrados pela B3, conforme orientações da própria Câmara.	Autoexplicativo. Deve considerar a tabela de tarifação vigente.	2
Para os clientes que optaram pela contratação do serviço de Carrying Broker, a funcionalidade deve permitir o cadastro de Agente liquidante único, independentemente da corretora que com quem o cliente negociou a operação.	Autoexplicativo (Referente à RV e BM&F)	2
Demonstrar, na tela de liquidação, os dados do agente liquidante do cliente, bem como os dados da corretora onde o negócio foi efetivado.	Quando o cliente optar pela contratação de agente liquidante único (Carrying Broker).	2

ANEXO I-C

LISTA DE INTEGRAÇÕES PREVISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO

1 **Resumo das informações para integração e migração de dados.**

1.1 Segue o levantamento preliminar das informações mapeadas para atender a Solução:

a. Em bases/sistemas corporativos, mantidos em alta e baixa plataforma, tais como:

Sigla	Descrição	Nº de Interfaces Existentes	Prioridade	Tipo de Interface
SIDEC ¹	Sistema Interligado de Depósito e Contabilidade	3	1	Batch
SID00 ¹	Sistema de Centralização de Saldo e Marcas	1	1	Online
SINAF ¹	Sistema de Interfaces da Área Financeira	1	1	Batch
SICLI	Sistema de Clientes	2	3	Online
SIART ¹ /SIGFA	Sistema Administração de Recursos de Terceiros	4	1	Batch Online
SIDMF	Sistema Demonstrativo de Movimentação Financeiro	2	4	Batch
SISIB	Sistema de Sigilo Bancário	1	1	Batch
SIDEM ¹	Sistema Avaliação de Desempenho	1	4	Batch
SISPB ¹	Sistema de Pagamentos Bancário	30	1	Online
SIICO	Sistema de Informações Compartilhadas	1	3	Online
LDAP/ Open LDAP ¹	Sistema de autenticação	1	1	Online
SITRC	Sistema de Transferência de Recursos Comerciais	1	2	Online
SIEFI	Sistema E-Financeira	1	1	Batch
SIEFI	Sistema E-Financeira REINF	1	1	Batch
SISFIN\SITEC ¹	Sistema de Tesouraria da Caixa	3	2	Batch

NSGD ¹	Nova Solução de Gestão de Depósitos	3	1	Batch Online
SIPLD	Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro	1	2	Batch
Enquadramento ¹	Sistema de Controle de Enquadramento ²	3	4	Batch
Tombamento	Tombamento Fundos Passivo SIART s/ FIC	1	3	Batch
Tombamento	Tombamento Fundos Passivo Centaurus	1	4	Batch
Front-office ¹	Solução de Front-office do Asset	1	1	Online
SIACC	Sistema de Agendamento de Compromissos de Clientes	1	4	Batch
SIISF/SIGDF	Sistema de Gerenciamento de Fundos de Investimentos	1	1	Batch

¹ Interfaces com movimentações diárias.

² Valores estimados.

b. Em fontes externas à CAIXA, tais como:

Fonte	Descrição da Informação	Número de Interfaces existentes	Prioridade
CVM	Informe de Prestador de Serviço	1	1
ANBIMA – GALGO	Arquivos de interface	3	1
B3 – CETIP	Arquivos de interface	14	1
B3 – BM&FBovespa	Arquivos de interface	15	1

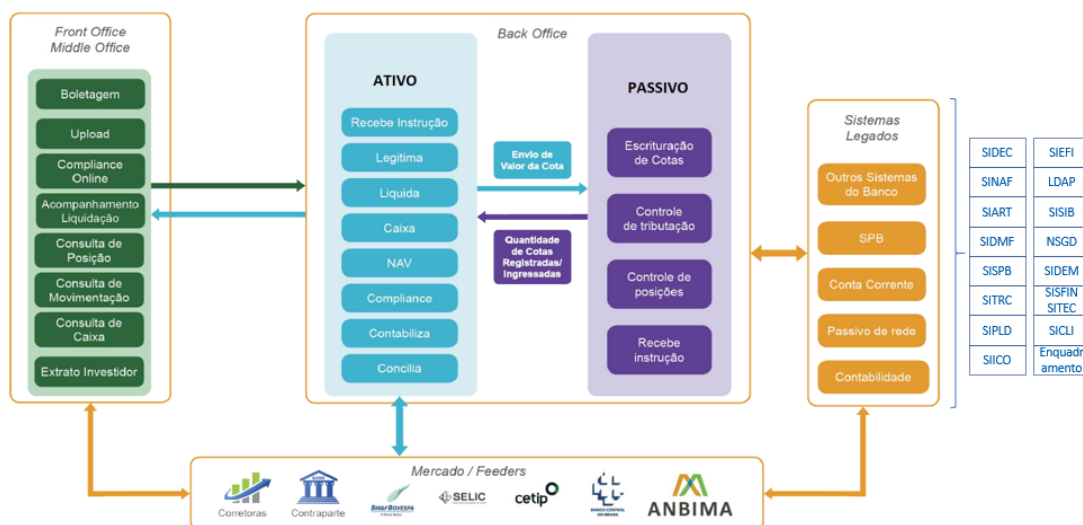
1.2 A relação de sistemas/bases/entradas/fontes externas poderão ser revistas a critério da CAIXA em qualquer tempo durante a vigência contratual.

2 Arquitetura de Integração

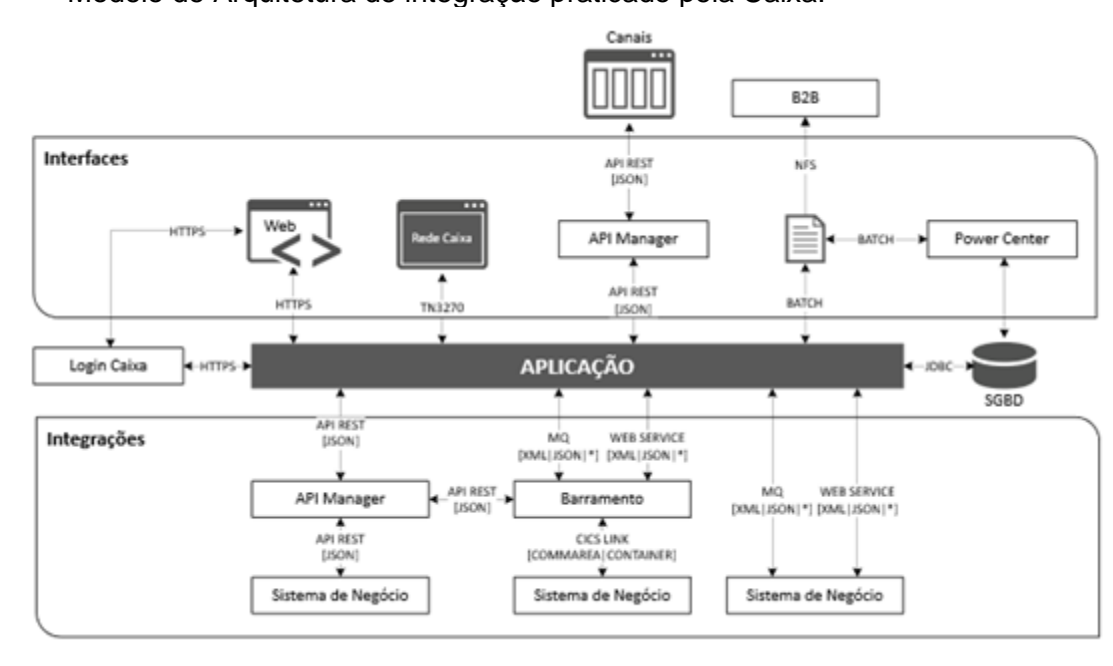
2.1 De forma esquemática, as figuras a seguir representam conceitualmente a arquitetura da solução de custódia qualificada e o modelo de arquitetura de integração praticado na CAIXA.

2.1.1 Arquitetura conceitual da Solução de Serviços de Custódia Qualificada:

Sistema de Custódia Qualificada – Arquitetura de Integração



2.1.2 Modelo de Arquitetura de integração praticado pela Caixa:



2.1.3 Do quadro geral das possibilidades de integração na Arquitetura Tecnológica da CAIXA destacamos:

- Troca de arquivos em modo batch com utilização do produto Sterling B2B Integrator da IBM
- Integração On Line síncronas por meio de API REST, preferencialmente
- Integração On Line assíncronas por meio de Mensageria MQ.

ANEXO I-D**FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO****1. CONDIÇÕES GERAIS**

- 1.1. As atividades para ativação da **Solução para prestação dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais para tesouraria, controle, processamento de ativos, custódia, escrituração e contabilidade de fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários** deverão iniciar mediante solicitação da CONTRATANTE, conforme etapas descritas neste documento, e compreendem todas as atividades necessárias à sua disponibilização, as integrações e customizações iniciais, as parametrizações, e demais atividades necessárias ao pleno funcionamento da Solução.
 - 1.1.1. As integrações e customizações iniciais são aquelas para o uso inicial da Solução consistindo na criação e implementação de interfaces com a CONTRATANTE e parceiros, bem como as customizações para atendimento ao escopo definido para a fase de ativação descrita neste documento.
- 1.2. As integrações com os sistemas da CAIXA deverão seguir os padrões citados no Termo de Referência.
 - 1.2.1. A Solução ofertada deverá ser a mesma daquela analisada na fase de qualificação técnica do certame, não sendo admitidas alterações dos produtos previamente avaliados pela CONTRATANTE.
 - 1.2.2. Para execução do contrato será adotado o modelo de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade, que define a CAIXA como responsável pela gestão do contrato e pelo ateste da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos serviços entregues, e a CONTRATADA como responsável pela execução operacional dos serviços, gestão de recursos humanos, de infraestrutura de hardware e software necessários para atendimento do contrato.
 - 1.2.3. Caberá à CONTRATADA dimensionar corretamente suas equipes de forma a cobrir todos os turnos de trabalho de acordo com o respectivo volume de demandas/atendimentos, mantendo a qualidade e os níveis de serviço exigidos em quaisquer datas/horários, bem como os clientes, usuários e parceiros assistidos sobre todos os aspectos.
 - 1.2.4. Para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica plenamente capacitada para executar as atividades dentro dos prazos previstos.
 - 1.2.5. Caberá a CONTRATADA dimensionar a estrutura necessária, o perfil e a qualificação dos seus profissionais, com vistas a atender as necessidades da CAIXA, tendo como base as características, a especificidade dos serviços e as atividades a serem executadas.
 - 1.2.6. Os profissionais da CONTRATADA exercerão suas atribuições sob gestão direta e exclusiva dos PREPOSTOS da CONTRATADA.
 - 1.2.7. A CONTRATADA se obriga a manter PREPOSTOS nos locais onde serão executados os serviços, para o atendimento imediato das solicitações, com a responsabilidade pelo pleno gerenciamento e execução dos serviços, pelo controle das entregas no prazo definido e pela distribuição das tarefas entre as equipes.

- 1.2.8. O PREPOSTO será o principal responsável por fazer a ligação entre a CONTRATADA e a CAIXA e deve ser apresentado na data de Assunção dos Serviços.
- 1.2.9. Todas as demandas serão solicitadas pela CAIXA à CONTRATADA por ferramenta de gestão da CAIXA e/ou outro recurso que venha a ser definido, contendo informações necessárias para sua realização.
- 1.2.10. A execução dos serviços será gerenciada pela CONTRATADA, que fará o acompanhamento da qualidade e dos níveis mínimos de serviços alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo.
- 1.2.11. A CAIXA também deverá fiscalizar a execução dos serviços prestados, atendo-se fielmente aos parâmetros de qualidade e respectivos níveis de serviço especificados no edital.
- 1.2.12. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviços acordados devem ser imediatamente comunicados à CAIXA.
- 1.2.13. A cada solicitação dos serviços, a CONTRATADA deverá avaliar se as informações constantes são suficientes para a execução das atividades solicitadas, caso as informações não sejam suficientes, a CONTRATADA deverá solicitar as complementações pertinentes.
- 1.2.14. Qualquer inviabilidade detectada no atendimento da demanda deverá ser comunicada formalmente à CAIXA, por meio da ferramenta de gerenciamento de demandas ou pelo mesmo meio recebido com o registro do resultado da avaliação, descrição da inviabilidade encontrada e sugestão para retificações.
- 1.2.15. Caso a CAIXA julgue improcedente a manifestação/comunicação da CONTRATADA quanto à inviabilidade no atendimento, permanecerá o prazo inicial definido.
- 1.2.16. Para efeito de aceitação pela CAIXA dos serviços prestados pela CONTRATADA, serão considerados realizados e atendidos aqueles serviços entregues que estiverem em conformidade com as especificações e com o CONTRATO.
- 1.2.17. A conformidade da execução das atividades visa verificar de forma inequívoca a integridade, correitude, completeza, sequência, prazo, tempestividade e geração de produto.
- 1.2.18. Eventuais atrasos em atividades que estejam sob responsabilidade da CAIXA, não serão imputados à CONTRATADA.
- 1.3. A CONTRATADA deverá manter ao longo do contrato todas as condições que garantiram sua habilitação e qualificação no processo licitatório.
- 1.4. Nenhuma regra, condição ou referência externa ao contrato será considerada para regular a sua execução, valendo, para tanto, os estritos termos transcritos no contrato e seus anexos, inclusive neste instrumento.
- 1.5. A CONTRATADA deverá garantir a atualização tecnológica da solução durante o período de vigência do contrato. No caso de descontinuidade da solução a CONTRATADA deve substituir a solução por outra que atenda aos processos de negócios em uso e sem ônus para a CAIXA.
- 1.6. A Solução deverá adequar-se a todo e qualquer requisito já definido ou que venha a ser definido pelos Órgãos Reguladores e/ou convenção celebrada pelas instituições participantes do Sistema Financeiro Nacional, sem custo adicional à CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato.

- 1.7. Neste caso, o prazo para conclusão da adequação da Solução corresponderá ao prazo limite definido pelo Órgão Regulador Externo.
- 1.8. Todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados, deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA à CONTRATANTE ou empresa por ela designada durante a execução do contrato.
- 1.9. Todos os dados, configurações e jornadas construídas ao longo do contrato deverão ser passíveis de migração entre fornecedores, devendo, ainda, a CONTRATADA disponibilizar equipe para providenciar junto à CONTRATANTE e eventual novo fornecedor, plano e operação assistida na efetiva migração.
- 1.10. A CONTRATADA deverá estar disponível para reuniões sempre que a CONTRATANTE requisitar.
- 1.11. A Contratada fica obrigada a participar de pesquisa de avaliação de desempenho da execução contratual, que poderá ser realizada, a critério da CAIXA, no decorrer da vigência contratual, podendo abordar aspectos tais como:
- Qualidade dos produtos/serviços;
 - Qualificação dos profissionais;
 - Execução das atribuições do gerente e/ou preposto do contrato;
 - Aspectos de negociação;
 - Cumprimento de ações de melhorias;
 - Satisfação geral;
 - Outros aspectos relativos à execução do contrato.
- 1.11.1. Havendo a avaliação de desempenho, a CAIXA informará o conceito obtido pela Contratada e poderá indicar a necessidade de apresentação de Plano de Melhoria pela Contratada, caso ela obtenha avaliação inferior ao limite definido pela Contratante e previamente informado à Contratada.
- 1.11.2. O Plano de Melhoria, a ser homologado pela CAIXA, deve propor ações objetivas e com prazos determinados, com vistas a elevar o desempenho da Contratada.
- 1.11.3. Quando definida a necessidade de apresentação do Plano de Melhoria, o não atendimento no prazo estabelecido pela CAIXA sujeitará a Contratada às sanções previstas no Contrato.
- 1.12. A CONTRATADA deverá providenciar a assinatura do Termo de Ciência Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC disponível na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e se comprometer a capacitar seus colaboradores quanto às referidas diretrizes.
- 1.13. O Termo de Ciência da PRSAC, conforme modelo anexo deste Termo de Referência, deverá ser entregue preenchido e assinado na CEGTI – CN GOVERNANÇA DE TI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 1.14. Todos os custos referentes ao fornecimento da Solução e à prestação dos serviços contratados serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

2. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1. O presente contrato terá a duração de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura.

3. PROPRIEDADE DA SOLUÇÃO E DA MARCA

- 3.1. A propriedade e a marca da Solução são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.
- 3.2. Fica à CAIXA, pois, vedada a qualquer título emprestar, licenciar, sublocar, dar em comodato, transferir ou, por qualquer meio, ceder a terceiros o produto objeto do contrato, reservando-se à CAIXA o direito de permitir a utilização da Solução pelos seus empregados e/ou clientes.
- 3.3. Tais direitos da CONTRATADA não se aplicam às customizações e integrações previstas no objeto do Termo de Referência e demais anexos.
 - 3.3.1. Neste caso, é de propriedade da CAIXA, nos termos do art. 111 da Lei 8.666/93, c/c os art. 49 a 52 da Lei 9.610/98, o direito patrimonial e a propriedade intelectual, em caráter definitivo dos produtos desenvolvidos e resultados gerados em consequência do contrato e que sirvam para adequar o produto contratado ao legado da CAIXA, bem como os novos aplicativos e interfaces que venham a ser gerados.
 - 3.3.2. Entende-se por resultados, quaisquer códigos-fonte, códigos executáveis, estudos, relatórios, protótipos, esquemas, desenhos, fluxogramas e documentação, em papel ou em mídia eletrônica, ícones e navegabilidade, regras de acesso e de segurança e demais recursos da Solução desenvolvida.
 - 3.3.3. Na eventual impossibilidade de a CONTRATADA continuar suas atividades relacionadas à Solução ofertada deverá entregar para a CAIXA os códigos-fontes dos programas que formam a Solução ou definir os critérios que assegurem a CAIXA e suas empresas terceirizadas o direito de continuidade de uso, manutenção e garantia de suporte técnico, inclusive cessão de direitos e licenças de módulos e demais componentes necessários à operação do sistema.

4. REGRAS DE ATENDIMENTO

- 4.1 Para o atendimento dos serviços que fazem parte da solução, a unidade da CAIXA efetuará o pedido de atendimento por meio de ferramenta de abertura de chamados, ou por outro meio disponível, informando por exemplo, os seguintes dados:
 - O número do chamado;
 - O nome do usuário;
 - A unidade solicitante;
 - O nome do *software*;
 - A versão, o relato do problema e, outras informações que julgar necessária para sua resolução.
- 4.2 No caso de indisponibilidade da ferramenta de abertura de chamado, a CONTRATADA poderá ser acionada por telefone ou e-mail.
 - 4.2.1 A notificação solicitada por meio de telefone ou correio eletrônico ou outro canal se faz necessária de forma a dar maior tempestividade a solução do chamado.
- 4.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar para si e para a CAIXA permissão de acompanhamento do chamado por meio da *Internet (WEB)* com recebimento de notificações, por meio de correio eletrônico e telefone (ligação gratuita), informando o estado do chamado.
- 4.4 Todos os prazos para atendimento dos serviços contratados começarão a ser contados de forma corrida a partir da abertura do chamado, independentemente da forma de acionamento.

- 4.5 O termo, forma corrida, indica que a contagem de tempo se dará de maneira contínua sem interrupções, exceto aquelas que sejam provocadas pela CAIXA.
- 4.6 A CONTRATADA terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data de solicitação da CAIXA para adequar-se aos padrões da CAIXA no que concerne à utilização ou integração com a ferramenta de abertura de chamados, de forma a atender aos serviços que fazem parte do contrato.
- 4.7 A ferramenta de Atendimento CAIXA é utilizada para abertura de chamados, registro dos atendimentos realizados nos canais telefone e *chat* e tratamento das solicitações. É uma ferramenta que possibilita ao chamado transitar pelas unidades e fornecedores responsáveis pela solução do problema, notificar as unidades ou pessoas pré-definidas e retornar ao solicitante a resposta ou orientação ao seu serviço.
- 4.8 A CONTRATADA deverá comprovar possuir serviço de *HELP-DESK* para pronto atendimento dos chamados técnicos em até 30 (trinta) dias corridos a partir da solicitação da CAIXA.
- 4.9 A CONTRATADA deverá informar, em até 05 (cinco) dias corridos a partir da solicitação da CAIXA, pelo menos duas caixas postais para acionamento e recebimento de mensagem eletrônica e dois números de telefone para atendimento.
- 4.10 A CONTRATADA deverá informar também o canal alternativo para abertura de chamados, para o caso de inoperância da central de atendimento.
- 4.11 Nos chamados emergenciais serão usados números provisórios de registros, que posteriormente devem ser substituídos pelo número de registro no Sistema de Atendimento CAIXA.
- 4.12 O tempo de solução do chamado, quando a pendência estiver sob responsabilidade da CAIXA, a exemplo, envio de documentação, não será contabilizado no prazo de atendimento estabelecido no item correspondente deste documento.
- 4.13 Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização da CAIXA, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela CONTRATADA.
- 4.14 No final do atendimento e resolução da ocorrência, o técnico da CONTRATADA realizará, em conjunto com empregados da CAIXA, testes para verificação dos resultados obtidos, certificando-se do restabelecimento à normalidade e/ou resolução do problema.
- 4.15 Ao término dos testes e do atendimento (fechamento do chamado), a CONTRATADA deverá registrar, detalhadamente na ferramenta de abertura de chamado, as causas do problema e a resolução adotada.
- 4.16 Nos casos em que o atendimento não se mostrar satisfatório, a CAIXA fará reabertura do chamado, mantendo-se as condições e prazos do primeiro chamado.
- 4.17 A CONTRATADA emitirá, em até 48 horas corridas, relatório, sempre que solicitado pela CAIXA, em arquivo eletrônico editável, preferencialmente em arquivo texto, com informações analíticas e sintéticas dos chamados abertos e fechados no período, incluindo por exemplos os seguintes dados:

- Quantidade de ocorrências (chamados) registradas no período;
- Número do chamado registrado na ferramenta de atendimento e nível de severidade, inclusive aqueles com reabertura;
- Data e hora de abertura;
- Data e hora de início e conclusão do atendimento;
- Identificação da localidade, unidade e técnico da CAIXA que registrou o chamado;
- Identificação do técnico da CONTRATADA que atendeu ao chamado;
- Descrição da ocorrência;
- Severidade de cada chamado (quando aplicado);
- Descrição da resolução;
- Informações sobre eventuais escalações dos problemas;
- Consolidado dos chamados que não atenderam os prazos estabelecidos nos subitens dos níveis de serviços, com as devidas justificativas para o descumprimento dos prazos contratados;
- Total de chamados no mês e o total acumulado até a apresentação do relatório.

5. GARANTIA

- 5.1. A garantia da solução e serviços será prestada durante toda a vigência do contrato iniciando-se a partir da finalização e ateste pela CAIXA do Plano de Gerenciamento da Implantação da Solução.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 6.1. As atividades previstas no cronograma de execução deverão iniciar a partir da solicitação da CAIXA.

- 6.2. O cronograma de execução, a critério da CAIXA, poderá ser revisto e/ou alterado ao longo da vigência do contrato de forma a refletir as necessidades, detalhes e particularidades da implantação da Solução a partir da finalização e ateste pela CAIXA da Etapa 1 – Plano de Gerenciamento da Implementação da Solução, inclusive quando houver a necessidade de customização durante a implementação.

- 6.3. A entrega e a implantação da Solução Tecnológica compreendem todas as atividades necessárias à sua instalação nos ambientes DES, TQS, HMP e PRD, as parametrizações e customizações necessárias, a construção e a implantação dos mapas de carga dos sistemas legados, a migração das informações legadas e demais atividades necessárias ao pleno funcionamento da Solução Tecnológica.

6.4. Etapas de implantação:

6.4.1. Etapa 1: Plano de Gerenciamento da Implantação da Solução

6.4.1.1. Objetivo da etapa:

- Consiste em disponibilizar para a CAIXA, um plano de implantação da solução detalhando todas as ações, atividades, serviços e entregas necessárias para o atendimento dos volumes, requisitos funcionais e técnicos definidos no Termo de Referência.

6.4.1.2. Atividades definidas:

- Elaborar e entregar para a CAIXA, um Plano de Gerenciamento de Implantação que deverá prover a relação detalhada das ações, atividades, entregas e serviços

necessários para atender aos volumes, requisitos funcionais e técnicos definidos no Termo de Referência.

- A CONTRATADA poderá, para elaboração do Plano de Gerenciamento da Implantação, acionar a CAIXA para obter as informações que sejam necessárias para sua elaboração.
- O Plano de Gerenciamento de Implantação deverá conter, a estimativa dos serviços, inclusive aqueles relacionados ao ANEXO I-C – LISTA DE INTEGRAÇÕES PREVISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, a serem realizados para a implantação da Solução.
- O Plano de Gerenciamento de Implantação deverá observar e estar alinhado e aderente aos 4 (quatro) marcos de entrega definidos na etapa 2 e aos ambientes da CAIXA definidos.
- O Plano de Gerenciamento de Implantação poderá, a qualquer tempo e a critério da CAIXA, ser revisto e/ou alterado e/ou ajustado em conjunto com a CONTRATADA de forma a refletir as necessidades de ajustes, detalhes e particularidades da implantação da Solução.
- Em caso de atualização do plano, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para entregar o plano atualizado a partir da solicitação da CAIXA.
- O Plano de Gerenciamento de Implantação deverá ser apresentado em até 3 (três) meses corridos a partir da solicitação da CAIXA, que ocorrerá após a assinatura do contrato.

6.4.2. Etapa 2: Execução do Plano de Gerenciamento da Implantação da Solução

6.4.2.1. Objetivo da etapa:

- Consiste em executar as ações, atividades, entregas e serviços que foram definidos no Plano de Gerenciamento de Implantação devendo observar e estar alinhado aos 4 (quatro) marcos de entrega e aos ambientes definidos pela CAIXA.

6.4.2.2. Atividades definidas:

- 1º Marco – 7 (Sete) meses corridos a partir da conclusão da etapa 1.
- Disponibilização da Solução nos ambientes definidos pela CAIXA.
- Entrega da Solução com as funcionalidades indicadas como prioridade um (1) na tabela de requisitos funcionais.
- Integrações com prioridade um (1) das bases relacionadas no ANEXO I-C – LISTA DE INTEGRAÇÕES PREVISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, que atendam, no mínimo, os requisitos da **AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO**.
- Construir a transformação e compatibilização dos dados visando a migração/tombamento de dados entre soluções. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços necessários para a migração de dados, como a interpretação, conversão, análise,

importação, criação de rotinas e adoção de quaisquer outras práticas necessárias para viabilizar a migração de dados do sistema legado para a solução contratada. Desta forma, cabe a CONTRATADA a responsabilidade de execução do processo de migração em sua totalidade.

- O 1º Marco será considerado concluído e aprovado após emissão de ateste pela CAIXA ou por profissional por ela contratado para este fim.
- 2º, 3º e 4º Marco – respectivamente dez (10), doze (12) e quatorze (14) meses corridos a partir da solicitação da CAIXA (mesma do primeiro marco).
- Entrega da Solução com as funcionalidades indicadas como respectivamente, prioridade dois (2), três (3) e quatro (4) na tabela de requisitos funcionais.
 - No 3º Marco inicia-se o **Tombamento/Migração Fundos Passivo SIART s/ FIC.**
 - No 4º Marco inicia-se o **Tombamento/Migração Fundos Passivo Centaurus.**
- Integrações com prioridade respectivamente dois (2), três (3) e quatro (4) das bases relacionadas no ANEXO I-C – LISTA DE INTEGRAÇÕES PREVISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO E DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, que atendam, no mínimo, os requisitos da **AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO.**
- Os Marcos 2º, 3º e 4º serão considerados concluídos e aprovados após emissão de ateste pela CAIXA ou por profissional por ela contratado para este fim.

7. LOCAL DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

7.1. Locais de entrega, instalação da solução e/ou execução do contrato serão nos seguintes endereços:

Unidade		UF	Endereço
Desenvolvimento	CEDES/SP - Centralizadora Nacional de Desenvolvimento de TI São Paulo	SP	Av. Guido Caloi, 1000, Jd. São Luís, São Paulo – SP – CEP 05802-140 Av. Paulista, 750, Bela Vista, São Paulo - SP – CEP 01310-100
	CESOB – Centralizadora Nacional de Soluções de TI - Núcleo B	RJ	Rua do Passeio, 38/40 – Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20021-290.
	CESOA – Centralizadora Nacional de Soluções de TI - Núcleo A	DF	Matriz III - Setor de Autarquias Sul Q. 3 - Asa Sul, Brasília - DF, 70297-400
Produção	CEPTISP - Centralizadora Nacional de Operações de TI São Paulo	SP	Av. Dr. Martin Luther King, 762, Jd. Umuarama, Osasco-SP, CEP: 06030-900
	CEPTIBR - Centralizadora Nacional de Operações de TI Brasília	DF	Matriz III - Setor de Autarquias Sul Q. 3 - Asa Sul, Brasília - DF, 70297-400 SEPN Comércio Residencial Norte 512 - Asa Norte, Brasília - DF, 70765-080

Suporte	CESTI – Centralizadora Nacional Suporte TI	DF	CTC: SIG – Quadra 01 – Lote 685/705 - Setor de Indústrias Gráficas – Brasília - DF DTC: Parque Tecnológico Capital Digital Lote 3, S/N - Granja do Torto – Brasília - DF
Arquitetura e Ino	SUART - SN Arquitetura de TI	DF	Matriz II - Setor de Autarquias Sul Q. 3 - Asa Sul, Brasília - DF, 70297-400
Serviços, Esteiras, Qualidade e	CEGTI - CN Governança de TI GEPAC - GN Padrões e Capacidade TI GEQTI - Gerência Nacional Qualidade TI SUDEA - SN Soluções TI - Núcleo A SUDEB - SN Soluções TI - Núcleo B SUSER - SN Serviços de TI	DF	Matriz II - Setor de Autarquias Sul Q. 3 - Asa Sul, Brasília - DF, 70297-400
	GESEQ - GN SERVICOS QUALIFICADOS	SP	Av. Paulista, 750, Bela Vista, São Paulo -SP – CEP 01310-100

8. HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1. A prestação dos serviços se dará em regimes de 8x5 (8 horas por dia, 5 dias por semana) e 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana e em todos os dias do ano) a fim garantir a disponibilidade e continuidade no atendimento e serviços escopo dessa contratação, conforme disposto na tabela:

Serviços	Regime de atendimento
Solução para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros	Disponibilidade 24x7
Implantação da Solução	8x5
Serviços de Customização	8x5
Serviço de Suporte Técnico	24x7
Transferência de conhecimento – sob demanda	A definir

9. NÍVEL DE SERVIÇO

- 9.1. Os níveis de serviços são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados.
- 9.2. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores de desempenho relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais foram estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.
- 9.3. A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviços será mensal, devendo a CONTRATADA elaborar relatório gerencial, constando os indicadores/metadados de níveis de serviços alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual.
- 9.4. Para a execução do contrato, será implementado método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade.

- 9.5. Esse conceito define a CAIXA como responsável pela gestão do CONTRATO e pelo ateste da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos e serviços entregues, e a CONTRATADA como responsável pela execução operacional dos serviços e gestão dos recursos humanos e físicos necessários para o atendimento dos chamados e seus respectivos Níveis de Serviço.
- 9.6. O Nível de Serviço representa o desempenho dos serviços de monitoração com base em indicadores que tem por finalidade gerar informações objetivas dos serviços desempenhados pela CONTRATADA.
- 9.7. Pelo não cumprimento dos níveis de serviços contratados, atraso de prestação de serviços, inexecução, por culpa imputada à CONTRATADA, ou pela execução de forma incorreta, serão aplicados descontos e/ou multas sobre o valor mensal contratado, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 9.8. Indicador de Desempenho
- 9.8.1. Os indicadores de desempenho constam do ANEXO I-E - Nível Mínimo de Serviço - NMS.

10. FORMA DE PAGAMENTO E RECEBIMENTO

- 10.1. A CAIXA, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.
- 10.2. Os desembolsos seguirão o seguinte cronograma:

Cronograma de Desembolso Financeiro		
Item	Valor	Relação com Cronograma de Execução
Ativação da solução (compreendendo a garantia de atualização tecnológica e de suporte técnico durante a vigência do contrato)	Pagamento de mensalidade referente ao valor deste item, com início após a conclusão do 1º Marco de entrega da Etapa 2 no limite máximo de 53 parcelas fixas mensais.	Após ateste da CAIXA com relação a prestação dos serviços do respectivo mês.
Implementação, integrações e requisitos descritos nos itens 3.9 e 3.12 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	5% do valor deste item pela execução completa das atividades e ações definidas para a etapa 1 - Planejamento.	Após o ateste da CAIXA para o planejamento e para cada marco, conforme Plano de Gerenciamento da Implantação da Solução.
	9% do valor deste item pela execução completa das atividades, ações e funcionalidades definidas para Implementação no 1º Marco de Entrega – Etapa 2.	
	21% do valor deste item pela execução completa das atividades, ações e funcionalidades definidas	

	para as integrações no 1º Marco de Entrega – Etapa 2.	
	20% do valor deste item pela execução completa das atividades, ações e funcionalidades definidas para Implementação no 2º Marco de Entrega – Etapa 2.	
	5% do valor deste item pela execução completa das atividades, ações e funcionalidades definidas para as integrações no 2º Marco de Entrega – Etapa 2.	
	16% do valor deste item pela execução completa das atividades, ações e funcionalidades definidas para Implementação no 3º Marco de Entrega – Etapa 2.	
	4% do valor deste item pela execução completa das atividades, ações e funcionalidades definidas para as integrações no 3º Marco de Entrega – Etapa 2.	
	20% do valor deste item pela execução completa das atividades, ações e funcionalidades definidas para o 4º Marco de Entrega – Etapa 2	
Serviço de Customização – sob demanda	Serviço mensurado e remunerado por Pontos de Função, (volumetria 5000)	Após o ateste da CAIXA com relação ao serviço executado em ambiente de produção.
Transferência de conhecimento – sob demanda	4 turmas	Após aceite da CAIXA para cada transferência de conhecimento realizada.

- 10.3. Não haverá qualquer obrigatoriedade de utilização, pela CAIXA, de uma quantidade mínima de (hora, pontos de função/turmas) durante a vigência do contrato. Serão remuneradas apenas os (hora/pontos de função/turmas) referentes aos serviços contratados sob demanda e atestados pela CAIXA.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I. multa;
- II. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- III. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

Parágrafo Primeiro – A MULTA será cobrada pelo descumprimento das obrigações da CONTRATADA, pela inexecução contratual e pelo descumprimento dos prazos de atendimento, conforme exposto abaixo:

I Pelo descumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme sua natureza:

Item	Descumprimento	Sanção
I	Não observar as obrigações de natureza operacional, previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO .	Multa de 0,5 % (por cento) sobre o valor total do contrato .
II	Não observar as obrigações de natureza técnica, previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO .	Multa de 0,4 % (por cento) sobre o valor total do contrato .
III	Não observar as obrigações de natureza administrativa, previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO .	Multa de 0,3 % (por cento) sobre o valor total do contrato .

II A multa pela inexecução contratual poderá ser cobrada nas seguintes situações:

- Inexecução parcial, insatisfatória do contrato, sendo a multa de 2% (dois por cento), calculada **sobre o valor total do contrato**.
- Interrupção da execução do contrato, sem prévia autorização da CAIXA, sendo a multa de 5% (cinco por cento), calculada **sobre o valor total do contrato**.
- O total inadimplemento de nível de serviço contratado por culpa exclusiva da CONTRATADA em prazo superior a 30 dias de atraso implicará na aplicação de multa compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) **do valor do contrato**, sem detrimento da cobrança de ressarcimento suplementar caso o prejuízo causado seja superior ao valor da multa.
- A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação aplicável, garantida a defesa prévia, independentemente de notificação ou interpelação judicial.

III Pelo descumprimento dos prazos definidos no **ANEXO I-E – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS**, após reincidência de 3 (TRÊS) vezes de desconto previstos no **ANEXO I-E – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS**, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste documento, a CONTRATADA estará sujeita a multas conforme tabelas a seguir:

- Tabela de multas progressivas por hora ou dia de atraso, conforme nível de atendimento

para o Tempo Máximo de Início de Atendimento (TMIA), Tempo Máximo de Solução Operacional (TMSO) e Tempo Máximo de Esclarecimentos de Dúvidas (TMED), para cada atendimento:

Indicador	Meta	Forma de cálculo	Percentual de Multa
TMIA e TMSO Severidade e 1	Prazos de atendimento definidos no ANEXO I-E	Total de horas de atraso em relação ao TMIA e/ou TMSO	0,004 % (por cento) do valor total do contrato, por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMIA e TMSO Severidade e 2	Prazos de atendimento definidos no ANEXO I-E	Total de horas de atraso em relação ao TMIA e/ou TMSO	0,003 % (por cento) do valor total do contrato, por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMIA e TMSO Severidade e 3	Prazos de atendimento definidos no ANEXO I-E	Total de horas de atraso em relação ao TMIA e/ou TMSO	0,002 % (por cento) do valor total do contrato, por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMED Severidade 4	Prazos de atendimento definidos no ANEXO I-E	Total de horas de atraso em relação	0,001 % (por cento) do valor total do contrato, por

		o ao TMED	cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado .
--	--	--------------	--

e) Tabela de multas progressivas por hora de atraso conforme nível de atendimento para o Tempo Máximo de Solução Definitiva (TMSDC), para cada atendimento:

Indicador	Meta	Forma de cálculo	Percentual de Multa
TMSDC Severidade 1	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMSDC	0,004 % (por cento) do valor total do contrato, por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMSDC Severidade 2	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMSDC	0,003 % (por cento) do valor total do contrato, por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMSDC Severidade 3	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMSDC	0,002 % (por cento) do valor total do contrato, por cada hora de atraso ou

			fração de hora de cada chamado.
--	--	--	---------------------------------

- f) Tabela de multas progressivas por hora de atraso conforme nível de atendimento definido para o fornecimento de relatório consolidado dos chamados:

Indicador	Meta	Forma de cálculo	Percentual de Multa
Fornecimento de relatório consolidado dos chamados	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao fornecimento de relatório consolidado dos chamados	0,001 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.

- IV Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos/acordados para o **Serviço de Implementação**, a CONTRATADA estará sujeita a multa de 0,2% (por cento) do **valor total do Serviço de Implementação**, para cada dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
- a) A partir da 31º (trigésimo primeiro) dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,4% (por cento), sobre o valor total do contrato, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- V Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos/acordados para o **Serviço de Customização**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o **valor total do Serviço de Customização**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
- b) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o **valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- VI Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o **Serviço de Transferência de Conhecimento**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o **valor total do Serviço de Transferência de Conhecimento**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

- b) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o **valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- VII Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o **Cronograma de Execução de Projeto**, conforme definido no **ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
- a) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- VIII Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos **Manuais e Documentações**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,1% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
- b) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- IX Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o serviço de **Atualização Tecnológica**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
- b) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- X Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o **Plano de Sustentação**, conforme definido no **ANEXO I-F – PLANO DE SUSTENTAÇÃO**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
- b) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

Parágrafo Segundo - As multas e sanções definidas neste Termo de Referência serão descontadas do valor da nota fiscal/fatura, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA administrativa ou judicialmente e **estarão limitadas a 10% (dez por cento) do valor total do contrato**.

Parágrafo Terceiro - A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada:

- I) Em casos de reincidências;

- II) Em casos de descumprimento de prazo contratual, descumprimento parcial ou total de obrigação contratual, inclusive a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- III) Em caso de comprovada violação ao Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, previsto na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Quarto - A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos poderá ser aplicada nos casos que a CONTRATADA:

- I) Não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;
- II) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- III) Em caso de comprovada violação ao Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, previsto na Lei 12.846/2013.

Parágrafo Quinto - As sanções previstas nos incisos II, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I.

Parágrafo Sexto – Pela inexecução parcial ou execução insatisfatória de suas obrigações (conduta e procedimentos), pela recusa ou atraso injustificado no atendimento dos serviços de implantação, implementação, transferência de conhecimento ou pelo não atendimento do indicador de disponibilidade da plataforma de custódia qualificada, a empresa será notificada. Em caso de reincidência na aplicação da NOTIFICAÇÃO no período de 2 (dois) meses consecutivos a CONTRATADA deverá apresentar Plano de Melhoria para solução definitiva das faltas cometidas.

Parágrafo Sétimo – Mantidos os motivos que justificaram as notificações considerar-se-á constatada a execução insatisfatória do Plano de Melhoria, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do(s) serviço(s) contemplados no curso da execução do referido plano. Complementarmente, a seu critério, a CAIXA poderá promover a rescisão antecipada do CONTRATO, ressaltado o seu direito à indenização pelos prejuízos dela decorrente.

Parágrafo Oitavo – A aplicação das penalidades indicadas nesta cláusula será lançada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

ANEXO I-E**NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS – NMS****1. Objetivo**

- 1.1. O presente instrumento tem por objeto o refinamento dos mecanismos de avaliação do contrato da Solução, por meio da aplicação da gestão de níveis de serviços, que será utilizada como mecanismo de ajuste da remuneração da CONTRATADA, atrelada ao alcance dos resultados esperados pela CAIXA.
- 1.2. O NMS se destina ao efetivo gerenciamento do cumprimento da qualidade dos serviços e do desempenho da CONTRATADA, bem como estabelecer as diretrizes para que a entrega de serviços ocorra em conformidade com as necessidades da CAIXA.

2. Condições Gerais

- 2.1. A CAIXA verificará mensalmente o cumprimento pela CONTRATADA dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos, por meio da apuração dos indicadores previstos neste Acordo, elaborados com as informações de tempo e qualidade do serviço prestado, extraídas dos chamados.
- 2.2. A CONTRATADA reconhece que o não atendimento dos Níveis Mínimos de Serviços estabelecidos neste documento pode resultar em impacto adverso e relevante nos negócios e nas operações da CAIXA.
- 2.3. A CONTRATADA deverá executar os serviços e entregar os produtos cumprindo os níveis mínimos de serviço estabelecidos para cada indicador, cuja inobservância resultará na aplicação do **Fator de Nível de Serviço (FNS)**, e consequentemente em descontos.
 - 2.3.1. Os descontos definidos nesta Cláusula serão deduzidos do valor da nota fiscal/fatura, da garantia contratual ou cobradas pelas vias judiciais, nessa ordem, em caso do não pagamento nos prazos estipulados.
 - 2.3.2. Se o desconto for de valor superior ao valor da garantia CONTRATADA, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CAIXA referente a este contrato, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
 - 2.3.3. Os descontos serão realizados até a 3ª (TERCEIRA) reincidência de aplicação do mesmo **Fator de Nível de Serviço (FNS)**.
 - 2.3.4. A partir da 4ª (QUARTA) reincidência, serão aplicadas as sanções previstas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
- 2.4. As causas de não conformidade deverão ser relatadas, registrando-se as ações de melhoria necessária, que servirão de insumo para elaboração de um plano de melhoria pela CONTRATADA, o qual deverá ser submetido à CONTRATANTE para aprovação e acompanhamento.

- 2.5. A recorrência no não atendimento de qualquer dos indicadores poderá ensejar também a aplicação das sanções administrativas previstas contratualmente.

3. Nível de Serviço

3.1. Descrição da Severidade dos Chamados

Severidade	Descrição
Crítica (SEV1)	O sistema não está operante e não é possível nenhuma solução de contorno viável.
Alta (SEV2)	Uma ou mais (2) funcionalidades objeto do contrato estão parcialmente indisponíveis, mas as demais funcionalidades estão funcionando plenamente.
Média (SEV3)	As funcionalidades objeto do contrato apresentam erros ou alertas que não causam impossibilidade de uso.
Baixa (SEV4)	Suspeitas técnicas e dúvidas.

3.1.1. Indicadores de Nível de Serviço

3.1.1.1. TMIA - Tempo Máximo de Início de Atendimento

	Tempo Máximo requerido para o início do atendimento ao problema e que será caracterizado pelo fornecimento do número do chamado e/ou protocolo.	
Meta	O início do atendimento dos chamados conforme metas estabelecidas.	
Cumprir	Severidade	TMIA
	SEV1	30 min
	SEV2	40 min
	SEV3	2 horas
	Plataforma de Gestão dos Serviços Contratados	
Método de Coleta	Extração de dados, utilizando filtros na base de dados das ferramentas de gestão dos serviços terceirizados.	
Fórmula disponível pela disponibilização do Indicador	Conforme o Anexo do Contrato da CAIXA.	
Fórmula disponível pelo desempenho do Indicador	Conforme o Anexo TADA.	
Frequência	Apuração do TMIA de todos os chamados ocorridos no mês.	
Método de Cálculo	Considera-se a duração do atraso do início de atendimento de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: (Data/hora do início do atendimento – data/hora do início do chamado).	
Vigência	Assinatura do contrato.	

nível de Serviço	TMIA SEV1	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
	TMIA SEV2	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
	TMIA SEV3	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
ções		

3.1.1.2. TMSO - Tempo Máximo de Solução Operacional

	Tempo máximo de solução operacional: tempo máximo requerido para contornar o problema de forma paliativa e deixar a solução disponível.	
de	a solução operacional conforme metas estabelecidas.	
umprir	Severidade	TMIA
	SEV1	2 horas
	SEV2	3 horas
	SEV3	6 horas
	nta de Gestão dos Serviços Contratados	
e Coleta	ca, utilizando filtros na base de dados das ferramentas de gestão dos serviços terceirizados.	
ável pela disponibilização do Indicador	do Contrato da CAIXA.	
ável pelo desempenho do Indicador	TADA.	
idade	Apuração do TMSO de todos os chamados ocorridos no mês.	
mo de Cálculo	Considera-se a duração do atraso da solução operacional de cada chamado, que será calculada por meio da fórmula: ((Data/hora da solução operacional – data/hora início do chamado) – tempo sob responsabilidade da CAIXA).	
Vigência	assinatura do contrato.	
nível de Serviço	TMSO SEV1	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
	TMSO SEV2	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado

	TMSO SEV3	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
ções		

3.1.1.3. TMSDC - Tempo Máximo de Solução Definitiva do Chamado

	Tempo Máximo de Solução Definitiva do Chamado: tempo máximo requerido para solucionar em definitivo a causa do problema.	
de	a solução definitiva conforme metas estabelecidas	
umprir	Severidade	TMSDC
	SEV1	24 horas
	SEV2	36 horas
	SEV3	48 horas
	nta de Gestão dos Serviços Contratados	
e Coleta	ca, utilizando filtros na base de dados das ferramentas de gestão dos serviços terceirizados.	
ável pela disponibilização do Indicador	do Contrato da CAIXA.	
ável pelo desempenho do Indicador	TADA.	
idade	Apuração do TMSDC de todos os chamados ocorridos no mês.	
mo de Cálculo	= Considera-se a duração do atraso da solução definitiva de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: ((Data/hora da Solução definitiva – data/hora início do chamado) – tempo sob responsabilidade da CAIXA). siderado também o prazo de apresentação de laudo técnico quando a Solução definitiva implicar em disponibilização de nova versão do produto.	
Vigência	assinatura do contrato.	
nível de Serviço	TMSDC SEV1	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
	TMSDC SEV2	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
	TMSDC SEV3	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.

ções	olução de chamados cuja Solução definitiva implique em disponibilização de nova versão do produto, não haverá cálculo para TMSDC, sendo necessária apresentação de laudo técnico comprovando tal situação, em até 24 horas após a abertura do chamado.
------	--

3.1.1.4. TMED – Tempo Máximo de Esclarecimento de Dúvidas

Item	Tempo Máximo para Esclarecimento de Dúvida: tempo máximo requerido para esclarecimento às dúvidas sobre os produtos e consultas técnicas.	
Finalidade	o esclarecimento às dúvidas sobre os produtos e consultas técnicas conforme meta estabelecida.	
Meta a cumprir	mpo Previsto	48h
Fonte	nta de Gestão dos Serviços Contratados	
Forma de Coleta	ca, utilizando filtros na base de dados das ferramentas de gestão dos serviços terceirizados.	
Responsável pela disponibilização do Indicador	do Contrato da CAIXA.	
Responsável pelo desempenho do Indicador	TADA.	
Periodicidade	apuração do TMED de todos os chamados para esclarecimentos de dúvidas ocorridos no mês.	
Método de Cálculo	Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: (Data/hora do esclarecimento da dúvida ou consulta técnica – data/hora início do chamado).	
Local de Vigência	assinatura do contrato.	
Definição de nível de Serviço	TMED SEV4	do valor total do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado

3.1.1.5. Fornecimento de relatório consolidado dos chamados

Item	máximo requerido para entrega do relatório consolidado dos chamados.	
Finalidade	a entrega do relatório consolidado dos chamados em conformidade às especificações.	
Meta a cumprir	ega do relatório	as corridas a partir da solicitação da CAIXA
Fonte	nta de Gestão dos Serviços Contratados.	
Forma de Coleta	ca, utilizando filtros na base de dados das ferramentas de gestão dos serviços terceirizados.	
Responsável pela disponibilização do Indicador	do Contrato da CAIXA.	

Responsável pelo desempenho do Indicador	TADA.	
Periodicidade		
Método de Cálculo	cia da data de entrega do relatório em conformidade com todas as especificações e dados exigidos.	
Tempo de Vigência	assinatura do contrato.	
Unidade e nível de Serviço	regia	do valor do contrato por hora (ou fração) da duração do atraso.
Observações	o tenha havido chamado no período deverá ser emitido relatório reportando essa situação.	

3.1.1.6. Indicador de Disponibilidade da Solução

Disponibilidade da Solução	
Item	Descrição
Objeto	a disponibilidade dos serviços contratados na Solução
Atender	igual a 99,7% dos serviços disponíveis no período, em conformidade com regras e padrões e com o objetivo esperado atendido.
Método de Cálculo	$D = \frac{(TMD - TMIND) \times 100}{TMD}$ <p>onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> D = Disponibilidade em % TMD = Total de Minutos no período. TMIND = Total de Minutos indisponibilidade.

- 3.2. O suporte técnico para os chamados de Severidade 1 e 2 deverá ser disponibilizado durante 16 horas por dia, de segunda a sexta-feira e não poderão ser interrompidos até o completo restabelecimento de todas as funções do sistema paralisado (indisponível), mesmo que para isso tenha que se estender por períodos noturnos e/ou dias não úteis (sábados, domingos e feriados).
- 3.3. A solução operacional e definitiva do problema técnico será contabilizada de forma corrida a partir da abertura do chamado, descontando o tempo que ficou sob responsabilidade da CAIXA.
- 3.3.1. Entende-se como solução operacional, a disponibilidade do sistema/serviço, porém de forma paliativa ou temporária.
- 3.3.2. Entende-se como solução definitiva, a resolução completa da causa do problema.
- 3.4. Para resolução de problemas cuja solução definitiva implique em disponibilização de uma nova versão do produto, novas correções (fixes/patches) e/ou melhorias não haverá cálculo para TMSO e TMSDC.
- 3.4.1. Para esses problemas, a CONTRATADA deverá restabelecer o ambiente por meio de resolução paliativa e informar a CAIXA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do momento da notificação, quando a resolução definitiva será disponibilizada para a CAIXA.

- 3.4.2. Esta resolução definitiva deverá ser disponibilizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.
- 3.5. A CONTRATADA não poderá ser responsabilizada pelo não atendimento do nível de severidade estabelecido quando o chamado técnico for originado por falha, interrupção ou qualquer outra ocorrência nos serviços prestados pelas concessionárias de serviços de telecomunicações ou energia elétrica, indisponibilidade de dados, inconsistência de dados e informações geradas pela CAIXA, infraestrutura e capacidade de ambiente de tecnologia CAIXA ou de terceiros, inclusive o tempo necessário à restauração do ambiente após o restabelecimento das condições de operação, não se caracterizando nesses casos a indisponibilidade dos serviços ou inadimplemento da CONTRATADA.
4. **Revisão do NMS**
- 4.1. A critério da CAIXA, o presente Nível Mínimo de Serviço (NMS) poderá ser revisto, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses.

ANEXO I-F**PLANO DE SUSTENTAÇÃO****1 Recursos materiais e de infraestrutura de TI**

- 1.1 A contratação de solução para prestação dos serviços qualificados ao mercado de capitais para tesouraria, controle, processamento de ativos, custódia, escrituração e contabilidade de fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários, contemplando a ativação da solução por prazo determinado de sessenta (60) meses com infraestrutura em nuvem provida pela fornecedora, com implementação e integrações, garantia de serviços de suporte técnico e de atualização tecnológica durante o prazo de vigência do contrato, serviços de customização, transferência de conhecimento, incluindo todas as documentações, novas funcionalidades e serviço de gerenciamento de carteiras.
- 1.2 A contratação se utiliza do modelo de ativação da solução com infraestrutura em nuvem provida pela contratada, dentro dos padrões regulatórios, o que proporcionará a escalabilidade necessária, com a independência da infraestrutura tecnológica da CAIXA.

2. Recursos Humanos e Financeiros

- 2.1. Encontram-se dispostas abaixo as unidades responsáveis pelo acompanhamento da contratação:

Gestor Definidor da Solução	SUART- 5141
Gestor Provedor da Demanda:	GEGAT - 5398
Gestor de Bens e Serviços do Contrato:	GEPAC - 5229
	SUDEB - 5142
Gestor de Faturamento do Contrato:	CEGTI - 7550

3. Volume da Contratação

- 3.1. A volumetria estimada para a contratação está descrita no item 2 do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.

4. Estratégia de independência

- 4.1. Tendo em vista se tratar de contratação de solução para prestação dos serviços qualificados ao mercado de capitais para tesouraria, controle, processamento de ativos, custódia, escrituração e contabilidade de fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários, contemplando a ativação da solução por prazo determinado de

sessenta (60) meses com infraestrutura em nuvem provida pela fornecedora, com implementação e integrações, garantia de serviços de suporte técnico e de atualização tecnológica durante o prazo de vigência do contrato, serviços de customização, transferência de conhecimento, incluindo todas as documentações, novas funcionalidades e serviço de gerenciamento de carteiras, e a existência de multiplicidade de fornecedores no mercado, não há dependência de fornecedor, pois há diversos fornecedores no mercado especializados na prestação dos serviços objeto desta solicitação de contratação.

5. Transferência de Conhecimento

- 5.1. A Estratégia de Gestão do Conhecimento consiste na descrição dos processos e ferramentas, padrões e modelos que serão exercidos para operacionalizar a geração, identificação, validação, disseminação, compartilhamento, uso e proteção dos conhecimentos utilizando-se, entre outros, de armazenamento em repositórios sob formas de dados, fórmulas, procedimentos codificados ou regras, princípios e diretrizes, fluxos informacionais, esquemas e modelos mentais.
- 5.2. A Estratégia de Gestão do Conhecimento tem intuito de estabelecer mecanismos para o fornecimento de subsídios para a obtenção e manutenção da inteligência dos processos e a consequente continuidade dos negócios, para tanto assegurando a transição de serviços entre núcleos de serviços sucessivamente com fornecedores distintos, se esta for a decisão estratégica da CAIXA.
- 5.3. A CAIXA poderá, a seu exclusivo critério, alocar empregados do seu quadro próprio, ou de empresa por ela designada, para acompanhar as atividades realizadas pela CONTRATADA, tendo em vista a preservação do conhecimento de negócio relativo ao serviço prestado.
- 5.4. Em ocorrendo mudança do fornecedor dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar relatório final e todos os demais documentos necessários para a continuidade da prestação dos serviços.
- 5.5. A Estratégia de Gestão do Conhecimento deverá ser revisada periodicamente ou quando houver alterações de grande impacto em seu conteúdo.
- 5.6. A equipe técnica da CONTRATADA deverá zelar e assegurar a transferência de todo conhecimento adquirido ou produzido, relativamente a serviços em andamento ou finalizados, para a CAIXA ou empresa por ela designada.
- 5.7. A transferência de conhecimento e tecnologia é obrigatória e a CAIXA se compromete a disponibilizar pessoal técnico para o recebimento da transferência de conhecimento e tecnologia na data e prazo acordados com a CONTRATADA.
- 5.8. A sustentação abrange todo o ciclo de vida do objeto da contratação, seus produtos e/ou serviços de TI, conforme a definição da estratégia de continuidade contratual.

6. Direitos de Propriedade

- 6.1. A CONTRATADA deverá zelar para que os insumos e artefatos gerais adquiridos ou produzidos, resultado da atividade da prestação de serviços, em andamento ou finalizados, sejam mantidos sob domínio da CAIXA ou empresa por ela designada.
- 6.2. Todo processo, base de dados, aprendizado e documento produzido em decorrência da prestação dos serviços será de propriedade da CAIXA.
- 6.3. A CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação de modelagem de processos (*blueprint*) do software, os quais devem ser mantidos atualizados em sua propriedade de forma integral e total.

7. Transição Final do Contrato

- 7.1. A transferência de todo conhecimento adquirido ou desenvolvido bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados deverão ser disponibilizados por meio de um Plano de Transição, endereçando todas as atividades necessárias para a completa transição.
- 7.2. A CONTRATADA deverá assegurar portabilidade dos dados e que as informações da CAIXA estejam disponíveis para transição, em prazo adequado e sem custo adicional, de modo a garantir a continuidade do negócio e possibilitar a transição contratual;
- 7.3. O Plano de Transição deverá ser entregue pela CONTRATADA no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do término da vigência do CONTRATO, ou a qualquer tempo, por solicitação da CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 7.4. O plano deverá identificar todos os compromissos, projetos, papéis, responsabilidades, artefatos, tarefas, a data de início e prazo da transição, bem como todos os envolvidos com a transição, e ter a aprovação formal da CAIXA.
- 7.5. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução do Plano de Transição, bem como a garantia do repasse bem-sucedido de todas as informações necessárias para a continuidade dos serviços pela CAIXA ou empresa por ela designada.
- 7.6. Durante o tempo requerido para desenvolver e executar o Plano de Transição, a CONTRATADA deve responsabilizar-se pelo esforço que necessite dedicar à tarefa de completar a transição, sem custo adicional para a CAIXA.
- 7.7. Todo conhecimento adquirido ou desenvolvido bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados deverão ser disponibilizados à CAIXA ou empresa por ela designada durante a execução do Plano de Transição.
- 7.8. A inobservância da entrega no Plano de Transição ou da sua execução implicará nas penalidades cabíveis previstas no termo de referência e contrato.

ANEXO I-G**REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA FORNECEDORES DE NUVEM****1. GESTÃO DE IDENTIDADE E CONTROLE DE ACESSOS**

- 1.1. A Contratada deve ter uma política de controle de acesso dos seus colaboradores baseada no princípio do menor privilégio, que defina um processo formal de concessão, alteração e revogação de acesso.
- 1.2. A Contratada deve utilizar mecanismos de autenticação e autorização utilizando credenciais corporativas.
- 1.3. A Contratada deve dispor de recursos que garantam múltiplos fatores de autenticação do usuário (MFA), a serem utilizados de acordo com a criticidade ou classificação da informação/recurso a ser acessado. Esses múltiplos fatores devem ser implementados, no mínimo, por meio de biometria, OTP ou autorização por notificações de push em celulares.
- 1.4. A Contratada deve dispor de mecanismo de garantia de identidade, o qual deve ser realizado previamente à execução das requisições dos usuários.
- 1.5. Todas as contas de usuário devem ser identificadas por um ID de usuário exclusivo e todas as ações de um ID de usuário devem ser associadas a um único indivíduo ou proprietário registrado.
- 1.6. As contas do usuário devem ser criadas e configuradas pelo administrador de segurança do usuário.
- 1.7. Os controles de acesso em nível de aplicativo devem fazer uso da identidade autenticada do usuário, conforme estabelecido no login.
- 1.8. A Contratada deve permitir criar e gerenciar perfis e credenciais de segurança para seus usuários.
- 1.9. A Contratada deve permitir que somente os usuários por ela autorizados tenham acesso aos recursos, em conformidade aos respectivos perfis de uso.
- 1.10. A Contratada não deve usar contas padrões, contas genéricas, contas não pessoais ou convidadas, a menos que a CAIXA tenha dado aprovação prévia por escrito para tais contas.
- 1.11. Uma conta não pessoal deve ser atribuída exclusivamente a uma única aplicação ou serviço e não pode ser utilizada para qualquer outra finalidade além daquela para a qual ela foi criada.
- 1.12. A Contratada deve informar os logins de usuário e senhas iniciais por meio de canais separados.

- 1.13. A Contratada deve implementar mecanismo de comunicação ao usuário em caso de alteração ou pedido de recuperação de sua senha.
- 1.14. A Contratada deve revisar os direitos de acesso existentes nos seus ativos pelo menos a cada dois anos. Em caso de dados pessoais, os direitos devem ser revisados pelo menos uma vez por ano.
- 1.15. A Contratada deve revisar as contas não pessoais mantidas em seu ambiente pelo menos duas vezes por ano, independentemente da classificação ou da confidencialidade da informação tratada.
- 1.16. A Contratada deve revisar os acessos privilegiados ao seu ambiente pelo menos a cada três meses.
- 1.17. A Contratada deve gerar e armazenar as evidências de aprovação ou rejeição dos direitos de acesso, resultantes das revisões acima, e disponibilizá-las para a CAIXA sempre que solicitado.
- 1.18. As contas de acesso privilegiado não devem conter a indicação dos privilégios, a posição do indivíduo ou a organização a que pertence o indivíduo (por exemplo, "administrador" ou "diretor" não pode fazer parte de qualquer nome de utilizador) no logon do usuário.
- 1.19. A Contratada deve implementar a separação entre a administração do sistema (acesso privilegiado) e as atividades de negócios (acesso não privilegiado), por meio de níveis de acesso separados para atender a segregação entre as funções.
- 1.20. A Contratada deve permitir e fornecer utilitários para o monitoramento de contas privilegiadas.
- 1.21. A Contratada não deverá ter permissão de uso ou acesso direto ao ambiente de autenticação da CAIXA.
- 1.22. Cabe à Contratada decidir pelo fornecimento do acesso remoto aos seus colaboradores. Uma vez fornecido, a Contratada deverá prover esse acesso por meio de canais seguros/VPN, utilizando múltiplos fatores de autenticação.
- 1.23. A Contratada deve implementar trilha de auditoria para todo e qualquer acesso realizado aos seus ativos, tornando possível identificar, de forma cronológica e inequívoca, os seguintes registros:
- O tipo de evento (inclusão, alteração, exclusão, consulta);
 - O autor do evento;
 - A data e hora do evento;
 - IP e Porta do equipamento que originou o evento.
- 1.24. A Contratada deve proteger os registros de trilha de auditoria contra adulteração.

- 1.25. A Contratada deve implementar o monitoramento dos acessos privilegiados às bases de dados, que fazem parte do objeto do contrato por meio de solução independente dos bancos de dados em uso.
- 1.26. A Contratada, por meio próprio ou do Provedor de Serviços em Nuvem, deve dispor de recurso que permita o gerenciamento centralizado de eventos e envio para a CAIXA de logs/informações para sistemas de terceiros On-Premises, por exemplo, SIEM. Caso o Provedor disponibilize o serviço de SIEM em recurso próprio, e sendo este serviço aprovado pela CAIXA, pode ser dispensada a necessidade de receber os dados no SIEM da CAIXA.
- 1.27. Os registros de logs da Contratada deverão incluir ainda todos os acessos, incidentes e eventos cibernéticos, no ambiente dela, pelo período mínimo de 1 ano, sendo o prazo ideal de armazenamento o de 5 anos.
- 1.28. A Contratada deverá fornecer, sempre que solicitado pela CAIXA, cópias dos logs de segurança de todas as atividades de todos os usuários dentro da conta, além de histórico de chamadas de APIs para análise de segurança e auditorias.
- 1.29. A monitoração dos acessos privilegiados às bases de dados deve ocorrer em tempo real e deve ser possível configurar respostas automatizadas para eventos específicos.
- 1.30. A Contratada deve desenvolver políticas e implementar soluções para garantir que o acesso remoto por parte dos seus funcionários – seja utilizando dispositivos da Contratada, seja utilizando dispositivos de propriedade pessoal - seja fornecido de forma segura e adequada. Tais políticas e procedimentos devem definir como a Contratada fornece acesso remoto e quais os controles necessários para oferecer este acesso de forma segura.
- 1.31. A Contratada deve usar métodos de autenticação robustos, baseados em múltiplos fatores de autenticação, para viabilizar o acesso remoto de seus funcionários à sua rede interna e deve empregar criptografia para proteger os dados em trânsito, considerando os requisitos descritos no item 9.
- 1.32. A Contratada deverá prover os recursos necessários para que os seus funcionários acessem remotamente o ambiente da CAIXA, se for o caso. Nesse caso, é responsabilidade da Contratada prover certificados digitais ou outros tokens de acesso conforme definido pela CAIXA, sem ônus adicionais para a CAIXA.
- 1.33. Quando viável tecnicamente, o acesso de empregados CAIXA à nuvem deverá ser integrado com ferramenta de SSO da CAIXA, ou com o AD, para garantir o uso das credenciais internas, isso deve garantir que o usuário não acesse o ambiente do parceiro caso seja desligado ou esteja ausente da CAIXA por qualquer motivo por período determinado.
- 1.34. Quando a autenticação na nuvem for provida pela Contratada, esta deverá prover autenticação por múltiplos fatores para o acesso dos empregados da CAIXA, que precisem acessar os recursos.

- 1.35. O acesso aos recursos da CAIXA deverá ser realizado em *tenant* designado especificamente, sem que estes recursos sejam compartilhados com qualquer outra entidade, bem como a camada de dados da aplicação não pode ser compartilhada com outros clientes da prestadora de serviços.
- 1.36. A Contratada deve permitir que somente os usuários autorizados pela CAIXA tenham acesso aos recursos em conformidade aos respectivos perfis de uso.

2. SEGURANÇA DE PLATAFORMAS

- 2.1. A Contratada deve realizar a configuração dos seus ativos baseada no princípio da menor funcionalidade, segundo o qual apenas as funções e serviços necessários às operações essenciais da Contratada devem ser mantidos.
- 2.2. A Contratada deve fazer o hardening de seus servidores, endpoints e demais ativos de TI, considerando um baseline de segurança previamente definido. Este baseline deve ser fornecido à CAIXA sempre que solicitado.
- 2.3. A Contratada deve verificar a configuração dos ativos quanto à conformidade de segurança pelo menos anualmente.
- 2.4. A Contratada deve implementar política de antivírus que garanta a atualização dos seus ativos de TI em relação a todas as vacinas disponibilizadas pelo fabricante.
- 2.5. A Contratada deve configurar e manter software de proteção de endpoints nos computadores relacionados ao objeto do contrato, para realizar as verificações ativas e responder adequadamente. A solução de proteção deve dispor de funcionalidades para interromper as conexões ativas caso seja detectada uma intrusão.
- 2.6. Exceções/exclusões de verificação e proteção de endpoint poderão ser aplicadas nos equipamentos de TI do desenvolvimento, em especial para aplicações que utilizam tecnologia web, com intuito de se obter um equilíbrio entre o desempenho e a segurança. Tais exceções devem ser baseadas em estudos e avaliações técnicas que comprovem a perda da performance, e devem ser devidamente documentadas e aprovadas pelos responsáveis da Contratada.
- 2.7. O uso de dispositivos de armazenamento móveis, e-mails recebidos e enviados, upload de informação/dados e recursos semelhantes devem permanecer sob o controle do programa de proteção de Endpoints, obedecendo a políticas de prevenção de perda de dados (DLP – Data Loss Prevention).
- 2.8. O uso de dispositivos de armazenamento móveis (como pendrives e discos externos/removíveis) deve ser controlado por perfis de acesso definidos e gerenciados pela Contratada, considerando a ampla restrição a esse tipo de dispositivos como regra geral.
- 2.9. Os dados gravados em dispositivos de armazenamento móveis devem ser previamente criptografados, levando em conta os requisitos descritos no item 9.

- 2.10. A Contratada deve ter uma política para o uso, a guarda e o descarte das mídias digitais de armazenamento externo, de modo a garantir a confidencialidade dos dados nelas armazenados. O descarte das mídias deve considerar os requisitos definidos no item 11.
- 2.11. A Contratada deve gerenciar dispositivos móveis, como celulares e tablets, por meio de uma solução de MAM/MDM. O processo de registro/autorização do dispositivo deve ser automatizado, com base em múltiplos fatores de autenticação.
- 2.12. Os dados armazenados em dispositivos móveis devem ser criptografados pela solução de MDM e a Contratada deve ter a capacidade de fazer exclusão remota (wiping) em dispositivos móveis corporativos.
- 2.13. Caso a Contratada permita BYOD ou o uso de dispositivos móveis particulares em atividades laborais, ela deve estabelecer uma separação lógica dos dados organizacionais dos dados pessoais do seu funcionário, de modo a limitar a capacidade de propagação dos dados organizacionais e facilitar a exclusão remota desses dados.

3. SEGURANÇA DE REDES

- 3.1. Todo o tráfego de rede associado ao objeto do contrato deve ser mediado por uma solução de controle de tráfego de borda do tipo firewall (norte-sul, leste/oeste, e de aplicações).
- 3.2. O conjunto de regras do firewall deve se basear na negação de todos os serviços, exceto aqueles especificamente permitidos.
- 3.3. O processo para instalação e adaptação de regras de firewalls deve ser feito com duplo controle.
- 3.4. A Contratada deve revisar as regras de firewall pelo menos semestralmente, guardando evidências dessas revisões e dos ajustes eventualmente realizados, comunicando à CAIXA sobre a realização desta revisão.
- 3.5. Todos os componentes de gateway de perímetro e sistemas de computadores devem ser monitorados contra tentativas de intrusão, por meio de solução de prevenção e detecção de intrusão (IPS).
- 3.6. O monitoramento de segurança deve ser configurado para rastrear e registrar tentativas de intrusão suspeitas ou reais.
- 3.7. A Contratada deve informar imediatamente à CAIXA em caso de tentativa de intrusão real, e informar à CAIXA em relatório mensal sobre as tentativas de intrusão suspeitas.
- 3.8. A Contratada deve implementar solução anti-DDoS, capaz de prevenir ataques de negação de serviço (Denial of Service).
- 3.9. As soluções de firewall, CASB, IPS e anti-DDoS utilizadas pela Contratada serão validadas pela CAIXA a partir de documentações do fabricante ou certificações.

- 3.10. A Contratada deve impedir o uso do protocolo Bluetooth para a transferência de dados.
- 3.11. Todas as comunicações e trocas de informações entre a Contratada e a CAIXA devem ser realizadas por meio de conexão protegida, com TLS 1.2 ou superior.
- 3.12. Para os casos aplicáveis, os acessos diretos de diferentes equipamentos ao serviço da Contratada devem ser gerenciados por ferramentas de gerenciamento de dispositivos e/ou aplicativos (MDM/MAM) ou controle de acesso à rede (NAC).
- 3.13. No caso em que a Contratada sustentar a rede através de um Provedor de Serviços em Nuvem serão aceitas as certificações descritas no item 8 como garantia de conformidade de segurança no ambiente quanto aos requisitos deste item 3.

4. CICLO DE VIDA DE DESENVOLVIMENTO SEGURO

- 4.1. A Contratada deve adotar o princípio de security by design para garantir que as aplicações de TI por ela desenvolvidas sejam seguras desde a concepção.
- 4.2. A Contratada deve fazer análise de código automatizada com base nas melhores práticas de mercado, utilizando como referência os padrões do OWASP.
- 4.3. A Contratada deve fazer análise de código estática (SAST) e dinâmica (DAST) periodicamente e de forma integrada ao ciclo de desenvolvimento como um todo para a solução Contratada. Essas análises precisam ser executadas pelo menos uma vez por ano ou quando houver uma mudança considerada significativa nas funcionalidades do sistema/aplicação (como a inclusão de uma nova funcionalidade crítica ou manutenção em módulos que tratem informações sensíveis e confidenciais). A bateria de testes deve incluir testes de resistência, injeções de falhas, teste de penetração e teste de vulnerabilidades onde aplicável.
- 4.4. A Contratada deve incluir a análise e a remediação das vulnerabilidades detectadas como parte do ciclo de vida de desenvolvimento de software padrão, sem custo adicional para a CAIXA, dentro de um período razoável e de acordo com a criticidade da falha encontrada.
- 4.5. A Contratada deve estabelecer critérios de escala e prazo para correção das vulnerabilidades e deve definir as alçadas para aceitação de riscos. Adicionalmente, devem ser estabelecidas responsabilidades por perdas causadas por incidentes decorrentes de vulnerabilidades identificadas nos testes de segurança, que não foram tratadas ou corrigidas em tempo hábil.
- 4.6. A Contratada deve submeter suas políticas de desenvolvimento seguro à aprovação da CAIXA.
- 4.7. Os relatórios dos testes realizados e o planejamento das correções a serem feitas devem ser disponibilizados à CAIXA sempre que solicitado.

5. GESTÃO DE SERVIÇOS E MUDANÇAS

- 5.1. A Contratada deve ter um processo de Gestão de Mudanças para garantir a proteção contínua dos ativos de informação e dados, em particular aqueles que fazem parte do escopo do objeto do contrato.
- 5.2. A Contratada deve revisar periodicamente as atividades de gestão de mudanças, incluindo a acurácia da Base de Dados de Gerenciamento de Configuração (Configuration Management Database – CMDB).
- 5.3. A Contratada deve cumprir com os procedimentos de registros de informações relacionadas ao processo de gestão de mudanças, no contexto do contrato, incluindo:
- Referência da mudança
 - Data de implementação
 - Avaliação de impactos
 - Resultados do teste
 - Procedimentos de rollback
 - Alterações de emergência
 - Atualizações relacionadas ao inventário de ativos de informação
 - Armazenamento Seguro de mídia de backup produzidos durante a atualização
 - Atualização dos procedimentos de Documentação e de trabalho
 - Atualizações aos documentos de Plano de Continuidade dos Negócios / Recuperação de Desastres se for o caso;
 - Categorização, priorização e procedimentos de emergência
 - Autorização de mudança
 - Gerenciamento de liberação
 - Link para incidentes / problemas (conforme apropriado).
- 5.4. A Contratada só deve promover os aplicativos e sistemas relacionados ao escopo do objeto do contrato para o ambiente de Produção após a realização com sucesso dos testes predefinidos baseados em caso de uso.
- 5.5. A Contratada deve conduzir uma avaliação de risco e ameaças, contemplando inclusive os testes baseados em casos de uso, quando da implantação de uma mudança.
- 5.6. A Contratada deve realizar uma avaliação de risco:

- Quando o escopo do sistema é expandido para incluir novos ativos de informação com novas funcionalidades;
- Quando uma nova comunidade de usuários é introduzida; ou
- Anualmente, por se tratar de risco cibernético, nos termos do art. 8º da Resolução BACEN 4.893/2021.

5.7. A Contratada deve disponibilizar os documentos de avaliação de risco à CAIXA sempre que solicitado.

6. GESTÃO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA

6.1. Para este item 6 os requisitos apresentados devem ser obedecidos pela Contratada ou, caso os dados estejam sendo armazenados ou processados no ambiente do Provedor de Serviço em Nuvem, pelo Provedor.

6.2. Se os dados estiverem exclusivamente no Provedor, a Contratada deverá comprovar por relatório de auditoria (Due Dilligence Remoto) que o armazenamento ocorre somente em ambiente de nuvem.

6.3. Feitas as comprovações mencionadas no item 6.2, a entrega das certificações por parte do Provedor dispensa a comprovação por auditoria de cada um dos requisitos deste item 6.

6.4. A Contratada deve possuir um processo de Gestão de Incidentes que registre os incidentes de segurança cibernética ocorridos e que guarde informações como: a descrição dos incidentes ou eventos, as informações e sistemas envolvidos, as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção das informações, os riscos relacionados ao incidente e às medidas tomadas para mitigá-los e evitar reincidências.

6.5. O processo de Gestão de Incidentes também deve implementar e manter controles e procedimentos específicos para detecção, tratamento, coleta/preservação de evidências e resposta a incidentes de segurança da informação, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do contrato ou a CAIXA estão expostos, considerando os critérios de aceitabilidade de riscos definidos pela CAIXA.

6.6. A Contratada deve realizar testes independentes de penetração pelo menos uma vez por ano. Os testes devem ser executados por terceiros, sem ônus adicional para a CAIXA. O escopo dos testes deve ser previamente combinado e aprovado pela CAIXA, dentro dos limites do contrato.

6.7. A Contratada deve implementar um processo de gestão de vulnerabilidades que inclua sua infraestrutura de servidores e redes.

6.8. Todos os relatórios com os resultados dos testes de penetração e varredura de vulnerabilidades, bem como o planejamento das correções a serem feitas, devem ser fornecidos à CAIXA sempre que solicitado.

6.9. A Contratada deve comunicar os incidentes detectados à CAIXA dentro do prazo acordado, conforme termos do SLA definido em contrato.

- 6.10. A Contratada deve ter um processo de notificação de incidentes 24x7.
- 6.11. No caminho inverso, se a CAIXA detectar um incidente de segurança, a Contratada será notificada e deverá cooperar totalmente para resolver o incidente de segurança, fornecendo todas as informações relacionadas que possam levar a solução do incidente em questão (também 24x7).
- 6.12. Vale ressaltar que em se tratando de contratos para tratamento de dados pessoais, nos termos da LGPD, a Contratada deve provar que tem capacidade de fornecer uma resposta organizada e eficaz a um incidente de privacidade. Neste sentido, a CAIXA desenvolverá e implementará juntamente com o fornecedor do serviço um plano de resposta a incidentes de privacidade, que inclua por exemplo, definição de incidente de privacidade e o escopo da resposta ao incidente, estabelecimento de equipes multifuncionais de resposta a incidente de privacidade, entre outros aspectos relevantes.
- 6.13. A Contratada deve documentar os casos de uso que são utilizados para realizar a configuração e o monitoramento de eventos, correlacionando tecnologias para tratar padrões / cenários de ataque comuns e avançados; e disponibilizar os casos de uso à CAIXA sempre que solicitado.
- 6.14. A Contratada deve ter um processo de lições aprendidas para incidentes de segurança implementado e comunicado aos seus funcionários e parceiros, com objetivo de agilizar a atuação caso surjam incidentes semelhantes.
- 6.15. A integração da gestão de incidentes da Contratada com o Centro de Operações de Segurança da CAIXA deve ser considerada, observada a regulamentação em vigor, conforme art 3º, §4º da Res. BACEN 4.893/2021.
- 6.16. Se a Contratada precisar envolver outras partes externas para investigar e/ou resolver incidentes que afetem o escopo do objeto contratado, ela deve obter a anuência da CAIXA por escrito antes de iniciar o contato com tais partes, observada a política de segurança cibernética da CAIXA.

7. CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS E RECUPERAÇÃO DE DESASTRES

- 7.1. Caso a Contratada utilize um Provedor de Serviços em Nuvem para todos os serviços, a apresentação das certificações exigidas no item 8 por parte do provedor já serão consideradas suficientes para garantir os processos deste item 7.
- 7.2. A Contratada deve possuir, plano de continuidade, recuperação de desastres e contingência de negócio, que possa ser testado regularmente, objetivando a disponibilidade dos dados e serviços em caso de interrupção, bem como desenvolver e colocar em prática procedimentos de respostas a incidentes relacionados com os serviços.

- 7.3. O referido plano de continuidade deverá ser informado para a CAIXA como parte das ações de acompanhamento do contrato, e deverá ser atualizado e testado anualmente, ou em qualquer mudança significativa do ambiente.
- 7.4. A atuação, em caráter de contingência, causada por uma eventual indisponibilidade do serviço prestado, considera as seguintes premissas:
- a) Interrupção total ou parcial dos serviços
 - b) Ter infraestrutura alternativa: física e lógica em local distante do ambiente central de produção, com o objetivo de minimizar o risco de perda de ambas as instâncias;
 - c) Manter os serviços essenciais suportados pelo contrato
 - d) Manter a lista de integrantes das equipes e o Plano de Recuperação de Desastres atualizados;
 - e) Ter local seguro para guarda de backups fora do local atingido;
 - f) Assegurar a disponibilidade dos serviços essenciais dentro do tempo previsto para recuperação do serviço, de acordo com o contrato;
 - g) Procedimento documentado e evidenciado de testes das mídias armazenadas offsite;
 - h) Cópias de todos os procedimentos abordando backup, restauração e reconstituição de armazenamento de dados.
- 7.5. O plano de continuidade deve possuir os seguintes elementos em sua composição:
- a) Identificação do serviço suportado pelo contrato;
 - b) A forma de conectividade usada e os direitos de acesso;
 - c) A arquitetura do ambiente de produção;
 - d) As interfaces de aplicações e suas dependências;
 - e) O SLA contratado e os limites suportados para interrupção;
 - f) A forma de replicação dos dados com o site alternativo;
 - g) Procedimentos adotados para recuperação de desastres;
 - h) Lista de contatos das equipes responsáveis pelo restabelecimento do serviço, divididos por tipos de atividades executadas;
- 7.6. A obrigatoriedade do plano de continuidade se estende para empresas que sejam subcontratadas pela Contratada.
- 7.7. A Contratada deve considerar, como parte do plano de continuidade, os diferentes ambientes de risco e o grau de mitigação de riscos necessários para proteger a Instituição, caso seja necessário colocar o plano em prática.
- 7.8. A avaliação de riscos e dos processos críticos devem levar em consideração instrumentos específicos, como um BIA – Business Impact Analysis.
- 7.9. A Contratada, visando a continuidade dos negócios, deve implantar uma política de backup, conforme exposto no item 10.
- 8. AUDITORIA CONTÍNUA**
- 8.1. A Contratada deve apresentar à CAIXA, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de

segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como demais dispositivos legais aplicáveis.

- 8.2. A Contratada deve informar imediatamente à CAIXA sobre qualquer auditoria regulatória, sua finalidade e como ela se relaciona com os serviços prestados à CAIXA.
- 8.3. Caso a Contratada pela CAIXA e o Provedor de Serviços em Nuvem forem empresas diferentes, a referida Contratada terá a responsabilidade de obter as documentações exigidas do Provedor junto ao mesmo, para apresentação à CAIXA.
- 8.4. Caso o prazo de validade das documentações entregues ainda esteja vigente com relação à última apresentação, não é necessária uma nova apresentação, ainda que o quadro de certificações indique uma periodicidade inferior para entrega.
- 8.5. A Contratada deve informar à CAIXA caso sejam contatados por um órgão regulador e se o propósito desse contato pode estar relacionado com/ou afetar os serviços prestados à CAIXA.
- 8.6. A Contratada deve fornecer os subsídios necessários para que a CAIXA implemente os indicadores de desempenho de segurança que vierem a ser definidos durante a vigência do contrato.
- 8.7. A Contratada e o Prestador de Serviços em Nuvem deverão possuir as seguintes certificações e processos de auditoria disponíveis, apresentados periodicamente, conforme coluna Vigência:

REQUISITOS	TIPO	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	FORMA DE CONTROLE	VIGÊNCIA
Certificação CSA STAR NÍVEL 2 - CSA Security Trust Assurance Risk	OBRIGATÓRIO	Avaliação independente sobre a segurança de um provedor de serviços em nuvem.	É uma avaliação, realizada por auditores independentes sobre a segurança de um provedor de serviços de nuvem.	<p>Apresentar certificação emitida Cloud Security Alliance - CSA</p> <p>O certificado deve ser em nome do provedor de serviços em nuvem e deve constar o nome das regiões de processamento certificadas</p>	ANUAL
FIPS 140-2 nível 3	OBRIGATÓRIO	Garantir que o provedor tenha mecanismo seguro para proteção de chaves criptográficas que sustentem os seus processos	Certificação do NIST que atesta um nível elevado de segurança para o HSM	Apresentar certificado FIPS 140-2 nível 3 para equipamento usado no ambiente do Provedor de Serviços em Nuvem.	ANUAL

Certificação SOC 1 ou ISAE 3402	OBRIGATÓRIO	Garantir que os relatórios de controle são realizados por auditoria independente com o objetivo de evidenciar o atendimento aos padrões de controles que protege a confidencialidade e a privacidade de informações armazenadas e processadas na nuvem.	Descreve o sistema do provedor de serviços em nuvem e avalia a veracidade da descrição fornecida pelo provedor sobre seus controles, além de avaliar se os controles foram projetados apropriadamente, se estavam em operação em determinada data e se funcionaram de forma efetiva durante um período específico.	Disponibilizar relatório de auditoria em nome do Provedor de Serviços em Nuvem	SEMESTRAL
Certificação SOC 2 – Tipos 1 e 2	OBRIGATÓRIO	Garantir acesso a uma avaliação independente, por meio de relatório de auditoria, sobre o ambiente de controle do provedor, relevante para a segurança, disponibilidade, confidencialidade e privacidade	SOC TYPE 2 Fornece relatórios com descrição do ambiente de controles do provedor e da auditoria externa dos controles que atendem aos princípios e critérios de segurança, disponibilidade e confidencialidade dos serviços de confiança do AICPA	Disponibilizar relatório de auditoria em nome do Provedor de Serviços em Nuvem	SEMESTRAL

9. CONTROLES CRIPTOGRÁFICOS

- 9.1. Caso a Contratada utilize um Provedor de Serviços em Nuvem para armazenar e processar dados criptográficos, os controles deste item 9 deverão ser seguidos pelo Provedor sempre que couber.
- 9.2. A Contratada, por meio próprio ou através do Prestador de Serviços em Nuvem, deve implementar e manter controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação, de acordo com o nível de criticidade e grau de sigilo da informação definido pela CAIXA.
- 9.3. A Contratada deve implementar um processo de gestão de chaves criptográficas que deve considerar todo o ciclo de vida da chave, o qual envolve: geração, armazenamento, distribuição, utilização, recuperação, renovação, exclusão e destruição da chave.
- 9.4. A Contratada deve utilizar algoritmos, tamanhos de chave e prazos de validade de chaves aprovados pelo NIST.

- 9.5. A Contratada, por meio próprio ou através do Prestador de Serviços em Nuvem, deve gerar, controlar e distribuir chaves criptográficas simétricas e assimétricas usando processos e tecnologias de gerenciamento de chaves aprovados pelo NIST.
- 9.6. As chaves criptográficas geradas pela Contratada devem ser utilizadas com a finalidade exclusiva de atender às necessidades do objeto contratado.
- 9.7. A Contratada deve permitir a criptografia de volume (por exemplo: a criptografia de um disco inteiro) e a criptografia de estruturas de dados específicas (por exemplo: arquivos ou registros específicos de uma tabela de banco de dados).
- 9.8. A Contratada, por meio próprio ou através do Prestador de Serviços em Nuvem, deve permitir recursos para trilha de auditoria, permitindo visualizar quem usou determinada chave para acessar um objeto, qual objeto foi acessado, quando ocorreu esse acesso e qual endereço de origem do acesso.
- 9.9. A Contratada, por meio próprio ou através do Prestador de Serviços em Nuvem, deve permitir visualizar ou gerar relatório, a critério da CAIXA, de tentativas malsucedidas de acesso por usuários sem permissão para decifrar os dados.
- 9.10. A Contratada, por meio próprio ou através do Prestador de Serviços em Nuvem, deve permitir que dados criptografados e chaves de criptografia sejam armazenadas e protegidas em hosts separados e protegidos por várias camadas de proteção.
- 9.11. A Contratada, por meio próprio ou através do Prestador de Serviços em Nuvem, deve permitir a auditoria da segurança de chaves criptográficas.
- 9.12. A Contratada deve possibilitar comunicação criptografada e protegida para a transferência de dados, com autenticação mútua, por meio do TLS 1.2 ou versão superior, esta exigência se estende para as comunicações entre o Provedor e a Contratada e entre o Provedor e a CAIXA.
- 9.13. A solução deverá prover a criptografia de arquivos em repouso utilizando chave simétrica usando, no mínimo, algoritmo AES com chaves de 128 bits ou 3DES com 168 bits.
- 9.14. Caso haja uso de chave simétrica, deverá estar disponível função para que a CAIXA mantenha o controle desta chave, ainda que a chave esteja armazenada no Provedor de Serviços em Nuvem.
- 9.15. A chave simétrica no ambiente do Provedor de Serviços em Nuvem deverá ser armazenada em HSM, homologado em FIPS 140-2 nível 3.
- 9.16. Caso haja a publicação de URLs da CAIXA no ambiente da Contratada ou do Provedor, a gestão dos certificados digitais deve ser feita de acordo com um padrão de encriptação seguro, conforme padrão internacional reconhecidamente aceito, que possa ser implementado com chaves de encriptação geradas e armazenadas pela CAIXA.

- 9.17. O compartilhamento de chaves entre o Provedor de Serviços em Nuvem e a CAIXA deve ser feito de acordo com processos e tecnologias de gerenciamento de chaves que sigam um padrão internacional reconhecidamente aceito.
- 9.18. Quando a Contratada for diferente do Provedor de Serviços em Nuvem e estiver agindo em nome deste, as chaves devem ser compartilhadas diretamente entre o Provedor e a CAIXA e a Contratada não deverá ter qualquer acesso às chaves privadas envolvidas.
- 9.19. Todas as chaves privadas, associadas aos certificados digitais emitidos, devem ser armazenadas no ambiente do provedor, em key vaults baseados em HSM, certificados no padrão FIPS 140-2 nível 3.
- 9.20. Após a instalação dos certificados, deverão ser realizados testes utilizando a ferramenta Qualys SSL Labs <https://www.ssllabs.com/ssltest>, na qual deverá ser obtida a qualificação “A” para todas as URLs.
- 9.21. Os Certificados Digitais A1 SSL/TLS para Servidor Web poderão ser individualizados para cada URL implantada ou do tipo SAN (Subject Alternative Name), onde um único certificado pode conter várias URL, conforme definição da CAIXA.
- 9.22. A CAIXA definirá a Autoridade Certificadora que será utilizada na emissão dos certificados e fornecerá a cadeia certificadora para a Contratada sempre que necessário.
- 9.23. A CAIXA controlará o prazo de expiração dos certificados fornecidos à Contratada.
- 9.24. O Prestador de Serviços em Nuvem deverá possuir a capacidade de configuração das cifras criptográficas e da versão de TLS 1.2 ou superior utilizadas pela CAIXA, suportando, no mínimo, as cifras a seguir:
- TLS_ECDHE_ECDSA_WITH_AES_128_GCM_SHA256
TLS_ECDHE_ECDSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384
TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_128_GCM_SHA256
TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384
- 9.25. Quando da necessidade de validação do cliente por meio de certificado digital – numa conexão mTLS, por exemplo – o Prestador de Serviços em Nuvem deverá fazer todas as validações previstas no método X509_verify_cert, existente na estrutura do Openssl.
- 9.26. O certificado de cliente só deve ser aceito se o método X509_verify_cert retornar OK para todas as validações previstas.
- 9.27. O Provedor de Serviços em Nuvem deve permitir que os usuários criptografem seus dados e objetos antes de enviá-los para o serviço de armazenamento.
- 9.28. O Provedor de Serviços em Nuvem deve permitir que a própria chave de objeto ou recurso seja criptografada por uma chave separada.

- 9.29. O Provedor de Serviços em Nuvem deve permitir que dados criptografados, chaves de criptografia e chaves mestras sejam armazenadas e protegidas em hosts separados e protegidos por várias camadas de proteção.
- 9.30. O Provedor de Serviços em Nuvem deverá possibilitar comunicação criptografada e protegida para transferência de dados.
- 9.31. A Contratada, assim como o Provedor de Serviços em Nuvem, deve tratar com rigor as informações sigilosas, não podendo ser usadas ou fornecidas a terceiros, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da CAIXA.

10. POLÍTICA DE BACKUP

- 10.1. Caso os dados fiquem armazenados somente em um Provedor de Serviços em Nuvem, a garantia de backup é realizada pelo Provedor, de forma que a Contratada deve apresentar as certificações mencionadas no item 8 deste Guia em nome do Provedor, como ateste da realização deste processo.
- 10.2. A Contratada deve possuir e implementar política de backup das informações e dos registros de log associados ao objeto do contrato, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis.
- 10.3. A política de backup deve assegurar a manutenção de cópias de segurança de todos os componentes de software dos sistemas, de suas bases de dados e da documentação associada, observando a técnica e os cuidados requeridos para cada caso, de modo a ser possível a plena recuperação de versões dos sistemas e dados salvaguardados em caso de falha, ou por solicitação da CAIXA.
- 10.4. A Contratada deve prover pelo menos um site de armazenamento alternativo – e geograficamente distinto - como parte de sua política de backup, permitindo o armazenamento e a recuperação da informação sempre que necessário e de acordo com os requisitos definidos na seção 7.
- 10.5. A Contratada deve garantir que o site de armazenamento alternativo conta com os mesmos controles de segurança do site de armazenamento primário.

11. ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 11.1. A Contratada deve garantir que todos os dados - incluindo chaves criptográficas e os backups armazenados e que não sejam mais necessários na execução do Contrato - serão descartados de acordo com os padrões do mercado, de maneira que os requisitos de confidencialidade não sejam violados.
- 11.2. A Contratada deve reter os dados por até 180 dias para a migração para ambiente interno ou outro fornecedor indicado pela CAIXA.
- 11.3. Os dados, após transferência e validação da integridade, devem ser excluídos pelo antigo fornecedor.

- 11.4. A exclusão dos dados após o término do contrato e o período de retenção de 180 dias deve obedecer aos padrões definidos no NIST SP 800-88 Guidelines for Media Sanitization, com fornecimento de relatório para a CAIXA certificando a conformidade dos processos realizados com a norma indicada.
- 11.5. Caso a Contratada tenha ativo de informação no fim do ciclo de vida, ou considerado inservível, este ativo deverá ser destruído, com o fornecimento do Certificado de Destruição de Equipamento Eletrônico (Certificate of Electronic Equipment Destruction – CEED), discriminando os ativos reciclados, bem como o peso e os tipos de materiais obtidos em virtude do processo de destruição.
- 11.6. Caso os dados estejam armazenados exclusivamente em nuvem, caberá à Contratada interagir junto ao Provedor de Serviços em Nuvem para garantir o cumprimento dos requisitos deste item 11.

12. REQUISITOS DE PRIVACIDADE

- 12.1. A Contratada deve instituir e manter programa de governança em privacidade, a ser homologado pela CAIXA, estabelecendo, minimamente, a capacitação de seus colaboradores, controles técnicos e administrativos apropriados para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais objeto de tratamento, além de garantir a conformidade com a LGPD e demais normas que versem sobre privacidade e proteção de dados pessoais.
- 12.2. Ao final do contrato, ou quando cumprida ou encerrada a finalidade instruída pela CAIXA, a Contratada deve utilizar técnicas ou métodos apropriados para garantir exclusão ou destruição segura de dados pessoais (incluindo originais, cópias e registros arquivados), de modo a impedir a sua recuperação.
- 12.3. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, deleção ou exposição indesejada ou não autorizada, entre outros) que envolva as informações tratadas em razão da presente relação contratual, deverá a Contratada comunicar imediatamente a CAIXA através dos canais de comunicação específicos disponíveis, cabendo à CAIXA notificar o titular e/ou outras unidades competentes, nos termos da LGPD.
- 12.4. Deve ser garantido pela Contratada o direito ao esquecimento dos dados pessoais dos clientes CAIXA, de forma que a empresa esteja preparada para atuar neste sentido quando comunicada da requisição feita por um cliente específico para a remoção dos dados a serem esquecidos do ambiente da Contratada, nos termos da LGPD.
- 12.5. A Contratada deverá assinar Termo de Confidencialidade resguardando que os recursos, dados e informações de propriedade da CAIXA, e quaisquer outros, repassados por força do objeto desta licitação e do contrato, constituem informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade.
- 12.6. Os dados, metadados, informações e conhecimento tratados pela Contratada, não poderão ser fornecidos a terceiros e/ou usados por esta para fins diversos do previsto, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da CAIXA.

- 12.7. A CAIXA e a Contratada obrigam-se por seus empregados, sócios, diretores e mandatários, manter total sigilo e confidencialidade no que se refere a não divulgação, por qualquer forma, de toda ou parte das informações ou documentos a ela relativos, e aos quais venha a ter acesso, em decorrência da prestação dos serviços executados.

13. REQUISITOS DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS PELO BACEN

- 13.1. A Contratada deve garantir que a prestação dos serviços não causará prejuízo ao funcionamento regular da CAIXA nem embaraço à atuação do Banco Central do Brasil, assegurando que a legislação e a regulamentação nos países e nas regiões em cada país onde os serviços serão prestados não restringem nem impedem o acesso da CAIXA nem do Banco Central do Brasil aos dados e às informações.
- 13.2. A Contratada deve disponibilizar a execução dos serviços de computação em nuvem em território internacional, atendendo as exigências do Banco Central do Brasil, relacionadas a convênio para troca de informações com as respectivas autoridades supervisoras dos países onde os serviços poderão ser ofertados, conforme resolução CMN nº4893/2021.
- 13.3. A Contratada deve assegurar que os dados sujeitos a limites geográficos não serão migrados para além das fronteiras definidas em contrato, incluindo dados de backup, dados em produção, dados em repouso, contingência ou recuperação de desastre sem prévio conhecimento da CAIXA por meio comunicação formal.
- 13.4. Deve ainda garantir acesso à CAIXA, a qualquer tempo, aos dados e às informações processadas, armazenadas e geradas pela atividade de processamento, Log, sob responsabilidade da Contratada;
- 13.5. Esta mesma Contratada deve assegurar que os dados da CAIXA processados e armazenados na Contratada são de propriedade exclusiva da CAIXA.
- 13.6. A Contratada deve assegurar também que o acesso aos dados processados e armazenados na Contratada é de acesso exclusivo da CAIXA, não sendo autorizado acesso da Contratada ou terceiros sem autorização formal da CAIXA.
- 13.7. A Contratada deve assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e a recuperação dos dados e das informações processadas e/ou armazenadas em nuvem.
- 13.8. Também deve assegurar à CAIXA acesso aos relatórios e documentos elaborados por empresa de auditoria especializada independente, contratada pelo provedor de serviço em nuvem, relativos aos procedimentos e aos controles utilizados na prestação dos serviços contratados a qualquer tempo;
- 13.9. Deve ainda atender à solicitação de Due Diligence sempre que formalmente demandada pela CAIXA.

- 13.10. A Contratada deve assegurar a permissão de acesso do Banco Central do Brasil aos contratos e aos acordos firmados para a prestação de serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações.
- 13.11. A Contratada deve garantir, em caso de decretação de regime de resolução da CAIXA pelo Banco Central do Brasil, acesso pleno e irrestrito aos contratos e acordos firmados para a prestação de serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações.
- 13.12. A Contratada deve garantir notificação prévia ao responsável pelo regime de resolução sobre a intenção da empresa Contratada interromper a prestação de serviços, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a interrupção, observado que:
- 13.13. A Contratada assegura o atendimento de eventual pedido de prazo adicional de (30) trinta dias para a interrupção do serviço, feito pelo responsável pelo regime de resolução;
- 13.14. Caso haja subcontratação do serviço em nuvem, desde que explicitamente autorizado pela CAIXA, é obrigatório a Contratada apresentar a garantia formal do atendimento das cláusulas deste item 13 por parte do Provedor de Serviços em Nuvem, seja por meio de declaração própria durante o processo de contratação, seja por meio de aditivo contratual, caso não previsto inicialmente no contrato original.

14. CONTROLES DE SEGURANÇA

- 14.1. A Contratada deverá adotar medidas para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações que serão tratadas na sua infraestrutura.
- 14.2. A Contratada, por meio próprio ou através do Provedor de Serviços em Nuvem, deverá prover segurança relacionada ao tráfego de dados, provendo aplicações de firewall, IPS e CASB para garantir a segurança de todos os fluxos, sejam externos ou em trânsito com a CAIXA.
- 14.3. A Contratada deverá assegurar que o Provedor de Serviços em Nuvem dispõe de análise e gestão de riscos de segurança de informação, conforme dispõe a IN 5 PR/GSI, de 30 de agosto de 2021. A análise deve ter periodicidade mínima mensal e deve ser apresentado um plano de gestão de riscos contendo: metodologia utilizada, riscos identificados, inventário e mapeamento dos ativos de informação, estimativa dos riscos levantados, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos, assunção ou não dos riscos e outras informações pertinentes.

- 14.4. A Contratada, por meios próprios ou do Provedor de Serviços em Nuvem, deve disponibilizar um meio para garantir a rastreabilidade dos documentos armazenados, para identificação em caso de vazamentos.
- 14.5. A Contratada deverá possuir ou criar uma política de atualização de versão de software, indicando sua criticidade e deve comunicar previamente a CAIXA a data da aplicação da atualização.
- 14.6. A Contratada deve fornecer o fluxo de acionamento e contato com a equipe de respostas a incidentes da CAIXA para acionamento em caso de ataques cibernéticos, ou indicar o fluxo adotado pelo Provedor de Serviços em Nuvem.
- 14.7. O Provedor de Serviços em Nuvem deve dispor de recurso centralizado que garanta a imposição contínua das políticas de segurança definidas para os recursos provisionados no ambiente de nuvem.
- 14.8. O Provedor de Serviços em Nuvem deve dispor de recurso que permita a monitoração, detecção e resposta a ameaças nos componentes hospedados na nuvem.
- 14.9. O Provedor de Serviços em Nuvem deverá possuir políticas de segurança e diretrizes para garantir o controle de acesso físico e lógico do seu ambiente.
- 14.10. A Contratada deverá, ainda, garantir que os dados da CAIXA estejam sendo tratados e armazenados de acordo com a legislação vigente, conforme IN 5 PR/GSI.
- 14.11. Os dados, metadados, informações e conhecimentos produzidos ou custodiados pela CAIXA, transferidos para o Provedor de Serviço em Nuvem, devem estar hospedados em território brasileiro, com pelo menos uma cópia atualizada de segurança também no Brasil.
- 14.12. O uso de informações da CAIXA por parte do Provedor, ou da Contratada, para realização de propaganda, otimização de inteligência artificial, ou qualquer outro uso secundário, depende de autorização específica por parte da CAIXA.
- 14.13. O Provedor de Serviços em Nuvem deve habilitar o registro completo do Hypervisor que suporta os serviços da CAIXA, e deve suportar o uso de máquinas virtuais (Trusted VM) fornecidas pela CAIXA, desde que estas máquinas estejam em conformidade com as políticas e práticas de segurança de rede exigidas pelo Provedor.

ANEXO I-H
PLANO DE CONTINGÊNCIA

1 Plano de Contingência

- 1.1 A CONTRATADA terá prazo de até 90 dias corridos, a contar da assinatura do contrato, para apresentar o seu plano de contingência, a ser aprovado pela CONTRATANTE.
- 1.2 O plano de contingência visa prover os serviços em caso da não disponibilidade do ambiente, conforme abaixo:
 - 1.2.1 Nos casos de desastres naturais, acidentes, falhas de equipamentos, falhas de segurança, perda de serviços e ações intencionais, que porventura possam ocorrer prejudicando a continuidade de prestação dos serviços, não causando a paralisação dos serviços prestados à CONTRATANTE.
 - 1.2.2 Assegurar, nos casos de greve ou paralisação de seus empregados, a continuação da prestação dos serviços, inclusive no caso de paralisação dos transportes públicos, hipótese em que a CONTRATADA deverá promover, às suas expensas, os meios necessários para que seus empregados cheguem aos seus locais de trabalho.
- 1.3 A CONTRATADA deve possuir ambiente de contingência da solução em nuvem pública, através de redundância do provedor de nuvem atual ou de outro provedor de nuvem pública, para continuidade dos serviços e apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, evidências de que o ambiente de realização dos serviços contingenciados possui o grau de segurança necessário para garantir o sigilo das informações a ela confiadas.
- 1.4 O plano de contingência deverá apresentar a estratégia e o método de trabalho da CONTRATADA para continuidade dos serviços, onde deverá constar, no mínimo, os seguintes tópicos.
 - 1.4.1 Identificação dos profissionais da CONTRATADA envolvidos na contingência, seus papéis e responsabilidades;
 - 1.4.2 Cronograma identificando as tarefas, recursos e marcos de referência;
 - 1.4.3 Estruturas e atividades de gerenciamento da contingência e as regras propostas de relacionamento/atendimento da CONTRATADA.
- 1.5 A CONTRATADA deverá assumir total responsabilidade pela continuidade dos serviços, garantindo que a CONTRATANTE não será prejudicada com qualquer esforço adicional requerido.

ANEXO I-I

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO

- 1 Conforme disposto no Anexo I-J - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, será realizada a avaliação qualitativa da Solução de acordo com as orientações dispostas neste documento.
- 2 A avaliação qualitativa visa comprovar o atendimento aos quesitos de negócio da Solução que constam do ANEXO I-B REQUISITOS FUNCIONAIS.
- 3 **ETAPA DE VALIDAÇÃO DOS REQUISITOS DE NEGÓCIO**
- 3.1 A LICITANTE deverá demonstrar o funcionamento da Solução com objetivo de comprovar à CAIXA o pleno atendimento às seguintes funcionalidades:

Tópico	Título	Descrição
1	Solução em português;	Autoexplicativo
2	Parametrização de permissões por perfil de usuário e grupo de usuários;	Autoexplicativo
3	Parametrização de permissões por carteira, por lista de carteiras e/ou cotista (chinese wall);	Autoexplicativo
4	Dupla validação de transações/cadastros e controle de alçada;	Autoexplicativo
5	Controle e disponibilização de trilha de auditoria gerada nas funções executadas no sistema, com a respectiva identificação do usuário, data e hora da interação;	Autoexplicativo
6	Disponibilização de consultas e relatórios para todas as rotinas de cadastro da Solução;	Autoexplicativo
7	Disponibilização de portal WEB para boletagem pelos clientes, de todos os tipos de operações contidas na Solução, além de geração de relatórios, arquivos e extratos de suas posições ativas;	Autoexplicativo
8	Disponibilização de portal WEB para registro de movimentações pelos clientes (aplicações e resgates), e para geração de relatórios, arquivos e extratos de suas posições passivas;	Autoexplicativo
9	Utilização do padrão de mensageria BACEN para troca de informações entre a CAIXA e o mercado.	Autoexplicativo

10	Multitela / Multisessão	Autoexplicativo
11	A solução deve possuir cadastro de múltiplas Tabelas de Feriados, contendo no mínimo: Feriados Nacionais e Feriados no município de São Paulo	O sistema deve tratar corretamente as operações realizadas no ambiente B3 - Segmento BM&F Bovespa, considerando o não funcionamento da referida Câmara nos feriados municipais de São Paulo.
12	Possibilitar a alimentação diária das informações oficiais de fechamento dos indicadores econômico-financeiros e arquivos de custódia das centrais depositárias, conforme definido a seguir:	Autoexplicativo
13	Eventos de ações (juros, dividendos, desdobramentos, grupamentos e bonificações);	Autoexplicativo
14	Taxas Referenciais de Swap;	Autoexplicativo
15	Taxas de Câmbio Referenciais BM&FBOVESPA;	Autoexplicativo
16	Prêmio de Referência para Opções;	Autoexplicativo
17	Prêmio de Referência para Opções sobre Ações;	Autoexplicativo
18	Superfícies de volatilidade de opções da B3;	Autoexplicativo
19	BVBG.018 - SettlementReport;	Autoexplicativo
20	BVBG.019 - NetResultReport;	Autoexplicativo
21	BVBG.021 - CashEntryNotificationBySettlementDate	Autoexplicativo
22	BVBG.024 - FeeVariablesInformation;	Autoexplicativo
23	BVBG.025 - FeeUnitCostReport;	Autoexplicativo
24	BVBG.028 - InstrumentReport;	Autoexplicativo
25	BVBG.031 - DailyFeeUnitCostReport;	Autoexplicativo
26	BVBG.043 - FeeUnitCostPublicReport;	Autoexplicativo
27	BVBG.044 - DailyFeeUnitCostPublicReport;	Autoexplicativo
28	BVBG.072 - EquitiesFeePublicInformation;	Autoexplicativo
29	BVBG.086 ou arquivo disponibilizado pelo serviço UP2Data da B3 - PriceReport;	Autoexplicativo
30	BVBG.087 - IndexReport;	Autoexplicativo
31	BVMF.038 – NetResultStatusNotification;	Autoexplicativo
32	Projeção de IPCA;	Autoexplicativo
33	Projeção de IGP-DI;	Autoexplicativo
34	Projeção de IGPM;	Autoexplicativo

35	Projeção diária da taxa SELIC;	Autoexplicativo
36	Informações dos índices de mercado para títulos públicos: IMA Geral, IMA Geral ex-C, IRF-M, IMA-B, IMA-C, IMA-S, IRF-M 1, IRF-M 1+, IMA-B 5 e IMA-B 5+;	Autoexplicativo
37	Informações dos índices de mercado para debêntures: IDA-Geral, IDA-DI, IDA-IPCA, IDA-IGPM e IDA-Geral ex-IGPM.	Autoexplicativo
38	Taxa CDI diária;	Autoexplicativo
39	DPREVIA - Prévia de Eventos;	Autoexplicativo
40	DPOSICAOCUSTODIA - Posição de Custódia;	Autoexplicativo
41	DPOSICAOCOTISTA - Posição de Cotistas.	Autoexplicativo
42	ASEL006 - PU550;	Autoexplicativo
43	ASEL007 - Títulos;	Autoexplicativo
44	ASEL101 - Movimentação Diária;	Autoexplicativo
45	ASEL102 - Posição de Custódia.	Autoexplicativo
46	Índice mensal IPCA;	Autoexplicativo
47	Índice mensal INPC;	Autoexplicativo
48	Índice mensal INCC.	Autoexplicativo
49	Índice mensal IGP-M;	Autoexplicativo
50	Índice mensal IGP-DI.	Autoexplicativo
51	Taxa SELIC Diária;	Autoexplicativo
52	TR;	Autoexplicativo
53	TBF e Redutor TBF;	Autoexplicativo
54	TJLP e URTJLP;	Autoexplicativo
55	UPRD	Autoexplicativo
56	TLP;	Autoexplicativo
57	DEDIP - taxa diária extramercado;	Autoexplicativo
58	A solução deve possuir funcionalidade para manutenção manual (consulta, inclusão, alteração e exclusão) dos indicadores e feriados citados, com gravação de trilha de auditoria em caso de inclusão, alteração ou exclusão. Possibilitar a criação de novos indicadores, permitindo a importação a partir de leiautes pré-definidos e cadastro manual.	Autoexplicativo
59	Reconhecer os diferentes padrões de base de taxas de juros, como DU/252, DC/360, DC/365.	Autoexplicativo

60	Permitir o cadastro e atualização de instituições financeiras, emissores de ativos nacionais e estrangeiros, agentes econômicos e possíveis contrapartes, fundos de investimento, carteiras PF e PJ, contas de custódia, eventos financeiros e eventos em ativos.	Autoexplicativo
61	O cadastro das contas de custódia deve ter parâmetros de identificação com as mesmas características utilizadas pelas centrais depositárias, tais como: tipo de conta, liquidante, função, tipo de custódia, destinação, e demais informações previstas pelas depositárias.	Autoexplicativo
62	Manutenção de todos os instrumentos financeiros, sejam eles títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e cotas de fundos, de forma parametrizada, abrangendo todas as suas características e eventos a eles associados, contemplando, no mínimo: CRA, ADA, CCB, CCI, CDB, COE, CRI, CVS, DPGE, LC, LF, NOTA, RDB, TDA, COTAS, Debêntures, Títulos Públicos, SWAP Balcão (VCP com e sem RESET), SWAP BMF, Ações (Nacionais e Internacionais), BDR, ADR, Unit, Bônus, Recibos e Direitos de Subscrição, Opções Padronizadas e Flexíveis, Derivativos Padronizados, Derivativos de Balcão, Ativos perpétuos e com cláusula de subordinação e Bonds.	Autoexplicativo
63	Cadastramento de todos os tipos de eventos originados das câmaras B3 - segmento BMF, B3 - segmento CETIP e SELIC (exemplo: Juros, Eventos, Amortização - normal, extraordinária ou vencida - prêmio, vencimento, cisão, fusão, entre outros)	Autoexplicativo
64	Registro de valores de eventos previstos e não pagos: com tabela para a previsão de pagamento prevista pelo emissor, a condição de remuneração se existir e a baixa dos recebimentos; possibilitar manutenção conforme alterações promovidas pelos emissores	Autoexplicativo
65	As funcionalidades de cadastro de ativos, emissores e eventos devem possuir consulta do histórico de vigências, demonstrando as alterações ocorridas.	Autoexplicativo

66	Movimentação de custódia envolvendo a transferência de títulos e valores mobiliários de qualquer espécie.	Autoexplicativo
67	Movimentação de estoque e custódia em funcionalidade separada.	Autoexplicativo
68	Movimentação de ativos sem financeiro para eventual necessidade de acerto de custódia.	Autoexplicativo
69	Registro de vinculação e desvinculação de margem de garantia, com possibilidade de seleção do tipo da carteira destino.	Autoexplicativo
70	Transferência entre contas de custódia do mesmo titular.	Autoexplicativo
71	Gerar os valores correspondentes aos eventos financeiros a serem liquidados com base nas informações disponíveis no cadastro de ativos.	Autoexplicativo
72	Disponibilizar rotinas de conciliação dos eventos entre as posições calculadas pelo sistema contra os relatórios gerados pela câmara, bem como a identificação de falhas na comparação inversa, comparando os relatórios enviados pela câmara contra os relatórios gerados no sistema.	Autoexplicativo
73	A conciliação de eventos deve apontar diferenças financeiras entre sistema e câmara quando esta existir.	Autoexplicativo
74	A rotina de eventos deve prever a geração/consulta considerando filtros, entre eles: data, câmara, ativo, vencimento, conta de custódia e cliente.	Autoexplicativo
75	Disponibilizar tela com a agenda de eventos para apresentação dos totais de eventos a serem recebidos e/ou pagos para uma determinada data. Sendo que, para datas passadas deve apresentar o que de fato foi liquidado, para datas futuras deve apresentar os fluxos de eventos projetados.	Autoexplicativo
76	Para clientes que são passíveis de tributação, as informações tributárias devem ser apresentadas na própria tela de finalização dos eventos.	Autoexplicativo
77	Os valores dos eventos, bem como os valores dos tributos, devem ser passíveis de manutenção.	Autoexplicativo

78	O cadastro e provisão dos eventos de renda variável devem considerar data base, data EX e data de atualização do evento nas posições à vista e em aluguel (BTC)	Autoexplicativo
79	Liquidação financeira de eventos deve considerar a data base, data EX e data de atualização do evento, possíveis movimentações de custódia, inclusive os derivados de aluguel de ativos (BTC) - Câmara B3-BM&FBOVESPA	Autoexplicativo
80	Execução diária de conciliação das posições custodiadas nas câmaras SELIC, B3 - CETIP e B3 - BMF&BOVESPA, no mercado à vista considerando as possíveis movimentações ocorridas por operações, transferências, aluguéis de ações (BTC), inclusive posições em ativos custodiados em Corretoras, utilizando os arquivos apropriados por câmara, separando corretamente por cliente, tipo de conta e ativos	Autoexplicativo
81	Conciliação das posições de Opções, proventos em aberto e aluguel de ativos (BTC) considerando os parâmetros de quantidade, taxa, data de início e data de vencimento), através da leitura de arquivos apropriados da B3.	Autoexplicativo
82	Devem ser demonstrados relatórios que abrangem as rotinas de cadastros de ativos, emissores, posição de custódia, conciliações, eventos de custódia, tributação.	Autoexplicativo
83	Consulta de posições à vista, contratos de aluguel posição doador e tomador, margem de garantia.	Autoexplicativo
84	Consulta dos valores das tarifas de custódia cobradas pela B3, alimentadas no sistema após a importação do respectivo arquivo da Câmara.	Autoexplicativo
85	Consulta de eventos a creditar, a debitar e provisionados no dia, considerando tipo de evento, ativo e data base, data EX e data de atualização do evento.	Autoexplicativo
86	Gerar arquivos com informações mandatórias para atendimento das demandas dos órgãos reguladores e Receita Federal, contendo todos os parâmetros em consonância com às normas expedidas:	O relatório deve conter as informações mandatórias, conforme cada demanda legal referida nos subitens abaixo

87	e-Financeira - posição ativa e passiva	Autoexplicativo
88	DIRF	Autoexplicativo
89	REINF	Autoexplicativo
90	Relatório que demonstre todos os lançamentos contábeis gerados.	Autoexplicativo
91	Possibilitar boletagem/liquidação independente das carteiras estarem liberadas pela controladoria, conceito data corrente.	Permitir o registro e liquidação das operações independentemente da data que o fundo ou carteira estiver sendo manipulado pela Controladoria.
92	Permitir a inclusão/alteração/exclusão dos dados cadastrais de todos os tipos de fundos e carteiras, com controle de vigência por data de alteração.	Deve apresentar no mínimo os campos: nome, endereço, CNPJ, CPF, e-mail, telefone, conta corrente, exercício social, tipo de condomínio (aberto ou fechado), entre outros dados cadastrais
93	Permitir a inclusão/alteração/exclusão de benchmarks simples e compostos, com controle de vigência por data de alteração.	Exemplos: CDI, IGPM, IPCA, IPCA + 6%, 70% CDI + 30% IMA-B
94	Permitir a inclusão/alteração/exclusão do perfil tributário dos fundos e carteiras, com controle de vigência por data de alteração.	Renda Fixa, Renda Variável, FII, PF, PJ, FIP, FIDC
95	Permitir a parametrização do tratamento tributário e do prazo médio dos fundos, com controle de vigência por data de alteração.	Conforme prazos e parâmetros estabelecidos pela CVM e Receita Federal (Faixas de IR e tabela regressiva de IOF)
96	Processamento simultâneo de carteiras e fundos, grupos de carteiras e fundos, por data ou período	Autoexplicativo
97	Cálculo de cota de abertura e cota de fechamento, apuração da rentabilidade, inclusive na situação de patrimônio líquido negativo.	Autoexplicativo
98	Permitir a reabertura da carteira para reproprocessamento de movimentos, gerando ajustes, sem alteração do valor da cota e mediante autorização prévia.	Autoexplicativo

99	Efetuar reproprocessamentos por período sem que haja exclusão de movimentos já liquidados no fundo, gerando quando necessário, ajustes diários	Autoexplicativo
100	Relatório com Composição detalhada da carteira (Demonstrativo de Patrimônio)	Deve conter: o Data de Posição da Carteira;o Data de Geração do Relatório;o Carteira;o CNPJ da Carteira;o Administrador da Carteira;o Gestor da Carteira;o Classificação do papel;o Categoria do papel;o Código do Ativo;o Data da Compra;o Emitente;o Indexador;o Taxa de Aquisição;o Data de Vencimento;o Quantidade;o Quantidade livre;o Quantidade bloqueada;o Preço Unitário de Mercado;o Preço Unitário Contábil;o Valor Bruto dos Ativos;o Valor dos tributos calculados sobre os ativos;o Valor Líquido dos Ativos;o Valor bloqueado dos Ativos;o Percentual do Ativo em relação aos investimentos;o Valores provisionados;o Data prevista para pagamento/recebimento das provisões;o Saldo de caixa;o Rentabilidade diária da carteira;o Rentabilidade mensal da carteira;o Rentabilidade anual da carteira;o Rentabilidade dos últimos seis meses da carteira;o Rentabilidade dos últimos doze meses da carteira;o Rentabilidade diária da carteira em relação aos benchmarks

		cadastrados;o Valor total dos investimentos;o Valor total das provisões;o Valor do patrimônio líquido;o Valor da cota;o Quantidade de cotas;o Valor de ajuste;o Valor Nocional dos derivativos
101	Permitir a parametrização para provisionamento de despesas e receitas, recorrentes ou não (mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual), com identificação de datas de provisionamento e pagamento, para sensibilização automática das provisões e lançamentos no caixa da carteira, conforme parâmetros pré-cadastrados	Provisionamentos e liquidação automática a partir de parâmetro no cadastro da receita/despesa
102	Possibilitar a antecipação de todas as despesas/receitas/taxas provisionadas.	Autoexplicativo
103	Possibilitar a liquidação com valor diferente do provisionado na carteira/fundo, gerando os devidos complementos/estornos.	Autoexplicativo
104	Possibilidade de cadastro e tratamento pelo sistema de no mínimo, as seguintes despesas: a) Despesa de Taxa CETIP b) Despesa de Taxa SELIC c) Despesa de Custo CBLC (B3) d) Despesa de Correspondência e) Despesa com Cartório f) Taxa ANBIMA g) Taxa de Fiscalização CVM h) Despesa de Publicação i) Despesa de Auditoria j) Despesa de Honorários Advocatícios k) Despesa Anuidade B3	Autoexplicativo
105	Cálculo de taxas patrimoniais	Taxa de administração, custódia, gestão (embutida ou não na taxa de administração), performance, royalties, rebate (pago e recebido), controladoria, consultoria, distribuição, resgate e escrituração

106	Base de cálculo para pagamento de taxas, conforme abaixo: a) Cálculo sobre o patrimônio líquido, carteira de investimento (própria/terceira/ambas), sobre um único ativo ou tipo de ativo ou grupo de ativos;b) Cálculo com a utilização de 252 dias úteis, ou dias úteis/corridos no ano; desconta taxa do fundo aplicado ou não; e possibilidade de atualização do valor mínimo por um índice;c) Para taxa de administração, em caso de aplicação em cotas em outros fundos, o cálculo pode compreender taxa mínima e taxa máxima (considerando os fundos investidos), sem considerar fundos de índice, fundos de investimento imobiliário cujas cotas sejam admitidas à negociação em mercados organizados e fundos geridos por partes não relacionadas ao gestor do fundo investidor (Artigo 85 da ICVM 555, parágrafos 4, 5 e 6)	
107	Cálculo, provisão, retenção e recolhimento de imposto sobre ativos para fundos não isentos e carteiras de clientes tributadas, conforme normas vigentes	Ex.: IR FII, IR PF, IR PJ, FIP e IOF / Liquidação automática dos valores consolidados por código de retenção e por fundo na data determinada
108	Recebimento dos valores referentes a impostos dos cotistas, dos sistemas de passivo, inclusive em casos de estornos, conforme normas vigentes, provisionamento e recolhimento	Ex.: IR RF, IR RV, IR a compensar, IOF / Liquidação automática dos valores consolidados por código e por fundo na data determinada
109	Efetuar validação do caixa antes da confirmação das liquidações (débitos), a fim de não permitir saldo negativo, quando parametrizado no cadastro do fundo e/ou carteira	A solução deve considerar as prévias de movimentações do sistema de passivo
110	Permitir a liquidação de um ou mais lançamentos selecionados, concomitante	Autoexplicativo
111	Permitir a reversão dos lançamentos liquidados, caso haja necessidade, sensibilizando o saldo em caixa	Autoexplicativo

112	Relatório de demonstrativo de caixa	Deve apresentar históricos, data de movimentação, data de lançamento, débito/crédito, valor liquidado.
113	Relatório com fluxo de caixa por data ou período	Deve considerar todas as operações, movimentações prévias do passivo, eventos, receitas e despesas previstas para datas futuras a data da carteira, devendo as informações ser apresentadas por carteira ou grupo de carteiras em uma mesma consulta
114	Relatório de conciliação entre sistema de ativo e passivo, comparando a posição em cotas calculada pelo Ativo com a posição em cotas recebida do Passivo	Após o recebimento das informações da integração com o passivo, o sistema deve conciliar as posições
115	Após o recebimento das informações do sistema de controle do passivo, efetua a atualização do patrimônio líquido, das provisões/tributos, saldo em conta, movimentações de cotas e captação (aplicação/resgate)	Autoexplicativo
116	Consolidação na provisão, dos valores recebidos diariamente de tributos (IR/IOF) do sistema de passivo, para pagamento automático, de acordo com os parâmetros cadastrados de periodicidade de pagamento, passíveis de alteração	Autoexplicativo
117	Recebimento de informações do sistema de passivo com cotistas com aplicações superiores ou iguais a 20% do patrimônio líquido de um fundo de investimento, para geração de informe diário no último dia útil de cada mês	Informe diário conforme layout específico da ICVM 555
118	Recebimento da taxa de performance (método passivo) do sistema de passivo e apropriação dos valores na composição do fundo	Autoexplicativo

119	Relatório de captação	Deve permitir a geração do relatório por fundo ou por grupo de fundos/carteiras para uma data ou período selecionado e apresentar a captação bruta e líquida
120	Relatório de Integração com sistema de passivo (relatório com movimentação dos fundos, tributos, cotistas, e demais informações do passivo)	Deve apresentar os dados recebidos do sistema do passivo
121	Arquivos XML ANBIMA de posição, nos formatos 4.01 e 5.0, e movimentação com opção de geração por lote, considerando período, carteira e grupo de carteiras	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico. Deve estar disponibilizado no front opção para download dos arquivos previamente processados pela solução.
122	Relatório para conferência do Ranking ANBIMA – Controladoria, contendo informações analíticas e memória de cálculo	Ranking de Controladoria de Ativos e Passivo. A solução deve prover acesso a relatório contendo a memória de cálculo de todas as informações calculadas/processadas na interface.
123	Informe Diário CVM, por fundo e/ou grupo de fundos, em formato XML	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico e possibilitar a geração de arquivos, por carteiras e grupo de carteiras, com a informação consolidada de no máximo 100 fundos por arquivo.
124	Informe CVM - Demonstrativo da composição e diversificação de carteira (CDA) - geração de relatórios em xml, por fundo e por grupo de fundos	O sistema deve gerar os arquivos de acordo com o layout específico e possibilitar a geração de arquivos, por grupo de carteiras, com a informação consolidada de no máximo 1000 fundos por arquivo (máximo 10MB)

125	Gerar extratos mensais de cotista com todos os parâmetros definidos pela Instrução CVM 555	
126	Geração de Arquivo perfil mensal CVM 512 com as informações pertinentes a controladoria do passivo	
127	Geração de Arquivo Informe Diário CVM 512 com as informações pertinentes a controladoria do passivo: captações realizadas no dia, resgates pagos no dia, número de cotistas	
128	Geração de balancete contábil	
129	Geração de Arquivo de Posição ANBIMA, contendo as especificidades da PREVIC para envio às EFPC, como apresentação do código CNPB e adequação dos Indexadores)	
130	Geração de relatório/ memória de cálculo de performance	
131	Geração de relatório/arquivo de movimentação de cotistas por período	
132	Geração de arquivo de Informe de Rendimento	
133	Registro e geração de relatório de bloqueio de posição de cotista, por valor	
134	Registro e geração de relatório de bloqueio de posição de cotista, por quantidade de cotas	
135	Registro e geração de relatório de distribuição de amortização por cotista	
136	Geração de relatório de compensação de perdas por cotistas	
137	Registro de movimentação de resgate com incidência de IR/IOF	
138	Disponibilizar acesso/link para ferramenta de monitoração da solução.	

4 OS ITENS ACIMA SERÃO AVALIADOS CONSIDERANDO OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

4.1 Na etapa da AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO, a LICITANTE deverá comprovar à CAIXA o cumprimento dos Requisitos constantes na planilha do item 3.1 que compõe este ANEXO.

4.2 A LICITANTE será considerada **APTA** na validação caso atinja, no mínimo, 75% de atendimentos aos requisitos da tabela do item 3.1 .

4.2.1 Não será validada nessa etapa integração com outras soluções CAIXA.

- 4.3 A etapa da AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO será realizada remotamente, com a participação das Unidades da CAIXA responsáveis pela Gestão Operacional do contrato, pela Arquitetura de TI e pelo Negócio.
- 4.4 Preferencialmente, a LICITANTE comprovará o cumprimento dos Requisitos mediante navegação no ambiente da empresa, no dia agendado para a AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO.
- 4.4.1 Poderá ainda a LICITANTE se valer de outros meios cabíveis e que da mesma forma evidenciem que a solução a ser ofertada cumpre com os requisitos relacionados na tabela do item 3.1 deste ANEXO.
- 4.5 É dever da LICITANTE estar devidamente preparada para a demonstração dos Requisitos na AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO no prazo previamente definido no edital.
- 4.5.1 Não serão acatadas as seguintes justificativas para descumprimento da etapa da AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO:
- a) Desconhecimento da etapa pela LICITANTE; e
 - b) Falta de prazo para que a LICITANTE se prepare técnica e documentalmente para a etapa.
- 4.6 A etapa da AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO ocorrerá em 2 (dois) dias.
- 4.6.1 A etapa da AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO poderá ser estendida, caso, por razões justificáveis e por aprovação da CAIXA, não possa ser concluída no prazo proposto no item 4.6 .
- 4.7 Ao término da etapa AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO, a LICITANTE deverá documentar, de forma detalhada, em relatório, todo o processo de avaliação da amostra, evidenciando o cumprimento de todas as exigências estipuladas em até 2 (dois) dias corridos após a apresentação para a CAIXA.
- 4.8 A CAIXA deverá confeccionar relatório final, homologando a etapa da AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SOLUÇÃO.

ANEXO I-J**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 1 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 1.1 Declaração da empresa LICITANTE de que possui capacidade jurídica para licenciar e/ou utilizar os *softwares* que compõem a Solução.
 - 1.2 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.
 - 1.2.1 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) que a licitante implantou a Solução ofertada.
 - 1.2.1.1 Para efeito de qualificação técnica, a Solução deve estar em utilização no Brasil por pelo menos uma Instituição Financeira (IF) ou assemelhada com autorização de funcionamento válida pelo Banco Central do Brasil, e que tenha em carteira instrumentos financeiros no padrão financeiro brasileiro (ANBIMA e CVM), atuando entre as dez primeiras instituições constantes no ranking ANBIMA de Custódia.
 - 1.2.1.2 Quando emitidos por pessoas jurídicas, serão considerados válidos os atestados / certidões / declarações emitidas por instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN no Sistema Financeiro Nacional classificadas no segmento S1 ou emitidos por instituições entre as dez primeiras no ranking ANBIMA de Custódia.
 - 1.2.1.3 Além disso, deve ser comprovada, por meio de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões), a capacidade de processar 30% da volumetria especificada nos **itens 3.9.1, 3.9.2 e 3.9.3 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste termo.
 - 1.2.2 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante.
 - 1.2.2.1 Os atestados deverão observar os seguintes requisitos de conteúdo, forma e validade, devendo conter:
 - f) Nome, cargo ou função, dados de identificação, telefone e e-mail de contato do emissor;
 - g) Descrição geral dos serviços prestados;
 - h) Informação expressa de que o serviço foi ou está sendo executado de forma satisfatória;
 - i) Data de início da prestação dos serviços;
 - j) Data de término da prestação dos serviços (em caso de CONTRATO em vigor, indicar a data prevista e a etapa em que se encontra o projeto).

- 1.3 Será vedada a participação de empresas consorciadas.
- 1.4 Será vedada a subcontratação dos serviços especificados no Termo de Referência e seus anexos.
 - 1.4.1 A disponibilização do ambiente de nuvem e a solução não são consideradas como subcontratação.
 - 1.4.2 Independentemente da nuvem contratada, a responsabilidade de cumprimento dos níveis de serviço especificados no Anexo Níveis de Serviço, Indicadores e Penalidades do Termo de Referência é inteiramente da CONTRATADA.
- 1.5 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 1.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração da licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 2 Tempo de processamento
 - 2.1 A Solução deve processar todas as posições das Carteiras custodiadas, de um dia para outro, em tempo inferior à 1 hora, de acordo à volumetria definida no item 3.9 do Anexo I (entende-se como “processar as posições” as ações necessárias para evolução dos papéis em custódia da carteira, bem como toda e qualquer ato impreterível para a continuidade operacional após virada de data, inclusive obrigações acessórias e contábeis).
 - 2.2 Após o processamento das carteiras, serão avaliados, por amostragem, a evolução dos preços das operações, a evolução dos preços dos emissores e cálculo da marcação à mercado.
 - 2.3 A solução deve processar no tempo máximo de 5 minutos a carteira com volume semelhante à de maior concentração de posições atualmente vigente, de acordo à composição definida no ANEXO I-A – COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS.
 - 2.4 Para fins de avaliação do tempo de processamento, a CAIXA disponibilizará arquivo com a composição de três carteiras com data de referência a ser definida, para replicação e posterior processamento.
 - 2.5 Da composição destas carteiras, 50% são de carteiras do Tipo A, 25% de carteiras do Tipo B e 25% de Carteiras do tipo C, de acordo à volumetria apresentada no ANEXO I-A COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS.

ANEXO I-K**GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO****1. GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Máximo**

- 1.1. A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).
- 1.2. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 1.3. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 1.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 1.5. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 1.6. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 1.7. A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 1.8. A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 1.9. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 1.10. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.
- 1.11. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

- 1.12. A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.
- 1.13. A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, disponível no Portal Licitações CAIXA, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 1.14. A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo o seguinte conteúdo:
- i. conhecimento da política de segurança da informação da empresa CONTRATADA e da CAIXA, mencionada no item 1.1;
 - ii. uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
 - iii. proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
 - iv. proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
 - v. uso seguro de dispositivos;
 - vi. uso seguro de e-mails;
 - vii. uso seguro de soluções em nuvem;
 - viii. uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
 - ix. adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
 - x. formas defensivas contra *phishing* e *smshing*;
 - xi. formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;
 - xii. formas defensivas contra engenharia social;
 - xiii. formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA;
 - xiv. vazamento de dados e proteção de senhas;
 - xv. metodologia e princípios da *Privacy by Design* e *Secure by Design*.
- 1.14.1. O treinamento referido no item 1.14 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 04 horas.

- 1.15. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.14.
- 1.16. A CONTRATADA deve apresentar semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.
- 1.17. A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.
- 1.18. A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
- 1.19. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI no último semestre, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- 1.20. O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:
- a) Multa;
 - b) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 1.20.1. A multa poderá ser aplicada na hipótese de não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual, sendo a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do faturamento referente ao mês da ocorrência do descumprimento contratual.
- 1.20.2. A CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de Plano de Melhoria à CONTRATADA constatado o não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual.
- 1.20.3. Constatada a execução insatisfatória do Plano de Melhoria, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá promover a rescisão antecipada do contrato, ressaltado o seu direito à indenização pelos prejuízos eventualmente constatados e aplicação da penalidade contratual a ela associada.

- 1.21. Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a executar o Plano de Contingência aprovado pela CAIXA.
- 1.22. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 1.23. No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:
- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
 - b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
 - c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.
- 1.24. A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, disponível no Portal Licitações CAIXA.
- 1.25. A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação.
- 1.26. A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.
- 1.27. A CONTRATADA deve sensibilizar semestralmente seus empregados e colaboradores, por meio de treinamento com conteúdo de segurança da informação, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 08 horas.
- 1.27.1. O conteúdo de segurança da informação mencionado, consta no item 1.12.
- 1.28. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.27 e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.
- 1.29. A CONTRATADA deve emitir relatórios, semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do semestre base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.

- 1.29.1. O relatório deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.
- 1.30. A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.
- 1.31. A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 1.32. A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.
- 1.33. A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 1.34. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 1.19 e dos demais a seguir:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 1.12 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - b) Quantidade de relatórios, referidos no item 1.29, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base;
 - c) Quantidade de relatórios, referidos no item 1.34, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base.
- 1.35. A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.
- 1.36. A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das normas da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto

na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de informações de clientes, de empregados e colaboradores da CONTRATANTE.

- 1.37. A CONTRATADA se compromete a notificar a CONTRATANTE, assim que detectada, a violação de dados relacionados à privacidade, de forma a permitir à CONTRATANTE o cumprimento das determinações da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/18 e da ANPD.
- 1.38. A CONTRATADA assegura que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, por meio de recursos oferecidos pela CONTRATADA.
- 1.39. A CONTRATADA deve fornecer, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.
- 1.40. A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura.
- 1.41. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CAIXA qualquer descumprimento às cláusulas acima.

ANEXO I-L**TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA**

Grau de sigilo #PÚBLICO

Nome da Contratada	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da PRSAC - Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA e a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

_____, _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

LICITAÇÃO CAIXA Nº 12/2024

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

OBJETO: Contratação de Solução para prestação dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais para tesouraria, controle, processamento de ativos, custódia, escrituração e contabilidade de fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários, contemplando a ativação da solução por prazo determinado de sessenta (60) meses com infraestrutura em nuvem provida pela fornecedora, com implementação e integrações, garantia de serviços de suporte técnico e de atualização tecnológica durante o prazo de vigência do contrato, serviços de customização, transferência de conhecimento, incluindo todas as documentações, novas funcionalidades e serviço de gerenciamento de carteiras, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos.

Solução para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros			
Descrição dos Componentes	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Ativação da solução por Prazo Determinado, garantia de Atualização Tecnológica e Suporte Técnico	1	R\$ (Por mês)	R\$(53 meses)
Implementação, integrações e requisitos	Conforme item 10 - Forma de Pagamento do ANEXO I-D FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO		R\$(Valor total)
Serviços de customização (Sob demanda)	5000 Pontos de Função	R\$ (Por PF)	R\$
Transferência de conhecimento (Sob demanda)	4 Turmas	R\$ (Por Turma)	R\$
Valor Global Estimado			R\$

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: () dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60 dias, conforme item 5.3.5 do Edital)

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: () dias, contados da data de assinatura do contrato ou da ordem de execução do serviço.

OBS: não houve, para a apresentação dessa proposta, ocorrência de Registro de Oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Resolução CGPAR nº 29, de 05 de abril de 2022.

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, **DECLARA:**

1. se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.5 e subitens deste edital.
3. Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome/RG/CPF

ANEXO III

PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS

Solução para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros			
Descrição dos Componentes	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Ativação da solução por Prazo Determinado, garantia de Atualização Tecnológica e Suporte Técnico	1	R\$ 582.947,32 (Por mês)	R\$ 30.896.208,12 (53 meses)
Implementação, integrações e requisitos	Conforme item 10 - Forma de Pagamento do ANEXO I-D FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	N/A	R\$ 3.633.467,80 (Valor total)
Serviços de customização (Sob demanda)	5000 Pontos de Função	R\$ 1.530,00 (Por PF)	R\$ 7.650.000,00
Transferência de conhecimento (Sob demanda)	4 Turmas	R\$ 8.500,00 (Por Turma)	R\$ 34.000,00
Valor Global Estimado			R\$ 42.213.675,92

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

PARTE A

Postos de Trabalho	Serviços Qualificados
Preço Mensal por Perfil	R\$ 6.314,60
Quantidade de Perfis Profissionais	42
Valor Total de Salários	R\$ 265.213,29

PARTE B

DESCRIÇÃO	Alíquota	Valor Mensal
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 265.213,29
TOTAL DAS HORAS EXTRAS	2,00%	R\$ 5.304,27
TOTAL DOS ADICIONAIS NOTURNOS	3,00%	R\$ 7.956,40
TOTAL SOBREAVISO (HORA BIP)	2,00%	R\$ 5.304,27
TOTAL DA REMUNERAÇÃO MENSAL	7,00%	R\$ 283.778,22

ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO

GRUPO A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	Alíquota	Total Mensal
INSS	0,00%	R\$ -
SESI OU SESC	1,50%	R\$ 4.256,67
SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 2.837,78
INCRA	0,20%	R\$ 567,56
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 7.094,46
FGTS	8,50%	R\$ 24.121,15
LEI COMPLEMENTAR 110/2001	0,50%	R\$ 1.418,89
SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (SAT/INSS)	2,00%	R\$ 5.675,56

SEBRAE	0,60%	R\$	1.702,67
TOTAL DO GRUPO A	16,80%	R\$	47.674,74
GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	Alíquota	Total Mensal	
FÉRIAS + 1/3	11,11%	R\$	31.527,76
FALTAS LEGAIS	1,00%	R\$	2.837,78
ACIDENTE DE TRABALHO	1,00%	R\$	2.837,78
AVISO PRÉVIO	1,00%	R\$	2.837,78
13º SALÁRIO	8,33%	R\$	23.638,73
TOTAL DO GRUPO B	22,44%	R\$	63.679,83
GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	Alíquota	Total Mensal	
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	9,33%	R\$	26.476,51
TOTAL DO GRUPO C	9,33%	R\$	26.476,51
GRUPO D - INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B	Alíquota	Total Mensal	
REINCIDÊNCIA DOS ENCARGOS DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B	8,50%	R\$	24.121,15
TOTAL GRUPO D	8,50%	R\$	24.121,15
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS (A + B + C + D)	57,07%	R\$	161.952,23
VALOR TOTAL DA MÃO DE OBRA (REMUNERAÇÃO MENSAL + ENCARGOS SOCIAIS)		R\$	445.730,45
INSUMOS (F)	Alíquota	Total Mensal	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Treinamentos, Conservação e limpeza, ergonomia, etc.)	6,50%	R\$	28.972,48
VALE TRANSPORTE	1,50%	R\$	6.685,96
VALE ALIMENTAÇÃO	4,00%	R\$	17.829,22
SOFTWARE	2,00%	R\$	8.914,61
DESLOCAMENTOS	1,00%	R\$	4.457,30
EQUIPAMENTOS (Servidores, estações de Trabalho, No Break, Switch, Central Telefônica, Link)	2,50%	R\$	11.143,26
AMBIENTE FÍSICO - Local físico (3 regiões), condomínio, energia, mesa, cadeira, etc.	2,50%	R\$	11.143,26
TOTAL DOS INSUMOS (F)	20,00%	R\$	89.146,09
SUBTOTAL (A+B+C+D+E+F)	77,07%	R\$	534.876,54
SUBCONTRATAÇÃO (G)	Alíquota	Total Mensal	
SUBCONTRATAÇÃO	0,00%	R\$	-
TOTAL SUBCONTRATAÇÃO (G)		R\$	-
SUBTOTAL (A+B+C+D+E+F+G)	77,07%	R\$	534.876,54
DEMAIS COMPONENTES (H)	Alíquota	Total Mensal	
OUTROS - DESPESAS FINANCEIRAS	4,24%	R\$	22.678,77
Lucro	10,00%	R\$	53.487,65
TOTAL DOS DEMAIS COMPONENTES (H)		R\$	76.166,42
SUBTOTAL (REMUNERAÇÃO + RESERVA TÉCNICA + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS + DEMAIS COMPONENTES)		R\$	611.042,96
TRIBUTOS (I)	Alíquota	Total Mensal	
INSS	4,50%	R\$	31.660,26
Contribuição Social sobre Lucro (CSLL)	0,00%	R\$	-
PIS	0,65%	R\$	4.573,15
COFINS	3,00%	R\$	21.106,84
ISS	5,00%	R\$	35.178,06
TOTAL DOS TRIBUTOS (I)	13,15%	R\$	92.518,31
PREÇO TOTAL MENSAL - GRUPOS		R\$	703.561,27
PREÇO GLOBAL			R\$ 42.213.675,92

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º _____, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUALIFICADOS AO MERCADO DE CAPITAIS PARA TESOUREARIA, CONTROLE, PROCESSAMENTO DE ATIVOS, CUSTÓDIA, ESCRITURAÇÃO E CONTABILIDADE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO E CARTEIRAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, CONTEMPLANDO A ATIVAÇÃO DA SOLUÇÃO POR PRAZO DETERMINADO DE SESSENTA (60) MESES COM INFRAESTRUTURA EM NUVEM PROVIDA PELA FORNECEDORA, COM IMPLEMENTAÇÃO E INTEGRAÇÕES, GARANTIA DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DURANTE O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, INCLUINDO TODAS AS DOCUMENTAÇÕES, NOVAS FUNCIONALIDADES E SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE CARTEIRAS, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) _____ *[indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa _____ *[indicar o nome da empresa em caixa-alta e negrito]*, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____ com sede na _____ *[indicar o endereço completo, inclusive CEP]*, neste ato representada por _____ *[indicar e qualificar o representante da contratada]*, doravante designada **CONTRATADA**, em face da autorização do(a) _____ *[indicar o nome e cargo do autor da autorização]* da CAIXA ou nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex.: em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº _____], de ____/____/____, constante do Processo

Administrativo nº _____, _____ [informar a modalidade e nº da licitação ou em caso de dispensa ou inexigibilidade informar: com base no Artigo _____ do Regulamento de Licitações e Contratos e CAIXA], têm justo e contratada prestação do serviço objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado), bem como às cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de solução para prestação dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais para tesouraria, controle, processamento de ativos, custódia, escrituração e contabilidade de fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários, contemplando a ativação da solução por prazo determinado de sessenta (60) meses com infraestrutura em nuvem provida pela fornecedora, com implementação e integrações, garantia de serviços de suporte técnico e de atualização tecnológica durante o prazo de vigência do contrato, serviços de customização, transferência de conhecimento, incluindo todas as documentações, novas funcionalidades e serviço de gerenciamento de carteiras.

Parágrafo Único - A especificação pormenorizada do objeto contratado, os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas estão indicadas no Termo de Referência – Anexo I, que integra e complementa este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das previstas neste contrato e anexos:

- I. executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela CAIXA e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;
- II. recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;
- III. manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso

de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pela CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato;

IV. conferir e atestar os serviços prestados, garantindo que os mesmos atingem o nível de adequação descrito pela CAIXA, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;

V. substituir os empregados, nos casos de falta, ausência legal, férias, bem como nos casos em que a conduta do prestador seja considerada inconveniente pela CAIXA, de modo que os serviços não sejam descontinuados nos horários/períodos estabelecidos;

VI. diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;

VII. dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;

VIII. prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;

IX. diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;

X. pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar à CAIXA, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e taxas incidentes sobre esses serviços, quando devidos, referentes ao mês de competência do documento fiscal;

XI. assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;

XII. agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;

XIII. indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;

XIV. respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;

XV. atender às solicitações da CAIXA para realização de serviços extraordinários e para prorrogação do turno contratado, cabendo à CONTRATADA a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;

XVI. assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;

XVII. fornecer à CAIXA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;

XVIII. informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF(MF) dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no contrato. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho;

XIX. manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá;

XX. manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;

XXI. obedecer às normas e rotinas da CAIXA, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XXII. dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

XXIII. fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;

XXIV. orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente

aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da CAIXA;

XXV. estruturar-se de modo compatível e prover toda a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

XXVI. fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar “e-mail”, sendo vedada a utilização da conta de “e-mail” da CAIXA;

XXVII. prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados e a plena execução do objeto contratado, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XXVIII. manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;

XXIX. manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XXX. manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXXI. não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXXII. Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIII. diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;

XXXIV. observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato.

XXXV. observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

XXXVI. manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual.

XXXVII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.

XXXVIII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na CEGTI – CN GOVERNANCA DE TI, situada à Quadra SEPN 512 CJT C LOTE 9/10 - 4 Andar, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70760-500, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.

XXXIX Aceitar alterações das condições dos serviços inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA caso seja demonstrado impactos.

XL. tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.

XLI. Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx).

XLII. Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, postas na Cláusula Décima Oitava.

XLII. Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link

“A CAIXA – Governança Corporativa”), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

I. Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II. Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA.

IV. Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;

II. notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizando justificativa;

III. efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

IV. indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

V. exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

Parágrafo Primeiro - No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela

CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA QUINTA –DOS PREÇOS E SUA REVISÃO

Pela perfeita prestação dos serviços, objeto deste contrato, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA o preço os preços unitários abaixo indicados, perfazendo o valor global de R\$ _____ (valor por extenso), pelo período de vigência do contrato.

Solução para prestação de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros			
Descrição dos Componentes	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Ativação da solução por prazo determinado, garantia de atualização tecnológica e suporte técnico	1		
Implementação, integrações e requisitos	Conforme item 10 – Forma de Pagamento do ANEXO I-D FORMÇA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO		
Serviços de customização (sob demanda)	5000 pontos de função		
Transferência de conhecimento (sob demanda)	4 turmas		
Valor Global Estimado			R\$

Parágrafo Primeiro - É admitida a revisão dos preços deste Contrato, mediante negociação entre as partes, adotando-se como parâmetro os preços praticados no mercado, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

a) O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira revisão será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, caso em que o termo inicial é a data-base do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente, que serviu de base à confecção da proposta apresentada.

b) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a revisão de preços poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas envolvidas na prestação dos serviços, admitindo-se uma única revisão de preços a ser realizada no interregno mínimo de um ano.

c) Nesse caso, a anualidade para as próximas revisões será computada da última data-base objeto da revisão anterior, desde que respeitado o intervalo mínimo de um ano.

d) Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou de insumos definidos pelo poder público, serão revistos com base nos respectivos instrumentos legais, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos, respeitando a anualidade, desde que devidamente demonstrados em memória de cálculo na apresentação da proposta.

e) Quando da solicitação de revisão, a CONTRATADA deve apresentar fundamentação, de forma clara e pormenorizada, vedada a inclusão de insumos e benefícios existentes na data da formulação da proposta, necessários para a execução dos serviços, mas não previstos originariamente.

f) Após o primeiro ano de vigência do contrato, os itens “aviso prévio trabalhado e indenizado” serão ajustados na planilha de composição de custos, para garantir a provisão equivalente a 10% (dez por cento) do percentual pago no primeiro ano de contrato, em conformidade com a Lei 12.506/2011.

Parágrafo Segundo - É admitido o reajuste dos custos de insumos e materiais decorrentes de preço de mercado, sujeito à negociação, pela variação do ICTI – Índice de Custos de Tecnologia da Informação, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, devendo ser feito em conjunto com a revisão dos preços do contrato.

a) O intervalo mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data da apresentação da proposta.

b) Se na primeira revisão a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste integral conforme definido no item anterior, o repasse do índice ocorrerá de forma proporcional aos meses decorridos.

c) Em nenhuma hipótese será permitida a majoração superior ao índice do *caput*, sendo, portanto, o limitador do reajuste

d) O índice a ser aplicado será a variação apurada a contar do mês da proposta até o mês anterior à anualidade da revisão de preços, no caso do primeiro reajuste.

Parágrafo Terceiro – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo Quarto - A revisão deverá ser solicitada dentro do prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição do direito. Caso seja solicitada em prazo superior, os efeitos financeiros da revisão solicitada serão contados a partir da data do pedido, tornando-se a CONTRATADA única e exclusivamente responsável pela ausência de solicitação no período determinado.

Parágrafo Quinto – Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de revisão dos preços do contrato até a data da assinatura do aditamento de prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito à revisão de preços referente ao período imediatamente anterior à data da assinatura do aditamento de prorrogação.

I - Não ocorrendo o registro do Acordo ou Convenção Coletiva na DRT antes da data da assinatura do aditamento de prorrogação do contrato, é assegurado à Contratada o direito ao pedido a partir da efetivação do registro, com efeitos a partir da data-base, desde que, a pedido da CONTRATADA, haja ressalva no termo de prorrogação.

Parágrafo Sexto - Ocorrerá a preclusão do direito a revisão caso o contrato seja extinto sem que tenha sido formalizado pedido durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CAIXA, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

Parágrafo Primeiro - O correspondente documento fiscal deve ser apresentado à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura, cabendo à contratada emitir a correspondente nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

a) quando o dia 08 (oito) coincidir com dia não útil o documento fiscal deverá ser apresentada no 1º dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo – Além das informações exigidas na legislação aplicável, a nota fiscal/fatura deve conter ainda:

- a) a identificação completa da CAIXA, para o CNPJ _____ *[indicar o CNPJ para quais os documentos fiscais devem ser emitidos, de acordo com as informações fornecidas pelo gestor demandante]* informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;
- b) descrição de todos os serviços/itens que compõem a respectiva nota fiscal/fatura de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.

Parágrafo Terceiro – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

Parágrafo Quarto – A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quinto - Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantos documentos fiscais forem necessários, independentemente de a CONTRATADA estar ou não nele estabelecida e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

Parágrafo Sexto - Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Oitavo - A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

Parágrafo Nono - Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

Parágrafo Décimo - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

Parágrafo Décimo Primeiro - O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = \frac{VIN}{IDI} \times IDF, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV na data inicial

IDF = IGP-M/FGV na data final

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá a duração de 60 (sessenta) meses, a contar de dd/mm/aaaa, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução deste contrato caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo - A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

CLÁUSULA NONA – DO RESSARCIMENTO

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro - O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VIN} \\ \text{VAT} = \frac{\text{-----}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

Parágrafo Quarto - Caso o acumulado dos índices de correção monetária seja negativo (deflação) para o período referenciado, esse não deverá ser considerado no cálculo de atualização, prevalecendo o valor nominal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.
Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

I. todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA presta garantia contratual no valor de R\$ _____ [valor por extenso], que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, apresentando à CAIXA, no ato da assinatura do contrato, o correspondente comprovante, em uma das modalidades a seguir:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Seguro-garantia
- III. Fiança bancária

Parágrafo Primeiro - A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

a) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

Parágrafo Segundo – O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

Parágrafo Terceiro – **A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;**

a) O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto

aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.

I - No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

b) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

c) A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

d) A apólice não deverá estabelecer/impor prazo máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;

e) No caso de alterações efetuadas no objeto principal bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;

f) A apólice deverá indicar o endereço eletrônico(e-mail) oficial caso exija a comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;

g) Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.

h) A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Quarto – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

Parágrafo Quinto – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

Parágrafo Sexto – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);

- b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual;
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

Parágrafo Sétimo - A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

Parágrafo Oitavo - A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

Parágrafo Nono - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

Parágrafo Décimo – A Contratada deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo oitavo acima.

Parágrafo Décimo Primeiro - A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

- a) a substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

Parágrafo Décimo Segundo - Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I. multa;

II. suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

a) Serão aplicadas as penalidades a seguir quando houver desatendimento das ações de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática:

Ações	Evidências	Penalidade 1	Penalidade 2	Penalidade 3
Capacitação - Até 60 dias após a assinatura do contrato, e a cada ano de renovação do contrato	Certificado, Declaração ou documento equivalente	NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL	A partir de 30 dias após a notificação operacional: caso não ocorra será penalizado 1% do valor global do contrato por ocorrência.	
Ações de segurança no trabalho e/ou causas trabalhistas/práticas discriminatórias - evidência comprobatória anual	Ações de sensibilização (Declaração ou documento equivalente)	NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL	A partir de 30 dias após a notificação operacional será penalizado em 1% do valor global do contrato por ocorrência.	A partir da reincidência e finalização do processo administrativo interno CAIXA com o devido conhecimento de decisão administrativa final, garantida ampla defesa e contraditório, ou sentença condenatória transitada em julgado, suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos, e, consequente, rescisão contratual.

Cumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático anual	Assinatura do Termo de PRSAC (Promoção da máxima eficiência no uso dos recursos naturais e de materiais deles derivados, equilíbrio-financeiro e do meio ambiente) no ato da assinatura do contrato e a assinatura do Termo de Cumprimento da PRSAC/Código de Conduta anualmente e na prorrogação contratual.	NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL	A partir de 30 dias após a notificação operacional será penalizado em 1% do valor global do contrato por ocorrência.	A partir da reincidência e finalização do processo administrativo interno CAIXA com o devido conhecimento de decisão administrativa final, garantida ampla defesa e contraditório, ou sentença condenatória transitada em julgado, suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos, e, consequente, rescisão contratual.
Preenchimento de pesquisas CDP	Acompanhamento da GEFOP	NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL		
Desatendimento ao Código de Conduta do Fornecedor - anual	Assinatura do Termo de Recebimento, Ciência e Adesão ao Código de Conduta do Fornecedor CAIXA no ato da assinatura do contrato e a assinatura do Termo de Cumprimento da PRSAC/Código de Conduta anualmente e na prorrogação contratual.	NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL	A partir de 30 dias após a notificação operacional será penalizado em 1% do valor global do contrato por ocorrência.	A partir da reincidência e finalização do processo administrativo interno CAIXA com o devido conhecimento de decisão administrativa final, garantida ampla defesa e contraditório, ou sentença condenatória transitada em julgado, suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos, e, consequente, rescisão contratual.

b) A multa será cobrada pelo descumprimento das obrigações da CONTRATADA, pela inexecução contratual e pelo descumprimento dos prazos de atendimento, conforme exposto abaixo:

I Pelo descumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme sua natureza:

Item	Descumprimento	Sanção
I	Não observar as obrigações de natureza operacional, previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO .	Multa de 0,5 % (por cento) sobre o valor total do contrato .
II	Não observar as obrigações de natureza técnica, previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO .	Multa de 0,4 % (por cento) sobre o valor total do contrato .
III	Não observar as obrigações de natureza administrativa, previstas no ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO .	Multa de 0,3 % (por cento) sobre o valor total do contrato .

II A multa pela inexecução contratual poderá ser cobrada nas seguintes situações:

a) Inexecução parcial, insatisfatória do contrato, sendo a multa de 2% (dois por cento), calculada **sobre o valor total do contrato**.

b) Interrupção da execução do contrato, sem prévia autorização da CAIXA, sendo a multa de 5% (cinco por cento), calculada **sobre o valor total do contrato**.

c) O total inadimplemento de nível de serviço contratado por culpa exclusiva da CONTRATADA em prazo superior a 30 dias de atraso implicará na aplicação de multa compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) **do valor do contrato**, sem detrimento da cobrança de ressarcimento suplementar caso o prejuízo causado seja superior ao valor da multa.

d) A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação aplicável, garantida a defesa prévia, independentemente de notificação ou interpelação judicial.

III Pelo descumprimento dos prazos definidos no **ANEXO I-E – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS**, após reincidência de 3 (TRÊS) vezes de desconto previstos no **ANEXO I-E – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS**, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste documento, a CONTRATADA estará sujeita a multas conforme tabelas a seguir:

g) Tabela de multas progressivas por hora ou dia de atraso, conforme nível de atendimento para o Tempo Máximo de Início de Atendimento (TMIA), Tempo Máximo de Solução Operacional (TMSO) e Tempo Máximo de Esclarecimentos de Dúvidas (TMED), para cada atendimento:

Indicador	Meta	Forma de cálculo	Percentual de Multa
-----------	------	------------------	---------------------

TMIA e TMSO Severidade 1	Prazos de atendimento definidos no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMIA e/ou TMSO	0,004 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMIA e TMSO Severidade 2	Prazos de atendimento definidos no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMIA e/ou TMSO	0,003 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMIA e TMSO Severidade 3	Prazos de atendimento definidos no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMIA e/ou TMSO	0,002 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMED Severidade 4	Prazos de atendimento definidos no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMED	0,001 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.

h) Tabela de multas progressivas por hora de atraso conforme nível de atendimento para o Tempo Máximo de Solução Definitiva (TMSDC), para cada atendimento:

Indicador	Meta	Forma de cálculo	Percentual de Multa
TMSDC Severidade 1	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMSDC	0,004 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMSDC Severidade 2	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMSDC	0,003 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
TMSDC Severidade 3	Prazo de atendimento definido no <u>ANEXO I-E</u>	Total de horas de atraso em relação ao TMSDC	0,002 % (por cento) do valor total do contrato , por cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.

i) Tabela de multas progressivas por hora de atraso conforme nível de atendimento definido para o fornecimento de relatório consolidado dos chamados:

Indicador	Meta	Forma de cálculo	Percentual de Multa
Fornecimento de relatório	Prazo de atendimento	Total de horas de	0,001 % (por cento) do valor total do contrato , por

consolidado dos chamados	definido no <u>ANEXO I-E</u>	atraso em relação ao fornecimento de relatório consolidado dos chamados	cada hora de atraso ou fração de hora de cada chamado.
--------------------------	------------------------------	---	--

IV Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos/acordados para o **Serviço de Implementação**, a CONTRATADA estará sujeita a multa de 0,2% (por cento) do **valor total do Serviço de Implementação**, para cada dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

a) A partir da 31º (trigésimo primeiro) dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,4% (por cento), sobre o valor total do contrato, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

V Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos/acordados para o **Serviço de Customização**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o **valor total do Serviço de Customização**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

c) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o **valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

VI Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o **Serviço de Transferência de Conhecimento**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o **valor total do Serviço de Transferência de Conhecimento**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

c) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o **valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

VII Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o **Cronograma de Execução de Projeto**, conforme definido no **ANEXO I-D - FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

a) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

VIII Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos **Manuais e Documentações**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,1% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

c) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

IX Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o serviço de **Atualização Tecnológica**, conforme definido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

c) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

X Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o **Plano de Sustentação**, conforme definido no **ANEXO I-F – PLANO DE SUSTENTAÇÃO**, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

c) A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) **sobre o valor total do contrato**, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

Parágrafo Primeiro - As multas e sanções definidas serão descontadas do valor da nota fiscal/fatura, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA administrativa ou judicialmente e **estarão limitadas a 10% (dez por cento) do valor total do contrato**.

Parágrafo Segundo - A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII. Não mantiver a proposta;
- IX. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Quarto – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Quinto – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Sexto – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A rescisão do contrato se dá:

- I. De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado.
- III. Por determinação judicial.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V. Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos III, IV, V e VI será efetivada após o regular processo administrativo.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no SAP 8000017724 e item de acompanhamento orçamentário nº. 3101-04 .

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Será vedada a subcontratação dos serviços especificados no Termo de Referência e seus anexos.

A disponibilização do ambiente de nuvem e a solução não são consideradas como subcontratação.

Caso haja subcontratação do serviço em nuvem, desde que explicitamente autorizado pela CAIXA, é obrigatório a Contratada apresentar a garantia formal do atendimento das cláusulas do item 13 do TR, por parte do Provedor de Serviços em Nuvem, seja por meio de declaração própria durante o processo de contratação, seja por meio de aditivo contratual, caso não previsto inicialmente no contrato original.

Parágrafo Primeiro – No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA REPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

Parágrafo Primeiro – Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Parágrafo Segundo – Aplicar treinamento anual para seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, podendo para isso utilizar material de referência fornecido pela CAIXA e apresentar a respectiva Declaração de Treinamento dos Empregados, anexo ao contrato, comprovando a conclusão, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), a partir da assinatura do contrato.

a) Caso a CONTRATADA tenha realizado cursos com temática similar, poderá ser apresentada evidência comprobatória (certificado, declaração ou documento equivalente), no mesmo prazo, sendo a carga horária mínima exigida de 05 (cinco) horas.
b) A CONTRATADA compromete-se, ainda, a disseminar o conteúdo abordado entre seus colaboradores, caso existam, bem como apresentar comprovação de divulgação ao quadro funcional dos conteúdos, sempre que solicitado.

c) A capacitação dos empregados deverá ocorrer a cada ano de renovação do contrato, durante a jornada de trabalho.

d) Caso os cursos propostos não sejam realizados no prazo previsto ou não for apresentada evidência de realização dos cursos similares no mesmo prazo, fica a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Parágrafo Terceiro – Promover atividades periódicas relacionadas às normas e rotinas da segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e de segurança, a serem observadas de maneira a fomentar um ambiente de trabalho saudável e seguro para os seus colaboradores, implementando, inclusive, ações de Saúde e Qualidade de Vida para os empregados.

a) A CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória das medidas de proteção à segurança e à saúde no ambiente de trabalho para quadro funcional, realizadas anualmente, quando solicitado pela CAIXA.

b) Caso não seja apresentada evidência de realização das ações de sensibilização, fica a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Parágrafo Quarto – Instituir e manter programa anual e abrangente de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

a) A CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória sobre as atividades desenvolvidas de divulgação ao quadro funcional dos conteúdos e ações realizadas anualmente, quando solicitado pela CAIXA.

b) Caso não seja apresentada evidência de realização das ações de sensibilização fica a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Parágrafo Quinto – Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.

Parágrafo Sexto – Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.

a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.

Parágrafo Sétimo – Observar, no que couber, a Lei Nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na execução dos serviços.

Parágrafo Oitavo – Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.

Parágrafo Nono – Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

Parágrafo Décimo – Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.

Parágrafo Décimo Primeiro – Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):

- a) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;
- b) Utilização de fontes renováveis de energia;
- c) Gestão adequada de resíduos;
- d) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
- e) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
- f) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.

Parágrafo Décimo Segundo – Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, a fim de verificar o seu comprometimento com as ações de responsabilidade social, ambiental e climática assumidas para a execução dos serviços, sempre que solicitado pela CAIXA.

- a) A não aceitação da visita de vistoria pela CONTRATADA poderá ensejar a rescisão do contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer indenização.

Parágrafo Décimo Terceiro – Implementar no seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e Gases de Efeito Estufa (GEE) bem como aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o

desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

a) A CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória das atividades desenvolvidas que contribuíram para a redução ou neutralização de GEE, realizadas anualmente, quando solicitado pela CAIXA.

Parágrafo Décimo Quarto - Fornecer Plano de Gerenciamento de redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos, comprovando o pleno atendimento à legislação específica sobre a matéria, Lei 12.305/2010 e Decreto 10.936/2022, e apresentar tais evidências, anualmente à CAIXA, comprovando as implementações e melhorias estabelecidas no gerenciamento administrativo e operacional da empresa.

Parágrafo Décimo Quinto – Desenvolver política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa.

Parágrafo Décimo Sexto – Estruturar e implementar, sempre que possível, sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

I. é facultado a alocação de empregados portadores de deficiência nos locais de prestação dos serviços, cabendo à CONTRATADA avaliar a compatibilidade entre a deficiência apresentada e a atividade a ser desempenhada.

II. a CAIXA, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;

III. em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;

IV. é vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;

V. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

VI. no caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.

VII. É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome: _____

CPF(MF): _____

DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA

Nome: _____

CPF(MF): _____

Testemunhas_____
Nome: _____

CPF(MF): _____

Nome: _____

CPF(MF): _____

ANEXO DO CONTRATO Nº
DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)

Nome/RG/CPF

ANEXO DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO DO CONTRATO Nº**CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA**2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:**

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e

serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.11 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.12 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.13 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.14 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.15 Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site www.jogoresponsavel.com.br e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)
(nome e cargo)

ANEXO DO CONTRATO Nº**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – Exclusivo
para Prestador de Serviço**

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;
10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA;
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <www.caixa.gov.br>, clique na aba "Downloads", item "Governança Corporativa", no link "Política de Segurança e Informação", ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

_____, ____ de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do usuário

Nome, CPF e Assinatura do
Representante/Preposto da Empresa
Contratada

ANEXO DO CONTRATO Nº
TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA – EMPRESAS PRESTADORAS DE
SERVIÇO

Nome Fantasia	CNPJ
---------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO DO CONTRATO Nº
TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO
MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA – EMPRESAS PRESTADORAS
DE SERVIÇO

Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS

Eu,....., CPF....., representante da empresa , CNPJ , no cargo de , declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade> e www.licitacoes.caixa.gov.br, ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”).

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a ela.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

Nome

ANEXO DO CONTRATO Nº

DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

11. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
12. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
13. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
14. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
15. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
16. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
17. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
18. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
19. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
20. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)

Nome/RG/CPF

ANEXO DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL – ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

**ANEXO DO CONTRATO Nº [REDACTED]
CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

Combate à Corrupção**1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.16 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e

serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

2.1.17 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.18 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.19 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

2.1.20 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.21 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.22 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.23 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.24 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.25 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.26 Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e

proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site www.jogoresponsavel.com.br e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no **[CNPJ OU CPF]**
....., por meio do seu representante devidamente constituído,

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)
(nome e cargo)

**ANEXO V
DECLARAÇÃO DE VISTORIA****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE VISTORIA TÉCNICA**

Declaramos para fins de participação na **LICITAÇÃO CAIXA nº** /2014 - **CECOT**, que a empresa
representada pelo Sr(a).
tem conhecimento das peculiaridades da região onde se localiza o objeto desta licitação, para aferição das condições técnicas e operacionais, quantidades e equipamentos necessários ao perfeito e integral desenvolvimento/execução da obra e/ou serviços e previu, na planilha orçamentária apresentada, todos os custos inerentes à execução do objeto deste Edital, responsabilizando-se pela execução destes(as) e pela fiel observância da execução do objeto de acordo com os projetos, memoriais e especificações técnicas e planilha orçamentária. Declara, também, a concordância com os quantitativos, preços unitários e global apresentados, bem como demais elementos técnicos fornecidos e aceita, como sendo válida a situação em que se encontra o local para a realização do objeto desta licitação e pelo cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

_____, (___/___/___)

.....
Assinatura e nome do representante legal da empresa

Obs.: Esta Declaração deverá estar devidamente averbada por empregado CAIXA.

ANEXO VI**DECLARAÇÃO**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação LICITAÇÃO CAIXA nº /2024 que:

- se enquadra na condição de _____ (*a licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI*), nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [*Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte*] ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [*Quando for microempreendedor individual - MEI*], e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa

Nome/RG/CPF

ANEXO VII**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL e CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº, por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], para atendimento ao Edital de Licitação CAIXA n.º /2024.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, _____, RG _____, órgão expedidor _____, CPF _____, representante legal da empresa _____ [Inserir nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para a Licitação CAIXA nº. _____/2024, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Licitador.

Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados

a) Proposta e Planilha (se for o caso);

() Proposta Comercial, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)

() Planilha Orçamentária, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)

b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;

() Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº _____, datado de _____;

c) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista; (Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))

() Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

() CND FGTS

() CND Trabalhista

d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

() Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;

() Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; (identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)

() Atestados / certidões / declarações _____

() Atestados / certidões / declarações _____

() Atestados / certidões / declarações _____

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; **(elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)**

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

II – autenticação de cópia de documento, [...]

[...]

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”

Localidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

RG:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>).